

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO E MORADIA
DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DA ASSOCIAÇÃO DE
RECICLADORES CIDADÃOS AMIGOS DA NATUREZA
DO MUNICÍPIO DE ERECHIM (RS)**

ROSANA MARY DELATORRE SCOLARI

ORIENTADOR: PROF DR. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

PORTO ALEGRE, MAIO DE 2006.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO E MORADIA
DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DA ASSOCIAÇÃO DE
RECICLADORES CIDADÃOS AMIGOS DA NATUREZA
DO MUNICÍPIO DE ERECHIM (RS)**

ROSANA MARY DELATORRE SCOLARI

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Schmidt

Prof. Dr. Nelson Rego

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Geografia como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Geografia.**

Porto Alegre, Maio de 2006.

Scolari, Rosana Mary Delatorre

Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza do Município de Erechim (RS). / Rosana Mary Dellatorre Scolari. - Porto Alegre : UFRGS, 2006.

[205 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2006.

1. Trabalho 2. Moradia. 3. Território. 4. Lugar. 5. Cotidiano 6. Identidade. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB10/1113

Dedico este trabalho as minhas grandes paixões: minhas filhas Rossana, Shaline e Luíse, ao meu marido Luiz Carlos e a minha mãe Irene.

AGRADECIMENTOS

Na vida precisamos trilhar nosso próprio caminho. Porém mais suave se torna quando contamos com pessoas especiais que compartilham dessa caminhada. Concluir o mestrado, para mim, representa uma conquista imensurável que contou com o apoio e o incentivo de muitas pessoas queridas e outras que assim se tornaram no transcorrer dessa jornada.

Para expressar a minha alegria, agradeço em especial:

A minha mãe, pelo exemplo de luta no qual sempre me espelhei;

A minha sogra Leda, pelas palavras de incentivo e valorização;

Ao meu marido Luiz Carlos, pelo carinho, compreensão e apoio;

As minhas filhas: Rossana, pelo companheirismo, e por não me deixar esmorecer nas horas difíceis, sempre pronta a enxugar minhas lágrimas com suas delicadas mãos; Shaline, pela responsabilidade assumida na minha ausência e pelo seu equilíbrio, que sempre me fizeram refletir e admirá-la, e à pequena Luíse, que se contentava com as conversas pelo telefone, que continha a tristeza nas minhas idas, mas nem sempre controlava as lágrimas ao nos despedirmos.

“Obrigada filhas, por tanto amor”.

Também quero agradecer ao meu orientador, professor Dr. Álvaro L. Heidrich, pelo seu profissionalismo, por ser incansável na sua função e por ter acreditado na minha proposta de trabalho.

“Ingrato é aquele que mata a sede e dá as costas à fonte”.

Obrigada, professor Álvaro!

A minha colega e hoje grande amiga Ana Elisa por compartilhar comigo os bons e maus momentos dessa caminhada, pelos bate-papos à distância, pela troca de experiência e por ter sempre uma palavra de conforto. Valeu, amigona!

Às amigas Lucimar, Marli, Cleusa e Aidê, que torceram por mim o tempo todo.

Um eterno agradecimento aos associados da ARCAN e aos demais catadores independentes que contribuíram de forma valorosa com a minha pesquisa, que depositaram confiança no meu trabalho e se envolveram com muita competência e carinho.

À coordenadora da Obra Santa Marta, professora Nelci D’Agostini, pela importante contribuição e à professora Nelci Demarco, pelo interesse e valorização da causa defendida por mim.

Ao CEPO, à CARGIPEL, e à ABPEL, pela gentileza e atenção com as quais me receberam;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia carinhosamente agradeço por terem sido o berço do meu sonho realizado.

À Universidade Regional Integrada e à Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social de Erechim pela colaboração.

E, por fim, agradeço a Ele, nosso Pai Maior, que me guiou até aqui, a esse momento em que finalizo minha pesquisa, que me embarga de emoção.

“Querer é poder, mas ter fé, é realizar o que se sonha de forma plena e singela”.

RESUMO

O trabalho de pesquisa se desenvolveu nos bairros Cristo Rei e Progresso do município de Erechim (RS), visando saber da possibilidade de uma ressignificação da identidade como “catador” de material reciclável, por meio do trabalho realizado numa associação e também através da moradia. O estudo comparou a situação dos associados da Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), que trabalham na unidade de triagem como selecionadores; dos que coletam nas ruas da cidade, e dos catadores independentes, ou seja, aqueles que não possuem nenhum vínculo com a Associação. Observou-se a atividade interna da Associação, baseada nos moldes da economia solidária, assim como a importância da mesma e do espaço de moradia dos catadores, na concepção de lugar e território. Foram consideradas as relações de produção, coletividade, solidariedade e comprometimento que se revelam no cotidiano dos associados da ARCAN e dos catadores independentes. O grupo da ARCAN, por fazer parte da população que compõe a pobreza extrema, é visto pela sociedade como uma ameaça, um temor e, muitas vezes, como sinônimo de marginalidade. Frente a essa realidade, os catadores sentem a desconfiança e o descrédito moral e, por serem muito pobres, sofrem uma exclusão social, mas a questão torna-se mais grave em virtude de realizarem um trabalho que é tido por muitos como sendo o mais medíocre e inferior. A ARCAN tem tido um papel fundamental para a diminuição dos preconceitos e para a ressignificação da identidade e a inclusão social dos seus associados, principalmente dos vinculados às atividades internas. Através de uma vivência direta, da aplicação de questionários e observações, foi possível fazer comparativos e observar que, por exemplo: os catadores independentes vivem um pouco melhor que os demais, os associados catadores apresentam situação mais crítica quanto à sobrevivência e os da unidade de triagem vêm conquistando um espaço na sociedade, o que tem contribuído para sua integração social. Foi possível constatar, também, uma melhora da auto-estima e uma relativa ascensão sócio-econômica entre os associados da ARCAN, principalmente entre os que trabalham na unidade de triagem, que conquistaram o respeito e consideração por grande parte da sociedade erechinense.

Palavras-chave: trabalho – moradia – território – lugar – cotidiano – identidade.

ABSTRACT

This research work was developed in Cristo Rei and Progresso districts in Erechim/RS, involving recyclable material collectors from Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN) and independent collectors, aiming to know about the possibility of re-meaning the identity as “collectors” of recyclable materials through a work performed in an association, and also through their houses. A comparison was made between ARCAN’s partners who work in the selection unit and those who collect materials on the streets, besides those who work independently, that is, those who do not have any entailment with the association. The association internal activity was observed, based on solidarity economy, as well as its importance and the living space of the collectors, on the conception of place and territory. The relation of production, collectivity, solidarity and commitment revealed on the quotidian of the partners and of the independent collectors were taken into account. Since most of the people that sets up ARCAN are very poor, they are seen as threaten, a dread and many times as a synonym of marginality by the society. Before this reality, the collectors perceive the distrust and moral discredit, and because they are very poor they suffer social exclusion, but the issue becomes more serious because they work on something that is considered, by many people, a mediocre and inferior job. ARCAN has had a fundamental role to diminish preconceptions and to re-mean the identity and social exclusion of the partners, mostly those entailed to internal activities. Through a direct contact, the application of questionnaires and observations, it was possible to make comparisons, and also to observe that, for instance: Independent collectors have a better life than the others; the partners of the association have a more critical situation regarding living and those from the selection unit have conquered a space in society, which has contributed for their social integration. It was also possible to evidence an improvement of self-esteem and a relative social-economical rising among ARCAN’s partners, mostly among those who work in the selection unit, who got respect and consideration by most of the local society.

Keywords: work – domicile – territory – place – quotidian – identity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 –	MAPA DAS ÁREAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL	74
FIGURA 02 –	MAPA DA REGIÃO ALTO URUGUAI	75
FIGURA 03 –	INSTALAÇÕES DA ARCAN EM CONSTRUÇÃO	77
FIGURA 04 –	PRÉDIO DA OBRA SANTA MARTA	78
FIGURAS 05 E 06 –	ESPAÇO INTERNO DA ARCAN	81
FIGURA 07–	A PRESIDENTE DA ARCAN E O PRESIDENTE DO CONSELHO	82
FIGURA 08 –	CAMINHÃO DA ARCAN UTILIZADO PARA A COLETA SELETIVA	83
FIGURAS 09 E 10 –	CARRINHO EMPLACADO E CATADORAS COM ACESSÓRIOS EXIGIDOS E A CARTEIRA DE LICENCIAMENTO.....	87
FIGURA 11 –	ÁREAS CENTRAIS PROIBIDAS PARA A CIRCULAÇÃO DE CARRINHOS DE COLETA NA CIDADE DE ERECHIM	88
FIGURA 12 –	SEDE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI), LOCALIZADO NO BAIRRO PROGRESSO, EM ERECHIM (RS)	96
FIGURA 13 –	CAMISETA USADA PELOS ASSOCIADOS DA ARCAN	100
FIGURA 14 –	SENHORA ANA ILDA BORGES DE 94 ANOS: CATADORA INDEPENDENTE	101

FIGURA 15 –	SENHOR GILBERTO JANESKO: CATADOR INDEPENDENTE	102
FIGURA 16 –	MAPA DOS BAIRROS DE ERECHIM/RS	109
FIGURA 17 –	MAPA DO BAIRRO CRISTO REI (ERECHEM/RS)	110
FIGURA 18 –	MAPA DO BAIRRO PROGRESSO (ERECHEM/RS)	110
FIGURA 19 –	LOCALIZAÇÃO DA ARCAN E DOS BAIRROS PROGRESSO E CRISTO REI	111
FIGURA 20 –	CASA ORIGINAL CONSTRUÍDA PELO PROJETO PROMORAR NO BAIRRO CRISTO REI (ERECHEM/RS)	114
FIGURA 21 –	VISTA PARCIAL DO ANTIGO BAIRRO DO “CACHORRO SENTADO”, ATUAL BAIRRO “BELA VISTA”	115
FIGURA 22 –	LOTEAMENTO POLETTO: ÁREA OCUPADA IRREGULARMENTE NO BAIRRO PROGRESSO	116
FIGURA 23 –	ÁREA OCUPADA IRREGULARMENTE NO BAIRRO PROGRESSO	116
FIGURA 24 –	CASA CONSTRUÍDA PELA SOCIEDADE DOS VICENTINOS PARA ATENDER À POPULAÇÃO MUITO POBRE	119
FIGURAS 25 E 26 –	INTERIOR DA MORADIA DE UM CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL	121
FIGURA 27 –	VISTA AÉREA DA PARTE CENTRAL DE ERECHIM/RS	127
FIGURA 28 –	BR 153 – MARCO DIVISOR ENTRE A ÁREA CENTRAL DE ERECHIM E OS BAIRROS PROGRESSO E CRISTO REI	128
FIGURA 29 –	VISTA DOS BAIRROS CRISTO REI E PROGRESSO (ERECHEM/RS)	131
FIGURA 30 –	A ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES CIDADÃOS AMIGOS DA NATUREZA (ARCAN)	138
FIGURA 31 –	AMPLIAÇÃO DA MORADIA DE UM CATADOR, EM MADEIRA, PARA ACOMODAR MELHOR AS PESSOAS DA FAMÍLIA	147

LISTA DOS GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – MOTIVOS PELOS QUAIS OS ASSOCIADOS DA ARCAN MIGRARAM PARA ERECHIM/RS	90
GRÁFICO 02 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS ASSOCIADOS DA UNIDADE DE TRIAGEM DA ARCAN	91
GRÁFICO 03 – RENDA INDIVIDUAL DOS ASSOCIADOS DA UNIDADE DE TRIAGEM DA ARCAN	92
GRÁFICO 04 – GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA UNIDADE DE TRIAGEM EM RELAÇÃO AO TRABALHO NA ARCAN	99
GRÁFICO 05 – MOTIVOS QUE LEVARAM OS ASSOCIADOS DA ARCAN A RESIDIR NOS BAIRROS CRISTO REI E PROGRESSO	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – RELAÇÃO DE BENS DURÁVEIS DOS ASSOCIADOS DA ARCAN E DOS CATADORES INDEPENDENTES (2004)	93
TABELA 02 – RENDA INDIVIDUAL (SALÁRIOS MÍNIMOS DOS CATADORES ASSOCIADOS DA ARCAN E DOS INDEPENDENTES)	103
TABELA 03 – MATERIAL RECICLÁVEL – VALOR (R\$ POR KG) PAGO PELA ARCAN E DEMAIS EMPRESAS DO RAMO (2004)	104
TABELA 04 – CONDIÇÃO DE MORADIA DOS CATADORES ASSOCIADOS DA ARCAN E DOS INDEPENDENTES (% SOBRE O NÚMERO DE CATADORES DE CADA GRUPO)	123
TABELA 05 – DESPESAS BÁSICAS DOS CATADORES ASSOCIADOS DA ARCAN E DOS INDEPENDENTES – COMPROMETIMENTO DA RENDA MENSAL (% SOBRE O N° DE CATADORES DE CADA GRUPO)	124

LISTA DE SIGLAS

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil

ABPEL – Indústria e Comércio de Papéis Ltda

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ARCAN – Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza

BNH – Banco nacional da habitação

CARGIPEL – Comércio de Papéis Ltda

CEPO – Centro de Educação Popular

COMIL – Corradi Mascarello Ltda

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IAF – Fundação Interamericana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ITCPS – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROETI – Projeto de Educação Integral

PROMORAR – Programa de Erradicação da Subabitação

UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS	29
1.1 O trabalho e a moradia, território e lugar na ressignificação da identidade	29
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO	45
2.1 Origens históricas da Economia Solidária	47
2.2 O reaparecimento da Economia Solidária	50
2.3 A viabilidade e as perspectivas da Economia Solidária e as redes de colaboração solidária	53
2.4 O mercado solidário	58
2.5 A lógica que difere a Economia Capitalista da Economia Solidária	60
2.6 Políticas públicas para a Economia Solidária	63
2.7 Crítica ao Capitalismo e à Economia Solidária	68
3 A ARCAN – O TRABALHO COMO BASE DO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE	73
3.1 Histórico da ARCAN	73
3.2 Funcionamento interno da ARCAN	80
3.3 Participação do Poder Público Municipal	84
3.4 A origem dos trabalhadores da ARCAN e os motivos que os trouxeram para Erechim	89
3.5 O perfil dos trabalhadores da unidade de triagem	90
3.5.1 Os catadores da rede viária associados à ARCAN	97
3.5.2 Os catadores independentes	100

3.5.3	Motivos que levam os catadores independentes a não vender material reciclável na ARCAN	103
3.5.4	O funcionamento das atividades nas empresas de reciclagem de Erechim (RS) e o perfil de seus trabalhadores	105
3.5.5	Opinião dos empresários sobre a ARCAN	107
4	A MORADIA PARA OS ASSOCIADOS DA ARCAN	108
4.1	Os selecionadores da unidade de triagem	108
4.2	Os catadores associados da ARCAN	119
4.3	A moradia para os catadores independentes	122
5	A ARCAN ENQUANTO TERRITÓRIO E LUGAR DOS CATADORES	125
5.1	As áreas centrais do município de Erechim como território	126
5.2	A ARCAN como território	131
5.3	A ARCAN como lugar	133
5.3.1	A moradia enquanto território e lugar	138
5.3.2	A moradia enquanto lugar	140
5.3.3	A moradia enquanto território	143
	CONCLUSÃO	150
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
	ANEXOS	175

INTRODUÇÃO

Pela constante atuação do homem como agente interventor da realidade social, que se constitui pela força de interesses e se fortalece na sua relação com o território, o espaço permite que se compreenda como o homem organiza sua vida e suas formas de produção.

O espaço geográfico, em inúmeras obras sobre o tema, é enfatizado por um conjunto de conceitos que possibilita diferentes leituras. Para Suertegaray (2000, p. 31) “o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais”.

Nesse sentido, o espaço geográfico expresso por meio das diferentes óticas, entre elas a de lugar e território, tem sido palco da ação humana, interagindo sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o. Assim, a produção do espaço tem resultado da dinâmica social das sociedades que, ao se reproduzirem por meio de um modo de produção, revelam suas marcas.

Entender a reprodução de vida no cotidiano é algo importante a considerar, pois possibilita analisar as formas de sociabilidades, as relações sociais e a conseqüente identidade que se constrói entre grupos sociais.

É nessa perspectiva que esse trabalho se insere. Nele buscou-se analisar o processo de produção que expressa o interesse comum de um grupo de catadores que organizou uma associação como uma forma alternativa de amenizar a extrema pobreza a que está exposto. O perfil do ser humano, que sobrevive do lixo e compartilha a cultura da pobreza com muitos outros em tal situação, revela uma grande fragilidade de identidade, pois necessita constantemente lutar para ser incluído e considerado na sociedade, que disfarçadamente o discrimina e não facilita sua ascensão socioeconômica. O problema que se estabelece em relação a esse grupo é semelhante em todas as escalas, mas em âmbito local sente-se o descaso para com esses cidadãos que margeiam a sociedade erechinense como seres quase inexistentes.

A preocupação da maioria dos membros da sociedade é com a ameaça que esse grupo pode representar à sua segurança, à beleza e ao equilíbrio paisagístico do anel central da cidade, à organização urbana e ao trânsito, à medida que os catadores trafegam com os carrinhos pela rede viária, revelando o retrato da pobreza que muitos preferem ocultar, como se a cidade de Erechim fosse um modelo de progresso, com avenidas largas bem arborizadas, limpas e, conseqüentemente, com baixo percentual de pobreza.

Vinculada a essa problemática, esta dissertação tem como principais objetivos analisar o espaço vivido desses catadores numa dimensão local, considerando o seu cotidiano imediato no tocante às relações que acontecem no local de trabalho e moradia, avaliando a

questão da exclusão social como fruto da globalização e da dependência do mercado e a reterritorialização como alternativa de inclusão social.

A organização do grupo nos diferentes ambientes, a busca de novos significados e resultados diante de um trabalho embasado numa economia solidária e num espaço de moradia fortalecido pela rede de solidariedade foram observados, registrados e analisados, perpassando-se questões referentes a relações sociais, econômicas e políticas que envolvem esse território/lugar (o do trabalho e moradia).

Buscou-se associar as questões que se apresentavam, destacando a *desterritorialização* (o desprender dos vínculos territoriais de origem, motivados pelo êxodo rural, a mudança constante dos locais de trabalho e moradia), a *territorialidade* (o desafio do novo, o descobrir o seu lugar na comunidade, o investir na relação com o outro através da semelhança social e econômica e o afloramento do sentimento de pertencimento), a *cidadania* (o apostar na conquista de um espaço na sociedade através da união desse grupo social por meio de um projeto de trabalho solidário e pela conquista da moradia), a *exclusão/inclusão social* (o sentimento e as manifestações do preconceito local e os caminhos trilhados para uma relativa inclusão), a *solidariedade* (a manifestação de apoio entre o grupo, com a finalidade do bem-estar comum), a *identidade* (a luta por uma ressignificação da identidade através de uma associação; a possibilidade de se sentir cidadão trabalhador, respeitado e aceito pela sociedade erechinense).

Esses conceitos básicos norteadores da pesquisa, associados ao território e lugar, tendem a oferecer uma visão sobre a condição desses catadores e as perspectivas possíveis de progresso econômico através de uma atividade alternativa local.

Nessas análises, com o objetivo de conhecer a origem da problemática do estudo e as possibilidades de ascensão dos atores envolvidos em âmbito local, utilizam-se como referencial de articulação os conceitos de território, lugar, cotidiano, moradia, trabalho e economia solidária, contidos nas contribuições de SANTOS, LEFEBVRE, REFFESTIN, HAESBAERT, HEIDRICH, BRANDÃO, CASTELLS, CALLAI, HELLER, CARLOS, CORAGGIO, SINGER, CATTANI, GAIGER, MANCE, entre outros.

A pesquisa se desenvolve no município de Erechim, cidade-pólo da Região Alto Uruguai¹, que possui uma economia baseada no comércio, indústria e na predominância da policultura. Os hábitos e o manejo do trabalho com a terra e a cultura resultam da influência da imigração européia, principalmente italiana, alemã, polonesa e judaica.

Em 1910, foi inaugurada a Estação Ferroviária do município que, mais modernamente, chamava-se Paiol Grande. Pelo trem vieram os imigrantes europeus e aqueles que procediam de colônias velhas dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e outros. A atividade econômica nesses municípios foi iniciada com a venda dos produtos do setor primário, provindos das pequenas propriedades policultoras, gerando um pequeno comércio, e, mais tarde, dando origem à indústria.

O progresso econômico torna Erechim o município mais importante da região². Conseqüentemente, uma acelerada urbanização começa a ocorrer, principalmente motivada pelo êxodo rural, trazendo consigo os problemas típicos desse processo, como crescimento

¹ A Região Alto Uruguai se localiza no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, sendo composta por 30 municípios, somando um total de 183.927 habitantes, com 43,85% residentes no meio urbano e 56,15% no meio rural.

² Erechim conquistou sua emancipação em 31 de março de 1918, através do decreto nº 2.392.

desordenado, proliferação de loteamentos clandestinos, especulação imobiliária e segregação espacial dos grupos sociais.

Erechim é provedora de bairros elitizantes como os da Cegonha, Estar do Chile, José Bonifácio, Ipiranga e Bela Vista, muito bem estruturados, arborizados e com constante manutenção. São ocupados por uma população de médio a alto padrão socioeconômico, como empresários, comerciantes, latifundiários, funcionários públicos de alto escalão, médicos, além de outros profissionais liberais.

Por sua vez, os bairros Progresso (3.901 habitantes) e Cristo Rei (3.625 habitantes)³, que compõem o campo empírico dessa pesquisa, localizados na zona sul do município, estão totalmente segregados do resto da cidade, tendo como marco divisório a BR 153. A população moradora dos bairros em questão é pobre, com uma pequena parte vivendo em miséria absoluta, formando o exército de trabalhadores braçais, como serventes de obra, catadores, cortadores de pedra, faxineiras, empregadas domésticas, além de desempregados e pessoas envolvidas em práticas ilícitas como tráfico de drogas, contrabando e roubos.

Os bairros são os referenciais geográficos donde os fatos procedem, investigando-se as áreas ocupadas com moradias nas encostas dos morros, as cedidas e as compradas (direito de posse) pelos catadores associados da Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN) e os independentes, além da unidade de Triagem, local de produção e serviços do grupo.

³ Os bairros Cristo Rei e Progresso passam por processo de ocupação há praticamente 20 anos. Somente em 30 de novembro de 1995, passaram a ser reconhecidos como bairros, com os respectivos nomes, através da Lei Municipal n.º 2.749.

Os procedimentos metodológicos estão apoiados em revisão bibliográfica associados à compreensão dos vínculos de pertencimento ao território e de perspectiva de inclusão e de enfraquecimento da exclusão social, além de desdobramento dos conceitos de lugar, trabalho, economia solidária, moradia, cotidiano e identidade. Por meio desses, procurou-se realizar um estudo da situação da comunidade envolvida, através da aplicação de um questionário, no qual buscou-se levantar informações sobre os associados da ARCAN⁴, dos catadores⁵ independentes, das empresas do ramo da reciclagem, do Centro de Educação Popular (CEPO)⁶, da Obra Assistencial Santa Marta⁷, da Prefeitura Municipal de Erechim, do Arquivo Histórico, da Biblioteca Pública e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

O período que abrange os estudos da pesquisa corresponde às duas últimas décadas, período esse em que se intensifica a urbanização dos referidos bairros e começam as ocupações ilegais de terrenos por famílias vindas principalmente de municípios adjacentes a Erechim.

Optou-se por uma metodologia qualitativa e participativa, abarcando como população alvo os catadores de material reciclável de Erechim, que moram em diversas áreas

⁴ A Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), fundada no dia 06 de fevereiro de 2001, com sede no Bairro Progresso, em Erechim (RS), é uma organização não-governamental, autônoma e sem fins lucrativos. Tem por objetivo promover a defesa do meio ambiente e buscar melhores condições de trabalho e de vida para seus associados.

⁵ O termo “catador” refere-se àquele que cata; busca com atenção, procura, apanha. Essa terminologia é utilizada no decorrer da pesquisa por considerar que o termo não inferioriza esse trabalhador, pois o preconceito não está na palavra, e sim, no preconceito de certas pessoas que a pronunciam. Os catadores entrevistados sentem-se humilhados é com o termo “lixeiro”. Também será utilizado o termo “selecionador” (aquele que separa, escolhe).

⁶ O Centro de Educação Popular (CEPO) é uma Organização não-governamental, fundada em 1985, no município de Erechim (RS), que tem por objetivo dar assessoria a organizações sociais. Possui uma diretoria que é eleita a cada três anos e um colegiado formado por nove pessoas da comunidade, ligadas a movimentos sociais, que tem o papel de fiscalizador e incentivador das ações.

⁷ A Obra Assistencial Santa Marta foi fundada no ano de 1984, em Erechim (RS), pela Congregação Religiosa das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. No ano de 1992, a referida congregação deixa de administrar e coordenar os trabalhos da obra. Em 28 de abril de 1992, torna-se uma instituição civil de direitos privados, sem fins lucrativos, administrada e coordenada por pessoas da comunidade de Erechim.

dos bairros Cristo Rei e Progresso e trabalham internamente na Unidade de Reciclagem da ARCAN fazendo a seleção do material reciclável, mais os associados que circulam pela cidade fazendo a coleta, e os catadores independentes, ou seja, aqueles que não têm nenhum tipo de vínculo com a associação. Também foram investigadas várias empresas de reciclagem do município, bem como o papel da prefeitura na questão das atividades funcionais dos catadores.

O aspecto qualitativo está presente porque a pesquisa focaliza um grupo específico, porém significativo, pelas semelhanças e pelas experiências de vida. O entendimento sobre a dinâmica que envolve a ressignificação da identidade desse grupo foi elaborado através das informações detalhadas sobre o grupo, em estudo e contextualização das condições em que se realiza o processo de desterritorialização/exclusão social, re-territorialização como forma de inclusão social, assim como do conhecimento do papel da economia popular solidária, como uma possibilidade de ressignificação identitária, a partir do trabalho realizado junto à ARCAN.

Por sua vez, o aspecto participativo está vinculado ao fato de os estudos da pesquisas terem se projetado a partir do espaço vivido pelo grupo, do cotidiano, da troca de conhecimento, do sentimento de pertencimento e da força da comunidade. Daí a relação do saber empírico, com o conhecimento científico. Embora o tema central perpassasse os diferentes capítulos, optou-se por organizá-los em cinco partes, a fim de possibilitar uma compreensão mais efetiva e uma melhor sistematização do trabalho.

No **Capítulo I**, a intenção é de apresentar alguns conceitos fundamentais que norteiam a pesquisa em si e possibilitam uma melhor apreensão à trajetória do processo de luta e conquista da identidade a partir do território e lugar.

Os conceitos difundidos foram *trabalho* (numa visão retrospectiva e de sustentabilidade de vida), *cidadania* (vinculada aos processos de luta e as questões sociais fragilizadas), *lugar* (como parte do cotidiano imediato do grupo em questão e possibilitador da criação de identidade), identidade (considerando a relação entre as pessoas, o reconhecimento social da diferença e a conquista do espaço como cidadão na sociedade) e território (como uma concepção de espaço produzido numa dimensão concreta, com caráter utilitário, funcional e afetivo oferecendo condições para o processo de inclusão social e da ressignificação da identidade por meio de vínculos territoriais), pois se acredita que melhor traduzem e explicam a referida abordagem da pesquisa.

Atribui-se o fortalecimento da ARCAN à opção de desenvolver as atividades no molde de uma Economia Solidária, questão amplamente discutida no **Capítulo II**, nos aspectos referentes à sua historicidade, evolução e tendência frente às inúmeras iniciativas de subsistência hoje existentes principalmente nos países subdesenvolvidos. É feita uma análise sobre a agravação das desigualdades sociais em decorrência do Sistema Capitalista.

Nesse sentido, remete-se à viabilidade da Economia Solidária em integrar a população excluída ao mercado de trabalho, a partir de uma lógica humana, acrescentando-se a importância dos empreendimentos afins que necessariamente precisam estar conectados às redes de consumo solidário, já que essa economia se realiza no mercado e compete com

empreendimentos capitalistas. Frente a isso, contextualiza-se a lógica diferencial entre a Economia Capitalista e a Economia Solidária.

Também são mencionadas as políticas públicas quanto à assistência e às relações de trabalho em prol da capacitação dos trabalhadores com vínculos à produção para garantir a construção solidária das cadeias produtivas. E, por fim, é feito um paralelo entre as Economias Capitalista e a Solidária, levantando-se posicionamentos a partir de uma reflexão crítica quanto à efetiva aplicação da Economia Solidária e à eficiência capitalista em resguardar e preservar sua lógica de acumular e direcionar as ações econômicas com o objetivo de rentabilidade máxima.

Nos dias atuais, a multiplicação de experiências de geração de trabalho e renda, de maneira solidária, tem se dinamizado e despertado o interesse de universidades, entidades de assessoria e de centros de pesquisa. Daí a razão de se dedicar um capítulo à abordagem sobre economia solidária, observando-se sua aplicação na associação sem, no entanto, nos determos especificamente a ela como norteadora da pesquisa.

O **Capítulo III** aborda o processo histórico da ARCAN e o perfil dos catadores da associação, daqueles que trabalham na unidade de triagem e dos que coletam materiais recicláveis pelas ruas da cidade, assim como o dos catadores independentes. Foi observada a fragilidade da identidade, a importância do trabalho como “catadores de material reciclável” e como acontecem as atividades nos dois meios, ou seja, na unidade de triagem e pelas ruas da cidade, bem como a caracterização, do ponto de vista econômico e social, do perfil dessa força de trabalho. Detivemo-nos a identificar as inter-relações existentes entre o poder público municipal, os catadores e as empresas de reciclagem do município.

Os resultados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com 22 associados da ARCAN que trabalham na Unidade de Triagem, com outros 08 associados que fazem a coleta do material reciclável na rede viária de Erechim e vendem à associação, e com 12 catadores independentes. Também foram entrevistados o Secretário Municipal da Ação Social e Cidadania, a Coordenadora da Obra Santa Marta e 04 empresários do ramo da reciclagem, sendo que um trabalha na informalidade.

Os questionários foram elaborados com perguntas abertas e semi-abertas, sendo aplicados aos catadores da associação em dois turnos (diurno e noturno), visto que o grupo tem horário diferente de trabalho. A entrevista buscou levantar dados como localidade ou região de origem, escolaridade, renda mensal, número de pessoas por família, o sentimento de cidadania e identidade como "catador de material reciclável", entre outros relevantes.

O **Capítulo IV** destaca questões referentes à moradia dos catadores, sendo feita uma leitura da situação das habitações, como essas afetam o sentimento de cidadania do grupo e como se dá à produção do espaço a partir da forma de ocupação legal ou ilegal do solo. Como é promovida a solidariedade entre eles, para amenizar as deficiências infra-estruturais de saneamento básico. Destaca-se, ainda, como se fortalece o sentimento de pertencimento dos referidos moradores, a partir das relações que ali se estabelecem e de seu cotidiano. Observa-se, também, as ações e iniciativas do poder público municipal na urbanização local, com vistas a assegurar as condições mínimas de habitação desse grupo. Os resultados deste capítulo foram obtidos através de entrevistas e de visitação direta a locais de ocupação e moradia dos associados da ARCAN e dos catadores independentes.

Por fim, o **Capítulo V** é dedicado a informar sobre a constituição da ARCAN através do trabalho e da moradia, com base nas realizações do cotidiano imediato a partir de uma concepção de “território” e “lugar” como palco da dinâmica do mercado de trabalho, e das possibilidades de inclusão social e de resgate da identidade.

1 ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1.1 O trabalho e a moradia, território e lugar na ressignificação da identidade

Ocupamos um lugar no espaço para morar, trabalhar, nos locomover, também o desocupamos a partir do princípio da sobrevivência e da força do capital. Das necessidades que emergem da nossa vida diária e da história que construímos, são extraídos os elementos para pensar o mundo.

Conforme Santos (1999, p. 254), “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada um”. O homem, para a sustentação da vida e crescimento econômico e social, utiliza a força e o trabalho como caminho para a concretização de seus objetivos. Por sua vez, Antunes (1995, p. 123) considera que “[...] o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem [...]”. Entretanto, o trabalho passa por várias formas opressivas, deixando de ter um caráter humanizador para tornar-se uma forma de sobrevivência.

É no sistema capitalista que, com a atribuição de preços às mercadorias, segundo William Petty (1623-1687) e Adam Smith (1723-1790), o trabalho torna-se fonte de valor. Mesmo assim, os autores consideravam que era apenas a partir do jogo de força do mercado que o homem satisfaria suas necessidades, através da divisão do trabalho. David Ricardo (1772-1823) propôs a teoria do valor-trabalho: o salário seria algo natural, fixado de acordo com as necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Já Karl Marx (1818-1883) propôs a teoria da mais-valia, a qual o trabalho não-pago seria a fonte do lucro e da renda da terra. Frederick W. Taylor considerava o trabalho manual “inferior”, sugerindo que o trabalho mental era superior àquele.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a automação em alta, vários teóricos consideraram a ciência e a tecnologia os responsáveis pelo processo produtivo, e não o trabalho humano.

O conceito de trabalho tem evoluído, graças ao resultado da interação criativa entre a ação e reflexão prática produtiva e a teoria da organização social para a produção e reprodução de vida. Essa visão evolutiva do trabalho parte da visão da práxis, que identifica a evolução do trabalho humano na relação entre a ação, emoção, prática, transformação e conhecimento do mundo e de si mesmo.

Arruda (2003, p. 269) afirma que é “a partir da compreensão das transformações concretas no mundo do trabalho e da noção da práxis do trabalho que se chegou ao conceito de economia da práxis, também chamada ‘socioeconomia solidária’”. Entender o trabalho a partir da produção e transformação da realidade significa situar o ser humano no mundo e na

sociedade, oportunizando a ele atender suas necessidades e aspirações que irão refletir na construção de sua personalidade e identidade.

O emprego, sempre tão almejado pelos diferentes grupos sociais ao longo da história da humanidade, torna-se cada vez mais disputado nos dias atuais. Para fazer frente a essa situação, e diante da realidade dos grupos menos favorecidos, ou seja, o dos excluídos, explorados e dominados pela sociedade e pelo mercado, têm surgido, nos últimos 15 anos, principalmente na América Latina, movimentos coletivos e solidários que projetam uma estratégia de luta contra o desemprego e a exclusão social.

Esse modelo, conhecido atualmente como “Economia Solidária“, além de se contrapor à globalização capitalista, se lança em busca de novas relações econômicas, sociais, culturais e políticas para construir os alicerces da nova forma de organização da produção, oposta àquela que rege o mercado capitalista. Dessa forma, a Economia Solidária tem mostrado resultados relevantes ao combate às desigualdades, quando possibilita que os valores econômicos gerados pelo trabalho possam realimentar o processo de produção e consumo, promovendo o bem viver das coletividades.

Conforme Singer (2002, p. 113), “[...] em grande medida, as empresas solidárias são resultados diretos da falência de firmas capitalistas, da substituição do solo por latifúndios e do desemprego em massa”.

Na atual contextualização histórica, econômica e social, o indivíduo tem sido abortado de seus direitos e garantias sociais, configurando a perda da identidade e a permanente luta de seu resgate. Na fragilidade das condições da população excluída, a

moradia consiste em um dos direitos de maior relevância na questão do sentimento da cidadania do ser humano, pois o local de residência é uma forma fundamental de apresentação dos indivíduos ao mundo. O sentimento de morar se vincula ao sentimento de localidade, de pertencimento ao lugar, que passa a representar sua privacidade e dignidade.

Mais do que o sentimento de pertencimento, o morar revela, na sua aparência explícita, as condições materiais e históricas relacionadas a esse segmento e à sua exclusão no processo de produção capitalista. A estabilidade da moradia é algo incerto à população menos favorecida, pois de um momento para o outro pode não ter onde morar, já que o seu trabalho é irregular e esporádico, não dando garantia para a manutenção de um aluguel ou do pagamento de uma prestação da casa própria, por mais irrisório que seja o valor.

Em uma sociedade fundada sobre a propriedade privada e a ideologia da casa própria, aqueles que não desfrutam desses direitos não são plenos cidadãos. De acordo com Santos (1987, p. 81), “cada homem vale pelo lugar onde mora”. Assim, de poucos direitos dispõe a população pobre numa relação de exclusão ou inclusão marginal com o resto da sociedade.

Para uma cidadania plena, é necessário que o indivíduo tenha a possibilidade de exercer atividade produtiva (base de sustentação e de manutenção de sua vida biológica), caso contrário está fadado a perder sua identidade e seus bens simbólicos, correndo o risco de ser considerado como excluído socialmente do exercício da sua cidadania. Conforme Severino (1994, p. 98),

Quando falamos de cidadania estamos nos referindo a uma qualificação da condição de existência dos homens. Trata-se de uma qualidade de nosso modo de existir histórico. O homem só é plenamente cidadão se compartilha efetivamente dos bens

que constituem os resultados de sua tríplice prática histórica, isto é, das efetivas mediações de sua existência.

A origem da palavra cidadania vem do latim “Civitas”, que quer dizer cidades. Na concepção de Dallari (1998, p. 10),

A cidadania é a ação pela qual alguém se torna civil, habitante de uma cidade e passa a fazer parte de uma civilização. A palavra cidadania foi usada na Roma Antiga para indicar situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer.

Historicamente, a cidadania desenvolveu-se através de um processo de lutas e práticas de liberdade em inúmeros países do mundo, em diversos momentos, obtendo diferentes conquistas nos séculos XVIII⁸, XIX⁹ e XX¹⁰, onde proliferam as novas tendências políticas, inovações no mundo do trabalho, que acabaram caracterizando os diferentes tipos de cidadãos. Entretanto, quando se fala em cidadania, é importante destacar que sua evolução acontece lentamente nos países do Terceiro Mundo, visto que a população pobre, ao longo de sua história, foi tolhida em seu direito ao trabalho, ao voto e à informação e aos bens mínimos ao seu bem-estar.

O Brasil está incluído nesse contexto, pois grande parte de sua população encontra-se carente de direitos sociais básicos como educação, saúde, alimentação e moradia, entre outros. O direito à moradia é garantido por lei no Brasil, porém a população pobre sofre

⁸ No séc. XVIII, com a emergência do Estado-nação em toda Europa, esse conceito adquiriu um importante elemento: a qualidade de membro. Pelo simples fato de ser membro de um Estado-nação, todos os habitantes ascendiam ao *status* de cidadão.

⁹ No séc. XIX, o direito de associação, que representa um importante direito, foi incorporado ao *status* da cidadania, proporcionando as bases para a classe trabalhadora adquirir direitos políticos.

¹⁰ Já em meados do século XX, os direitos sociais se estabelecem, garantindo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança social.

pela ausência de políticas habitacionais. De acordo com Guerrand (apud PIMENTA, 2001, p. 01),

[...] o problema habitacional das camadas de renda mais baixa nas sociedades capitalistas só pode ser amenizado com fortes programas estatais de política habitacional, envolvendo planejamento, política fundiária, projetos urbanísticos e arquitetônico adequados, e construção de unidades habitacionais em grande número e a custos reduzidos.

Para as camadas populares, é essencial assegurar um teto, pois mesmo na falta de uma atividade rentável, a moradia significa segurança. Ao longo dos anos, o Estado brasileiro buscou definir políticas habitacionais no intuito de resolver a carência de moradias. A exemplo, nos anos 30, o Estado cria as Carteiras Prediais do Instituto de Aposentadorias e Pensões, assumindo a construção de casas populares. Em 1946, é criada a Fundação Nacional da Casa Popular, que viria a beneficiar trabalhadores de baixa renda. Dezoito anos depois, a fundação é extinta e o governo cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), pela Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, tendo como meta estimular e aumentar a produção de habitações populares, visto que o programa era financiado através da receita do FGTS. Em 1986, o programa se dilui, provocando uma redução de recursos que limita a demanda de habitações populares e acaba favorecendo apenas à população com rendimento até 5 (cinco) salários mínimos.

Na Constituição de 1988, no artigo seis, ficam estabelecidos os direitos básicos do cidadão brasileiro, porém, entre esses, a questão da moradia é escamoteada. Só com a publicação da Emenda constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, com mudanças no artigo seis, a moradia passa a ser reconhecida como um direito do cidadão. O Estado, apesar de demonstrar intenção de atender a população carente, ainda precisa reunir recursos para

investir em projetos de produção e renda para que a classe popular, através do trabalho, possa adquirir e manter sua moradia.

A solução para os problemas habitacionais no Brasil está longe de acontecer, entretanto é pertinente o envolvimento de certas formas de sociabilidade entre as pessoas, da organização associativa de bairros, comunidades e do constante alerta para a problemática junto aos órgãos competentes.

Muitas resoluções para problemas enfrentados pela população pobre acontecem em âmbito local. Como, em geral, não participam plenamente das instituições, bem como não têm acesso a bens de custos elevados, as pessoas se solidarizam mais facilmente em seu local, seja a cidade, a vila, o bairro, formando redes sociais engajadas em projetos de sobrevivência coletiva. Muitos grupos que estão dentro do circuito inferior¹¹ da economia, como é o caso dos membros da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN), do município de Erechim (RS), não reconhecem mais sua identidade ou sofreram tamanha desculturização¹² que, isoladamente, não conseguem sequer resgatá-la. Por isso a tendência dessas pessoas em agrupar-se.

Nesse patamar de pensamento, Castells (1999, p.79) afirma que,

[...] as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença [...] para que isso acontece, faz-se necessário um processo de

¹¹ Conforme Santos (1979, p. 155), “[...] As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que não pára de aumentar com a chegada maciça de migrantes vindos do campo, acarretam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não-moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, freqüentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda a espécie”.

¹² Para Santos (1987, p. 61), “Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento”. Assim sendo, quando o indivíduo é obrigado a abandonar o seu lugar, perde parte do ser, ocorrendo um processo de desterritorialização, que pode significar alienação, estranhamento e também desculturização.

mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos, pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum [...].

Assim, se reproduz uma necessidade de se estabelecer ações que venham auxiliar na (re)significação de lugares¹³, por ser ele o representante do cotidiano imediato, localmente vivido. No século XX, o interesse com relação ao estudo do lugar esteve vinculado principalmente aos rumos da Geografia Humanística¹⁴ e da Geografia Radical¹⁵. Sendo que a primeira irá identificar o lugar através do modo como ele é vivenciado pelos homens e a segunda irá compreender o lugar numa acepção do regional sobre o global, da construção social entre o espaço-tempo, ambiente e lugar.

A fundação da uma identidade como indivíduo, como membro de uma comunidade, interagindo ao lugar depende da socialização das carências comuns, levando-se em conta as particularidades dos indivíduos, além da uma vontade de fazer as coisas acontecer.

A análise das entrevistas realizadas com os membros da ARCAN revela que os catadores percebem o lugar como espaço de transformação, de ocupação e construção que se reproduz nos atos rápidos, silenciosos e socializados.

¹³ A concepção de lugar, no século XIX, foi destacada por Ritter (apud MORAES, 1993, p. 49), quando defende, no estudo da Geografia, a individualidade dos lugares dentro de um “Sistema Natural”. Por sua vez, La Blache (apud CARLOS, 2004, p. 67), no final do mesmo século, na conservação de sua visão naturalista, dizia explicitamente “a Geografia era uma ciência dos lugares e não dos homens”, e o que interessaria à análise seria o resultado da ação humana na paisagem, não está em si mesma, associando o conceito de lugar à idéia de região.

¹⁴ Dentro dos parâmetros da Geografia Humanística, Relph (apud FERREIRA, 2000, p. 66-67) afirma que o “lugar deve ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que temos do ambiente em que vivemos”.

¹⁵ Na concepção da Geografia Radical, para Harvey (apud FERREIRA, 2000, p. 71) “[...] o lugar é uma construção social e deve ser compreendido tanto como uma localização quanto como uma configuração de “permanência” relativas internamente heterogênea, dialética e dinâmica contida na dinâmica geral de espaço-tempo de processos sócio-ecológicos. Ou seja, processos específicos contidos e expressos dentro do processo global”.

Para Massey (1997, p. 322),

O lugar não possuiria um sentido único compartilhado por todos, do mesmo modo que as pessoas não possuem uma identidade única [...] o que dá ao lugar sua especificidade não é algum tipo de história longamente internalizada, mas o fato de que ele é construído a partir de uma constelação particular de relações sociais que se enlaçam num *locus* particular.

Muito mais do que a identificação como espaço, ou de um sentimento de pertencimento, é a partir do cotidiano que as coisas acontecem e as ações criam forma. É justamente nesse espaço segregado que a maioria dos catadores projetam sem ocultações as necessidades de sobrevivência e trabalho.

Nesse sentido, Lefebvre (apud CARLOS, 2004, p.63) esclarece que “o cotidiano é o encadeamento dos atos que formam um conjunto que não se reduz à soma dos atos isolados, mas de um encadeamento de ações que se efetua num espaço e tempo sociais ligados à produção”.

Heller (1970, p. 40) reafirma a cotidianidade dos homens como fator estimulador de novas possibilidades, de acordo com a época em que se vive, dizendo que “[...] sabemos que a vida cotidiana tem sempre uma hierarquia espontânea, determinada pela época (pela produção, pela sociedade, pelo posto do indivíduo na sociedade”. O espaço, quando fragmentado em diferentes formas de apropriação, através do trabalho, moradia, consumo, lazer, etc, torna-se mercadoria.

Para esse grupo que está abaixo da linha da pobreza, a inserção no modo de produção capitalista acontece de modo marginal e precário; além disso, o estigma de exercer uma atividade humilde e morar em barracos e casebres, enfraquece a possibilidade de uma

ascensão social dos indivíduos e entrava a ressignificação de sua identidade. Daí a “força do lugar”, pois cada lugar tem sua potencialidade que pode propiciar aos homens condições de pensarem alternativas para si e para aqueles com os que se identifica.

Segundo Callai (2000, p. 119), “o conjunto de características que formam a feição de um determinado lugar constituem a sua identidade”. Para se compreender o conceito de identidade¹⁶, é preciso considerar a relação entre as pessoas e delas com o lugar. Obviamente nessa relação irão suceder-se várias contradições¹⁷, pois essas nem sempre são harmônicas. Existem diferenças e estranhamentos entre os grupos ali estabelecidos, já que cada lugar tem uma energia que é resultante de uma construção social que revela as condições materiais e históricas de cada indivíduo e de seu espaço de vivência.

Assim sendo, a identidade torna-se pertinente a partir desses fatores, ou seja, de como as pessoas produzem um espaço com características próprias, com suas marcas e diferenciações internas fundamentadas na força política e cultural dos grupos.

Conforme Brandão (1986, p.42), “[...] identidade não é apenas o produto inevitável da oposição por contraste, identidade se dá a partir do próprio reconhecimento social da diferença”. A partir dessa visão, os fatos da vida de cada indivíduo geram sobre ele uma lenta imagem de si mesmo, que se constrói aos poucos, no decorrer de experiências de trocas com os outros.

¹⁶ Entre os psicólogos clínicos e psicanalistas, identidade pode ser um conceito que explique, por exemplo, o sentimento pessoal e a consciência de posse de um eu, de uma realidade individual que nos torne um sujeito único, exclusivo.

¹⁷ As contradições podem ocorrer, porque diferentes personalidades acabam interagindo no cotidiano do lugar. Isso pode representar a multiplicidade de planos sociais, ocorrendo estranhamentos.

É possível a um grupo negar-se a si mesmo e atribuir-se uma identidade de inferior e dominado como uma forma de autoproteção, pois essa condição tende a impulsionar a luta por sobrevivência. Essa alternativa estabelece a relação da diferença, formando uma identidade de minoria, através de símbolos que retratam sua condição de pobreza e de exclusão social. Em contrapartida, o diferente pode significar ser superior¹⁸, quando se enaltece a identidade através de traços culturais marcantes que podem ser representados simbolicamente ou concretamente.

Para Castoriadis (1992, p. 30),

Considerar o outro como inferior, historicamente, é o que quase sempre tem prevalecido, pois dizer que os outros são 'iguais a nós' não poderia significar iguais na indiferenciação, mas na incomparabilidade. O que em hipótese alguma significa que se trata de uma "fatalidade" ou de uma "necessidade lógica", mas de uma simples "probabilidade", uma "vertente natural" das instituições humanas, que sempre se pretendem superiores e mais "verdadeiras" que as demais.

Convém, no entanto, ressaltar que a identidade pode ser construída através de um processo de significado com base nas características culturais inter-relacionadas. Ao referir-se a essa construção, Castells (1999) estabelece uma distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis que podem ser definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. O autor afirma que,

[...] as identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individualização que envolve. Em termos mais genéricos pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções (CASTELLS, 1999, p.103).

¹⁸ Haesbaert (1997, p. 46) exemplifica a identidade a partir dessa questão, destacando a territorialidade do gauchismo em solo nordestino, onde o simbolismo de sua cultura se estabelece de forma austera.

Vale lembrar que a sociedade nos dias atuais reflete de maneira contundente um agrupamento de significações e interesses. Assim, a exclusão do indivíduo se processa pelo descaso de suas necessidades, de seus valores e pelo enfraquecimento da identidade. Nesse sentido, Castells (1999, p. 79) expõe que, devido à exploração econômica, à dominação cultural e à repressão política, não restou outra alternativa aos indivíduos a não ser render-se ou reagir com base no auto-reconhecimento a partir de seu próprio território. Assim, o autor defende a afirmação de uma identidade cultural local.

[...] as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidade. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado (CASTELLS, 1999, p.84).

Daí, destacar a relação entre o território e identidade, pois, de algum modo, a identidade se fundamenta a partir da concepção de espaço “produzido”, de territorialização como um processo de re-produção social, que incorpora uma dimensão concreta ou simbólica, além de fatos vividos ou inventados (manipulados pelo intergrupos políticos e econômicos), que tornam eficazes esses símbolos, em suas estratégias de controle e acumulação.

Tratar de território¹⁹ é contemplar as múltiplas formas de apropriação do espaço, que se revela através de uma construção puramente humana, pois vincula o homem ao meio, a terra, ao espaço. Passa a se compreender a dinâmica do território ao considerar a sua conotação original de “poder”.

¹⁹ A questão do território foi discutida inicialmente, no período da institucionalização do ensino da Geografia, no século XIX, por Friedrich Ratzel, que em suas formulações legitimava o expansionismo colonialista alemão, ao considerar que o território representa as condições de trabalho e existência e o poder de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Dessa forma, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo de conquistar novas áreas.

Raffestin (1993) descreve o território numa perspectiva espacial onde se projeta trabalho, energia e informação. Conseqüentemente, revela relações de poder, definindo o “espaço” como a prisão original, pois ele é anterior, pré-existente a qualquer ação, e o “território” como a prisão que os homens constroem para si mesmos, a partir do momento em que o ator manifesta sua intenção de se apoderar dele para sustentar práticas de produção, relações, ações e comportamentos. Tradicionalmente, a idéia de território esteve mais vinculada à idéia de controle, de apropriação. Nessa visão, Sack (1986, p. 9) considera que “[...] o território surge a partir da tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

Para Lefebvre (apud HAESBAERT, 1997), o território seria fruto de uma apropriação simbólica, ou seja, da identificação que certos grupos possuem com seus espaços vividos. A apropriação do espaço seria um processo efetivo de territorialização, numa dimensão concreta, com caráter funcional e uma dimensão afetiva. Entretanto considera que a dominação tende a gerar territórios puramente utilitário e funcional, sem, no entanto, deixar de considerar o sentido socialmente compartilhado e a relação de identidade com o espaço, pois o território envolve sempre, em diferentes graus uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída por grupos sociais sobre o espaço onde vivem. Haesbaert (1997, p. 41), a partir dessa análise, argumenta que,

O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.

Santos (1987, p. 61) também reforça a questão do território por esse ângulo, quando destaca que “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico”. No mesmo sentido, Haesbaert (2004b, p. 03) destaca que todo o território se apresenta ao mesmo tempo e em diferentes combinações como funcional e simbólico, pois se exerce

[...] domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedades vigente(s) [...].

Além disso, a ciência e a técnica²⁰ já definem o território como “novo meio geográfico”, pois sua constituição exige uma parcela significativa de informações que detém o poder de anunciar suas possibilidades de uso, riquezas e carências. Conforme Santos e Silveira (2001, p. 99-100), “essa crescente instrumentalização do território agrava as disparidades entre quem pode conhecer o território e quem é menos favorecido para fazê-lo. Por isso e, paralelamente, criam-se áreas mais informadas e menos informadas”²¹.

Contemporaneamente, no que diz respeito às complexidades do Território, este pode ser considerado como campo de forças ou “teias ou redes de relações sociais”. Para Souza (1995, p. 79), “território são no fundo relações sociais projetadas no espaço”.

Mesmo que o conceito de Território tenha norteado na Geografia a idéia de poder sobre um espaço e seus recursos, sua flexibilização permite, atualmente, discutirem-se

²⁰ Conforme Santos e Silveira (2001, passim), o avanço da técnica, da ciência e da informação geram condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho no lugar. Cada ponto do território moderno é chamado a oferecer aptidão à produção.

²¹ As áreas mais ou menos informadas estão vinculadas à convergência de técnicas sofisticadas para a produção que se revelam pela informação retratando a evolução do território. Assim as ações se concretizam neste, conferindo maiores produtividades, aos que o controlam (SANTOS; SILVEIRA, 2001, passim).

questões pertinentes a certas territorialidades²² que, como exemplo, podem se caracterizar pela exclusão social²³. Analisar a condição espacial do território a partir da percepção da exclusão-inclusão social nos leva a considerar um estudo da atual reestruturação da economia capitalista em eliminar postos de trabalho.

Note-se em seguida, que, apesar da reestruturação produtiva e da globalização, a exclusão social resulta também do processo de desterritorialização²⁴ que acontece pela perda de condição de reprodução social do indivíduo. Essa perda pode estar vinculada a não-consideração de seus valores e significações que se manifestam no espaço.

Segundo Heidrich e Carvalho (2001, p. 3), o homem por si só existe e permanece no espaço e essa premissa se estende também aos excluídos da sociedade, que criam condições de reproduzir formas para resgatar o que lhes é indispensável à sua sobrevivência. O processo de inclusão não acontece apenas através do “estar no espaço”²⁵. Os autores esclarecem melhor essa questão afirmando que “vínculos com o território se fazem por aquilo que se consegue realizar externamente no espaço, que é por onde um pode relacionar-se com o outro”; assim sendo, aponta a “apropriação do espaço”, a “valorização do espaço” e a “consciência do espaço” como vínculos²⁶ que devem se manter harmônicos, já que o

²² Haesbaert (2004b, p. 10) faz alusão a certos autores que reduzem o território à dimensão simbólico-cultural no que tange aos processos de identificação. Para o autor, a territorialidade é algo “abstrato” também no sentido ontológico que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado – como no conhecido exemplo da “Terra prometida” dos judeus.

²³ Ao tratar da exclusão social, Haesbaert (2004a, p. 313) estabelece a expressão “aglomerados da exclusão”, para traduzir a dimensão geográfica dos processos mais extremos da exclusão social, porque ela parece expressar bem a condição de desterritorialização.

²⁴ A desterritorialização pode ser compreendida em três perspectivas: a econômica, a política e a cultural, ressaltando que, implícita ou explicitamente, essas dimensões estão vinculadas a diferentes concepções de Território (cf. HAESBAERT, 2004a, p. 171-234).

²⁵ Para Lefebvre e Harvey (apud HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p. 3), a condição humana de “estar no espaço” pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se e realizar a transformação e ter consciência disso.

²⁶ A respeito dos vínculos, para Heidrich e Carvalho (2001), a “apropriação do espaço” consiste na criação dos territórios, em seu duplo sentido de posse e de adequação. A “valorização do espaço” se dá através da prática humana, social e de transformação, na criação de lugares ligados à sobrevivência. Já a “consciência do espaço” refere-se à consciência e a um sentimento de pertencimento a um lugar ou território.

fortalecimento ou o enfraquecimento desses vínculos territoriais pode dificultar ou favorecer a possibilidade à inclusão social, pois é no território que acontecem a integração e as relações de reprodução social do grupo em questão.

Ao tratar-se dos direitos de cada cidadão, da busca por alternativas para amenizar o processo exclusivo de significativa parcela da população mundial, percebem-se práticas sociais que têm favorecido a participação de indivíduos ou grupos sociais na construção de uma dinâmica econômica que vem a contento de suas necessidades, tornando-se fundamental para a ressignificação da identidade dos menos favorecidos.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO

O homem, no seu anseio de produção de vida, de progresso e de estabilidade econômica e social, torna-se o grande interventor da realidade socioespacial. Essa força intervencionista acontece pelos diferentes interesses e necessidades, que se projetam na organização das atividades econômicas que se denomina modo de produção.

Daí afirmar que a desigualdade e a competição não são algo natural, pois o capitalismo, como um modo de produção, tem seus princípios calcados no direito à propriedade individual e à liberdade individual para acumular capital. Esses princípios dividem a sociedade em duas classes sociais: a detentora do capital e a que vende sua força de trabalho.

A lógica do sistema capitalista leva a crer que toda a acumulação produtivista é um processo racional e espontâneo de garantir a sobrevivência material. Todavia, concretamente, esse sistema não promove a igualdade de chances e sim intensifica as desigualdades que fundamentam novas formas de discriminação e de exclusão social. Singer (1998) caracteriza duas formas de exclusão social: individualismo e estruturalismo.

De acordo com Singer (1998, p. 65), pela concepção individualista, as pessoas “são excluídas porque não possuem as qualificações exigidas ou porque elas deixam de

migrar para onde suas habilidades são requeridas”: por sua vez, a concepção estruturalista afirma que “qualquer economia de mercado é feita de estruturas – negócios, departamentos governamentais, organizações não-lucrativas – que são os mais importantes canais da integração econômica”. O autor ainda adverte que os fatores que influenciam a inclusão e a exclusão são históricos e podem variar conforme o espaço e o tempo.

Durante quase duzentos anos, o crescimento capitalista significou incorporação crescente de força de trabalho. Mais fábricas, mais produtos eram o sinônimo de mais empregos diretos ou indiretos. Atualmente, a automação, a robotização e a informatização estão permitindo produzir mais e melhor com menos trabalhadores. Em decorrência disso, milhões de pessoas não conseguem mais permanecer ou se integrar no mercado do trabalho para manter sua sobrevivência em patamares sociais dignos.

Cattani (2002) destaca que a expansão do capitalismo atualmente enfrenta problemas como o desemprego de longa duração, a oferta de trabalho precário e sub-remunerado que pode comprometer a estabilidade social do capitalismo.

Neste interstício, como resposta à crise nas empresas, ao desemprego e à exclusão social, reaparece a “Economia Solidária”²⁷ com mais força e com um significativo número de adeptos progressistas e militantes sociais. Torna-se pertinente falar em reaparecimento, visto que, conforme Singer (2002), as formas alternativas à produção capitalista nunca deixaram de

²⁷ Através de uma discussão analítica sobre “Economia Solidária”, a professora Lia Vargas Tiriba (apud CORRÊA, 1997) afirma que nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular. Quando nos referimos à economia solidária é possível encontrarmos elementos de solidariedade em relação a outros extratos sociais, que não os populares. Quanto à economia popular, cabe lembrar que nem todas as atividades por ela desenvolvidas têm o caráter solidário, pois seu principal objetivo é o de possibilitar a subsistência dos que a praticam. Assim, se esta economia popular deseja ser solidária, é preciso destacar que o termo solidariedade não se mescla ao paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim ao comprometido com o trabalho coletivo, cooperativo ou comunitário, comprometimento esse que perpassa uma nova ética nas relações humanas e de trabalho.

existir. Mesmo durante os períodos de grande expansão capitalista, as formas não-capitalistas continuaram existindo na circunvizinhança da economia.

2.1 Origens históricas da Economia Solidária

A Economia Solidária representativa no início do século XXI tem como antecedente o cooperativismo operário surgido das lutas de resistência contra a primeira Revolução Industrial que explorava o proletariado moderno nos seus limites máximos.

O debilitamento físico dos trabalhadores era visível e a produtividade estagnou-se. Foi então que o industrial têxtil Robert Owen propôs leis de proteção aos trabalhadores de sua empresa, obtendo como resultado maior produtividade, apesar de significar também aumento na folha de pagamento.

A história nos revela que Owen acreditou nas suas propostas vinculadas às práticas sociais e econômicas. A prova disso se estabelece nas inúmeras iniciativas implementadas, inicialmente, na grande indústria têxtil em New Lanark, Inglaterra. Owen deixa claro que sua proposta era de uma mudança total no sistema social que provocaria uma queda no lucro capitalista. Com isso, muitos conterrâneos da classe alta voltam-lhe às costas e Owen, decepcionado, parte para os Estados Unidos onde estrutura, em 1825, em New Harmony, no estado de Indiana, uma Aldeia Cooperativa que seria o modelo da sociedade vindoura. Entretanto, freqüentes cisões nessa Cooperativa provocam a volta de Owen para a Inglaterra em 1829.

Mesmo com a proibição de qualquer organização de trabalhadores como atentado à livre concorrência, muitos discípulos de Owen colocam em prática suas idéias, criando sociedades cooperativas em vários lugares. Jonh Doherty conseguiu organizar, em 1829, o Sindicato Nacional dos Fiandeiros de Algodão. Propagam-se lideranças e as sociedades owenistas criam bazares e bolsas que polarizam parte significativa da produção das cooperativas operárias formando um comércio sem intermediários.

Owen relutava contra as pressões e não desiste de colocar em prática novos experimentos. Entre eles, destaca-se o Sindicato Nacional das Comunas Agrícolas, cujo princípio era a repartição, praticando a solidariedade na produção, no consumo e na vida social. Em 1833, Owen propôs que se criasse a Grande Guilda Nacional dos Construtores para suplantiar os empreiteiros privados e manter sob seu controle toda a indústria da construção civil, reorganizando uma Cooperativa Nacional de Construção.

No mesmo ano, Owen lidera a reação entre os sindicalistas do norte da Grã-Bretanha, estabelecendo a Sociedade pela Regeneração Nacional, com a finalidade de conquistar definitivamente a jornada de trabalho correspondente a 8 horas diárias. Obviamente, ocorre a reação dos empregadores, demitindo todos os trabalhadores que pertenciam ao Sindicato dos Trabalhadores em construção. Apesar de ferrenha disputa, os trabalhadores abandonaram o sindicato para poder voltar ao trabalho.

Conforme Singer (2002, p. 35), “seria justo chamar essa fase inicial da origem da economia solidária de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão

nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista²⁸ do capitalismo”.

Owen foi, sem dúvida, o grande representante do pioneirismo dos movimentos sociais na Inglaterra, viabilizando os sindicatos e o mercado cooperativo, porém, outro antecedente a se destacar é a cooperativa de consumo, que surgiu no norte da Inglaterra, sob o nome de Pioneiros Equitativos de Rochdale, constituída em 1844 por vários operários. Inicialmente, caracterizou-se como uma cooperativa de consumo e de aplicação de poupança; posteriormente, foram criadas várias cooperativas de produção, entre as quais várias fábricas têxteis e de moinho de trigo.

A Rochdale destacou-se pelos seus princípios que definiam com autenticidade o que é uma cooperativa autogestionária. Priorizava-se a igualdade política, a livre entrada e saída do quadro social, a neutralidade política e religiosa e a educação cooperativa. O sucesso também aconteceu pela forma de repartição das sobras (resultado líquido das operações comerciais) entre os sócios. Esse princípio incentivou a compra preferencial de sua cooperativa, tornando-a bastante competitiva.

A repercussão positiva da Cooperativa Rochdale tornou-a um modelo para grande número de outras cooperativas, não só da Inglaterra, mas de vários países do mundo. Entre 1808 e 1888, foram criadas cooperativas de crédito, inventadas pelos alemães Schulze-Delitsch e Raiffeisen, que adotaram os princípios de Rochdale. As cooperativas atendiam

²⁸ Cattani (2002, p. 13) relembra que a forma de agenciamento da produção e organização societal estabelecida em 1917 no espaço territorial russo merece uma crítica contundente, pois o socialismo real propunha uma forma alternativa total ao capitalismo, mas o que efetivamente acabou acontecendo foi o surgimento de uma espécie de socialismo de Estado, ineficiente, militarizado e burocratizado em que liberdades elementares não eram respeitadas, e o regime socialista acabou por atender nem as necessidades básicas de consumo e nem os anseios de liberdade de expressão e organização dos indivíduos.

respectivamente às necessidades de artesãos urbanos e de camponeses. Outros modelos de cooperativas de crédito foram inventados pelo italiano Luzzatti e pelo canadense Desjardin.

Mesmo em um período em que predominava o pequeno comércio, na Europa, as cooperativas foram responsáveis pelo barateamento de produtos (cooperativas inglesas) trazidos de além-mar. Algumas adquiriram até plantações de chá na Ásia e industrializavam produtos que importavam.

É importante esclarecer que todo esse sucesso não estava balizado totalmente nos princípios de uma economia solidária, pois muitas cooperativas não eram autogestionárias e os vários empreendimentos agrícolas e industriais eram de propriedade dos membros da cooperativa, com características de firma capitalista.

As cooperativas de produção²⁹ foram as que menos se expandiram, mas foram, entretanto, as que se mantiveram mais vinculadas à autogestão, por terem um caráter oposto à empresa capitalista, seja por se constituir em um modo de produção alternativo ao capitalismo, seja por aplicar a seus membros os princípios que garantam democracia e igualdade entre eles na condução da entidade.

2.2 O reaparecimento da Economia Solidária

Para o ressurgimento da Economia Solidária transcorre um longo tempo. Ela reaparece no final do século XX. Até então as cooperativas continuaram a se desenvolver no

²⁹ Singer (2002, p. 90) declara que a cooperativa de produção é o protótipo de empresa solidária, porque associa os produtores, e não seus fornecedores ou clientes, como fazem as cooperativas de consumo, de crédito e de compras e vendas.

mundo inteiro, porém não como uma economia social. Há quem afirme que o dismantelamento da autogestão se deu pelo próprio êxito e expansão do cooperativismo, que dificultou o exercício da democracia participativa. Entretanto, isso não é suficiente para justificar sua derrocada.

De acordo com Singer (2003, p. 121), “a autogestão foi deixada basicamente de lado por causa da passividade ou desinteresse dos próprios expropriados, isto é, dos membros da base das cooperativas”. Entende-se que, inicialmente, as condições de vida do proletariado eram desesperadoras e que era preciso rebelar-se ou submeter-se. As lutas por mudanças aconteceram com muito sacrifício e até sangue, como exemplos citem-se o histórico 1º de maio (Dia Internacional do Trabalho) e 8 de março (Dia Internacional da Mulher).

No início do século XX, o proletariado já havia sido incluído política e socialmente na sociedade capitalista. As conquistas se refletiam na condição de cidadania do trabalhador e o emprego assalariado torna-se o desejo de grande parte dos até então excluídos. Surge uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego. O cooperativismo passou a ser considerado, pelos seus membros, apenas pelos serviços que pudesse oferecer.

Os trinta anos após a 2ª guerra Mundial foram promissores e significativos, pois a maioria das pessoas passou a viver de seu próprio trabalho. Quando escasseava a mão-obra, essa era suprida por imigrantes provenientes do terceiro mundo.

Mesmo assim, a ampliação dos problemas associados à expansão capitalista se torna notória, uma vez que os progressos nas áreas de robótica e informática possibilitam, de maneira bastante acentuada, maior produção com menos mão-de-obra.

A possibilidade de geração de novos produtos para “retomar o desenvolvimento econômico” acaba gerando falta de emprego para milhares de pessoas. Na visão de Cattani (2002, p.13-14) “o desemprego de longa duração e/ou o trabalho precário sub-remunerado atingem volumes tão expressivos que podem comprometer a estabilidade social do sistema. Reaparece o antigo medo das elites: classes ociosas = classes perigosas.”

Frente a essas questões é que ressurgem a Economia Solidária nos dias atuais como uma forma alternativa de resgatar os princípios de valorização da democracia, de igualdade no campo da produção, de distribuição e de intermediação financeira.

Singer (2002) sugere o termo “reinvenção” da Economia Solidária, pois, conforme o autor, nos interstícios de expansão da economia capitalista sempre houve associações mutualistas, autogestionárias e, inclusive, grupos cooperativados: alguns deles impulsionados por grupos anarquistas, outros por instituições religiosas e, ainda, vinculados a entidades sindicais.

Há mais de duas décadas vem se agravando a exclusão da cidadania operária. A restauração do pleno emprego e dos direitos sociais conquistados agora é algo superado. Vive-se hoje uma generalização da exclusão social e emerge, assim, a necessidade de se criarem formas alternativas de geração de trabalho e renda para a população mais pobre e vulnerável.

Essas experiências se sucedem nos últimos 15 anos, principalmente na América Latina, buscando realimentar o processo de produção e consumo, promovendo o bem viver das coletividades por meio de uma Economia Solidária.

Mance (1999, p. 178) considera a Economia Solidária como “[...] uma ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais ou no sentido mais genérico da arte de bem administrar um estabelecimento qualquer”.

A Economia Solidária tem apresentado resultados positivos, mas o processo de reprodução social coletiva está muito vinculado às redes e fluxos de relacionamento entre o local, o nacional e o global.

2.3 A viabilidade e as perspectivas da Economia Solidária e as redes de colaboração solidária

Em grande parte, a Economia Solidária, nos dias atuais, é resultado de falência de firmas, de trabalho precário, de desemprego em massa, etc. Entretanto, não se deve justificar o ressurgimento da Economia Solidária apenas por esses fatores, pois o capitalismo como sistema econômico único, insubstituível e fortalecido no início do século XXI amplia suas estruturas de empreendimentos e faz, sem nenhuma timidez, uma triagem, excluindo os que não são capazes de passar pelas grades da concorrência.

Assim sendo, se a Economia Solidária for apenas uma resposta às mudanças do capitalismo, ela não passará de uma complementação à economia capitalista e sua

funcionalidade ficará restrita à preservação dos fatores de produção. Contudo, a Economia Solidária tende a ter uma grande significação frente à postura do capitalismo, que não se compromete em garantir a sobrevivência das pessoas através das relações assalariadas.

Conforme Singer (2002, p.114), a “Economia Solidária poderá ser uma alternativa superior ao capitalismo. Superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc, uma vida melhor”.

Para Coraggio (apud OLIVEIRA, 2002, p. 101), essa “vida melhor” só será possível a partir do momento em que a população excluída for integrada novamente, não ao mercado capitalista, mas em outra lógica, a do desenvolvimento humano³⁰. O autor afirma também que é necessário “construir uma sociedade onde existe uma solidariedade organizada, ou seja, onde elementos heterogêneos se unam e construam uma dependência mútua”. Assim, a Economia Solidária⁵ estaria visando superar as tensões de concorrência de todos contra todos, unindo a forma industrial de produção com a organização comunitária de vida social.

A Economia Solidária se faz possível pela notoriedade de inúmeras experiências de geração de trabalho e renda nos dias atuais. São várias as iniciativas que partem de grupos isolados, de setores do poder público, de entidades filantrópicas e de classe, de dentro das próprias universidades, com o objetivo de avaliar as formas alternativas de economia de sobrevivência através de projetos de pesquisa em uma análise empírica.

³⁰ Conforme Coraggio (apud OLIVEIRA, 2002, p.101), a lógica do desenvolvimento humano se baseia numa proposta “que busca construir outra lógica, outra sociedade onde impere uma solidariedade orgânica, isto é, onde elementos heterogêneos construam uma dependência mútua”, [...] “criando as bases para novas identidades e para a crescente sustentabilidade do desenvolvimento popular”.

Singer e Souza (2000, p. 178) entendem a Economia Solidária como um meio de luta contra o desemprego e a exclusão social. Assim,

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégicas. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente [...].

A Economia Solidária, como demanda social urgente, tem evoluído para reflexões no campo das políticas públicas que acabam se integrando ao compromisso de gerar embriões de novas formas de produção e trabalho.

Nesse sentido, a trajetória que tem tomado a Economia solidária é notável, pois, iniciativas locais rurais ou urbanas unem-se às experiências mais antigas vinculadas às cooperativas de produção agropecuária e de consumo, assim como à expansão de novos segmentos através de cooperativas de serviços e trabalho.

O resultado preliminar disso tudo é a presença de inúmeras associações informais, negócios de caráter semifamiliar, microempresas que se generalizam, principalmente na América Latina.

As experiências em torno de economias solidárias vêm garantindo a sobrevivência imediata e a subsistência material de populações sem recursos, vitimadas há mais de 20 anos por uma conjuntura economicamente adversa. Também têm oportunizado o aprendizado de algum ofício, o conhecimento e aprimoramento de técnicas simples e eficientes e, por conseguinte, o crescimento profissional e até intelectual de seus participantes.

Muitos dos resultados favoráveis só acontecem devido à articulação entre as redes de economia solidária, que têm remetido ao processo de reprodução social coletivo formas de desenvolver as diferentes redes e fluxos de relacionamento entre o local, o nacional e o global. Mance (1999, p. 24) descreve redes solidárias como sendo

[...] uma articulação entre as diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável.

Daí a importância de se articularem empreendimentos populares e solidários, que possibilitem a realização de negócios entre as redes de colaboração solidária, já que o capitalismo é incapaz de integrar, em sua economia, todos os membros da sociedade necessitados de trabalhar.

Porém, cabe aqui ressaltar que a Economia Solidária não pode ficar atrelada somente às razões econômicas de produção de empregos, de incentivo a empreendimentos populares e solidários, de reintegração de trabalhadores ao mercado formal, mas, sobretudo, a uma proposta de “colaboração solidária”, que é definida por Mance (1999, p. 178) da seguinte forma:

[...] ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade.

Nesse sentido, é importante que os “empreendimentos de economia solidária”, além de negócios, troquem conhecimentos, tecnologias e experiências. Para isso, as redes solidárias devem ir além de fatores econômicos, pois necessariamente precisam desenvolver todo um conjunto de ações solidárias.

A noção de renda está relacionada à intenção que se tem em promover o outro, através de relações de reprodução e transformação dos fluxos que circulam por toda a rede. O fortalecimento de cada membro incluso num empreendimento solidário vai depender de como ele se integra na rede, como ele colabora com os demais. A rede de colaboração solidária resulta de um pensar sobre as práticas de atores sociais contemporâneos. No que tange ao aspecto econômico, Mance (1999, p. 220) esclarece

[...] tratar-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGS, etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo.

A meta das redes solidárias é produzir nas redes tudo o que elas não consomem do mercado capitalista, tais como serviços, insumos, produtos finais, evitando, assim, realimentar a rede de produção capitalista. Para isso, é indispensável à difusão de consumo solidário, de reinvestimentos coletivos de excedentes e de colaboração solidária entre todos. Quanto a esses procedimentos, Mance (1999, p. 179) afirma que

[...] O objetivo da colaboração solidária, entretanto, é garantir a todas as pessoas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício de sua liberdade, promovendo assim o bom-viver de todos e de cada um, mais do que isso, trata-se de uma compreensão filosófica da existência humana. Segunda a qual o exercício da liberdade privada só é legítimo quando deseja liberdade pública, quando deseja que cada outro possa viver eticamente a sua singularidade dispondo das mediações que lhe sejam necessárias para realizar, – nas melhores condições possíveis – a sua humanidade, exercendo a sua própria liberdade.

A discussão traz questões analíticas à economia solidária, alertando para o fato de que muitos empreendimentos solidários dificilmente irão prosperar na economia capitalista se não estiverem conectados às redes de consumo solidário.

Os empreendimentos populares e solidários precisam ser articuladores da fomentação das redes de colaboração solidária, ou seja, além de desenvolver negócios, que os empreendimentos de economia solidária sejam competentes na troca de conhecimentos, tecnologias e experiências.

Assim, um empreendimento que dispõe de sua produção em determinada rede precisa se comprometer a consumir produtos disponibilizados por outros empreendimentos na mesma rede.

2.4 O mercado solidário

A Economia Solidária que existe se realiza no mercado e compete com os empreendimentos capitalistas. Entende Singer (2002, p. 189) que a “competição desafia as unidades econômicas solidárias, estimulando-as a se atualizarem tecnologicamente, a melhorar a qualidade dos produtos e a se constituírem enquanto um modo de produção de fator superior”.

Há uma implicação quando a Economia Solidária se afirma no interior do mercado, pois os produtos da economia solidária, mesmo sendo produzidos solidariamente,

necessitam de vários outros elementos, como embalagens, selos sociais, ecológicos e de qualidade.

Essa contextualização lhes agrega mais valor e lhes permite um diferencial no mercado. Preços adequados e justos só acontecem quando as relações de poder tornam-se mais equitativas. Para isso, necessita-se de transações planejadas e coordenadas nos espaços de rede que formam esses empreendimentos e os clubes de consumidores.

Mercado é poder e, como dizia Smith (1723 –1790), “conluio para baixar mercadorias e elevar preços, aos quais os trabalhadores reagem como podem” (SMITH apud LISBOA, 2003a, p. 190).

As relações mercantis sempre aglutinam relações de poder. A Economia Solidária conquista espaços que permitem assumir os historicamente excluídos, revertendo a lendária situação de que os pobres, por não terem poder, são pobres.

A Economia Solidária, de alguma maneira, se encontra inserida na Divisão Internacional do Trabalho, uma vez que está presente nas cadeias produtivas globais e fracionadas. O diferencial é que, no interior do mundo moderno, a Economia Solidária não tece redes fechadas, pois quer superar a sociedade de mercado através do próprio mercado e, ao se confrontar com o ele, essa economia, algumas vezes, se descaracteriza, mas sua funcionalidade está no processo econômico distinto do capitalismo, em que o controle social sobre os meios de produção é realizado por indivíduos cooperativamente associados.

2.5 A lógica que difere a economia capitalista da Economia Solidária

Por ser uma forma de produzir e distribuir bens e serviços com valores de uso e a valorização do trabalho e do homem, o conceito de economia remete à etimologia da palavra “economia”, que significa OIKOS (casa) e NEMO (eu administro); assim sendo, oikonomia quer dizer “cuidar da casa”. Em suma, essa relação histórica precisa ser redimensionada, pois a economia atravessou muitas variáveis nos espaços e tempos diversos em função de estratégias de trabalho e sobrevivência.

A Economia Solidária sempre, de uma forma ou outra, esteve presente nas extremidades da economia capitalista e, mesmo em desvantagem, se contrapõem à racionalidade econômica capitalista, à medida que, na economia alternativa, os trabalhadores não trocam sua força de trabalho por um salário.

O princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir sua subsistência imediata, além de produzir também o excedente para trocar por outros valores de uso. Na Economia Solidária não ocorre a priorização em investir no capital, mas sim, em força de trabalho para fortalecer o processo de bens e serviços.

Essa lógica de reprodução tende a acontecer mediante as associações, redes formais ou informais, comunidades organizadas, que fortalecem organizações socioeconômicas orientadas para a melhoria das condições de reprodução da vida de significativa leva da população.

Para Coraggio (apud OLIVEIRA, 2002, p. 99-100), a lógica da “reprodução ampliada da vida” é o principal elemento que diferencia economia popular de outros setores econômicos. De acordo com esse autor, a economia estaria dividida em três subsistemas: economia empresarial-capitalista, economia pública (empresarial estatal e burocracia estatal, não orientada para o lucro) e economia popular.

Neste sentido, pode-se destacar que a principal diferença entre a Economia Capitalista e a Solidária é a forma de administrar. A primeira tem como princípio considerar todos os elementos do contexto social, ecológico, político, etc, como recursos ou como obstáculos e luta por dispor deles sempre que seus projetos visem lucros. Na realidade, a economia capitalista aplica a heterogestão, caracterizada por uma administração hierárquica, autoritária, na qual o mecanismo funcional (ordens e instruções) se expresse de cima para baixo. Além disso, a heterogestão, para atender seus objetivos, precisa manter o máximo de cooperação entre os empregados e departamentos em uma empresa capitalista.

Singer (2002, p. 18) esclarece que

Competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si: se você coopera com seu rival, você o fortalece e ele pode vencê-lo na competição: se você não coopera com seu colega ou com o setor que depende de sua ajuda, a empresa inteira pode fracassar. Dentro dessa contradição a heterogestão funciona, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado.

Por sua vez, a Empresa Solidária pratica a autogestão, que se define pela democracia e participação de todos para tomadas de decisões. Quando a empresa é pequena, sempre que houver necessidade, as decisões são tomadas em assembleias. O mesmo acontece quando as empresas são maiores, com o diferencial de que são os delegados eleitos pelos

sócios que se reúnem para deliberar em nome de todos. Nas empresas solidárias de grandes dimensões, as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo.

Convém salientar, no entanto, que a autogestão enfrenta problemas, que algumas vezes ameaçam a solidariedade entre os sócios da empresa, visto que a Economia solidária só tem sentido se realizada com a participação de todos para resolver certas questões, que muitas vezes são extremamente complexas. Opiniões divididas e posturas equivocadas dos sócios podem provocar o enfraquecimento do projeto solidário.

Além disso, a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores, pois estes, além de comprometer-se com suas tarefas, precisam estar envolvidos e dispostos a discutir os problemas gerais com o objetivo de buscar soluções. Entretanto, aí, muitas vezes, reside o perigo, pois muitos se acomodam na lei do menor esforço³¹. Para Singer (2002, p.19), “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”.

O desenvolvimento humano é o maior mérito que a autogestão oferece a seus praticantes, porém é indispensável que os envolvidos tenham a consciência de que participar de discussões coletivas é desenvolver a democracia e que a solidificação da economia solidária depende de união e comprometimento de todos que vêem nela uma alternativa de vida com mais dignidade.

³¹ Além de cumprir suas tarefas, cada sócio de uma empresa autogestionária tem de se preocupar com os problemas e, se necessário, envolver-se em conflitos, tomar partido, participar de reuniões prolongadas, etc. Só que muitos optam pela acomodação e desinteresse, que se traduz pela lei do menor esforço. A atitude de passividade frente à discussão dos problemas e à busca de soluções coletivamente faz com que as resoluções e propostas sejam apresentadas por um seletivo grupo de gestores. Com isso, a empresa acaba correndo o risco de escorregar para uma prática de heterogestão.

Entretanto, as duas modalidades de gestão econômica apresentam dificuldades e vantagens. A heterogestão é competente no crescimento industrial ou de serviços, objetivando resultados lucrativos, já a autogestão propõem tornar as empresas solidárias produtivas, pólo de igualdade e interação democrática.

2.6 Políticas públicas para a Economia Solidária

A noção de políticas públicas se expande durante o século XIX, a partir da Revolução Industrial. Com o crescimento das cidades e a expansão urbano-industrial, surgem as demandas ligadas ao mundo do trabalho, regulação de condições de vida e de jornada de trabalho, assim como as questões de remuneração, autorizações para instalação de sindicatos, etc.

Eis a razão de o Estado passar a intervir sobre o meio urbano, regulamentando a relação entre o capital e o trabalho, passando a ter um papel de destaque sobre o processo de acumulação capitalista, garantindo as condições de reprodução da força de trabalho.

Todavia, é a partir da crise de 1929 que o estado começa a intervir diretamente sobre variáveis macroeconômicas como o emprego, demandas e investimentos, através de meios orçamentários, fiscais, entre outros. O Estado assume o papel de regulador do sistema e provedor das necessidades da sociedade, sobressaindo-se a Previdência Estadual do Bem-estar Social.

A partir do final da década de 80, começa a reversão desse quadro, quando o Estado voltado ao bem-estar social cede espaço ao Estado neoliberal, reavaliando suas políticas, quanto à assistência, às relações de trabalho, à redistribuição de gastos, etc. Já no final do século XX, proliferam as Organizações Não-Governamentais (ONGs), com as mais diversas propostas: desde luta pelas questões ambientais, até defesa pela capacitação e educação dos trabalhadores. Os movimentos sociais ressurgem propondo uma nova alternativa de sociedade e desenvolvimento. Conforme Soto (apud KAPRON; FIALHO, 2003, p. 217),

A constituição de espaços “solidários” de ação, de construção de estratégias e de políticas e de troca entre produtores e consumidores promove a ampliação ainda maior dos espaços públicos, não vinculados, institucionalmente, ao Estado. O controle coletivo dos meios de produção constrói uma cunha entre o espaço estatal e a propriedade privada destes. A sociedade civil é fortalecida e a democracia ampliada.

Em suma, pode-se considerar dois universos para as políticas de Economia solidária. Um diz respeito à ligação entre o Estado e os trabalhadores organizados. O Estado subsidia atividades produtivas para a prestação de serviços sociais e para a criação de postos de trabalho e renda. Porém, essa unidade produtiva não é autogerida pelos trabalhadores e essa imobilidade pode ser compreendida a partir de uma análise da retração do Estado de bem-estar social.

Em um outro universo, com a ausência de políticas públicas e a incapacidade do mercado de amenizar os problemas de geração de empregos, de obtenção de renda e de promoção de direitos sociais, os trabalhadores acabam criando alternativas autônomas que se sucedem através de cooperativas de trabalho e produção e até empresas de autogestão.

A esse respeito, Soto (apud KAPRON; FIALHO, 2003, p. 217) afirma que “são os trabalhadores organizados que demandam para serem incluídos em políticas públicas que fortaleçam suas atividades econômicas [...]”.

As Políticas Públicas para a Economia Solidária são propostas cotidianamente por governos locais³², que não contam com instrumentos macroeconômicos, como uma política tributária diferenciada, e se estabelecem sobre marcos legais bastante fragilizados.

Fazendo referência a governos locais, destaca-se no Brasil, como exemplos, os governos estaduais do Rio Grande do Sul³³ e Amapá e municipais de Porto Alegre, Recife, São Paulo e outras cidades que propõem um instrumental de apoio entre os elementos, em torno de projetos comuns.

As alternativas apontadas por essas Políticas Públicas visam à comercialização, à capacitação, às tecnologias e ao financiamento, assim como ao envolvimento de ONGs, redes de produção e trabalho, igrejas, universidades, entre outras instituições, para articular ações com o setor público.

Os resultados práticos das diversas redes de economia solidária, voltadas ao campo de produção, têm garantido a reconstrução solidária das cadeias produtivas e a defesa

³² Prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estados têm contratado entidades de fomento da economia solidária, tais como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), entre outras, para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres, de acordo com Singer (2002, p. 124).

³³ Quanto à Economia Solidária no Rio Grande do Sul, um estudo nacional, realizado em 1999, confirma estar havendo uma expansão das organizações econômicas associativas no estado. Estima-se a promoção de 750 projetos comunitários, atingindo diretamente 17 mil pessoas, de diferentes regiões, categorias sociais e zonas de moradia. Além disso, há apoio de prefeituras em empreendimentos coletivos de trabalho e renda, sobretudo nos ramos de artesanato e reciclagem de lixo urbano. Dados levantados pela UNITRABALHO e CUT. (GAIGER, 2000, p. 269).

da autogestão como forma de aglutinação da força de trabalho para controlar o processo produtivo, vinculado à solidariedade como elo entre outros empreendimentos cooperativos e associativos.

No campo da comercialização, as Políticas Públicas procuram desenvolver uma logística solidária de distribuição e armazenagem, e garantir uma intermediação benéfica tanto para os produtores como para os consumidores, com base em princípios de cooperação e solidariedade.

No campo do consumo, organizam-se redes de consumo, considerando entidades, pessoas que fazem parte das redes e organizações solidárias (sindicatos, universidades, igrejas, associações populares, etc), em seu potencial de demanda, com consumidores a serem atendidos.

No campo da comunicação e educação, as atenções se voltam para o desenvolvimento de práticas de comunicação horizontal, difusão de vídeos populares, visitas e empreendimentos, radiofonia para divulgação da rede junto a igrejas, associações de bairro, visando apoiar, sempre, o uso de novas tecnologias.

Além disso, no campo das finanças, têm-se buscado, em políticas locais, desenvolver uma estrutura para autogestão de crédito e de recursos, garantindo à rede autofinanciamento, autonomia e apoio a novos empreendimentos, que venha a atender uma massa de trabalhadores que não tem acesso ao crédito, e também orientar na criação de novas cooperativas.

Partindo dessas premissas, no Brasil, novas redes de economia solidária acabam por levantar discussões sobre um novo traçado de economia política que se preocupe em criar novas formas de socialização da riqueza e do poder. Novas respostas para antigas questões sobre as desigualdades, a produção e reprodução social dos modos de vida são buscadas na esfera pública que tende a responder através de uma nova governabilidade.

Convém ressaltar, no entanto, que essas políticas, ainda que emergentes, conjugam, em uma mesma ação, o social e o econômico. Isso faz com que se tornem extremamente significativas, pois propõem o rompimento com práticas assistenciais e a busca de autonomia e cidadania aos trabalhadores.

As Políticas Públicas voltadas a essa realidade devem buscar o reconhecimento através de uma legislação que incorpore as metas da Economia solidária a outras políticas públicas como habitação, educação, assistência, etc.

O Estado tem condições de criar e aplicar políticas abrangentes, captar e redirecionar recursos de vulto, humanos e materiais, objetivando a construção e expansão de novas estruturas econômicas. Compete a ele, na interlocução com a sociedade civil e com os agentes de mercado, preocupar-se com as economias locais e suas relações com as diferentes redes e fluxos entre o local, o nacional e o global, aproveitando as mudanças legais que tendem a facilitar uma verdadeira política pública de geração de trabalho e renda.

2.7 Crítica ao Capitalismo e à Economia Solidária

De um modo geral, os processos de produção econômica, em particular, devem ser compreendidos a partir de sua capacidade e meios utilizados para promover a qualidade de vida das pessoas que deles se valem, assim como propiciar à sociedade um bem-estar durável. Conforme Cattani (2002, p.11),

[...] o sistema capitalista, como processo social de produção específico, possui princípios de funcionamento que valem para qualquer lugar no planeta: a organização da produção material com o objetivo de obter a mais valia e, através dela, o “maior poder”, isto é, de assegurar para alguns poucos a capacidade de submeter a sociedade à racionalidade produtivista, ao disciplinamento e ordenamento sociais.

A eficiência capitalista considera apenas úteis os benefícios sociais a serem produzidos pela gestão econômica, a exemplo dos postos de trabalho, preservação ambiental e qualidade de vida, valorização do ser humano, entre outros.

Sua lógica é acumular e guiar as ações econômicas pelo preceito da rentabilidade máxima, respaldando características negativas. B Santos (apud GAIGER, 2003, p. 126) destaca essas características como “[...] a produção sistemática de desigualdades de recursos e de poder, a reiteração de formas de sociabilidade empobrecidas, baseada no benefício pessoal em lugar da solidariedade [...]”.

Os donos dos meios de produção consideram esse sistema socioeconômico o resultado de um processo, que objetiva trazer o bem-estar e conforto a todos, através dos avanços tecnológicos, com uma organização competente que assegure um crescimento profissional e adequado às possibilidades de cada indivíduo, como se cada função fosse o

resultado de sua vocação. Numa crítica mais severa, de acordo com Cattani (2002), o sistema Capitalista apresenta dimensões irracionais.

O crescimento de alguns é resultado da exploração de muitos. Mediante essa constatação, parece ironia, quando o capitalismo promete liberdade e igualdade para todos; no entanto, os processos seletivos excluem grandes levas de população da possibilidade de crescer social e economicamente.

A crítica mais contundente é originada na obra de Marx, vinculada às realizações concretas de agenciamento societal que substituiu o capitalismo na ex-União Soviética. Convém, no entanto, lembrar que o resultado foi um socialismo estatal burocrático e militarizado que não veio ao encontro de princípios de liberdade e organização.

A esse respeito, o Capitalismo reverte a crítica, alegando que a solução para atender a população menos favorecida através da oferta de serviços só acontecerá com mais capitalismo, pois esse é o sistema econômico mais consistente e aplicável nos dias atuais.

Porém, nos interstícios do capitalismo, ressurge um modelo alternativo, que aparentemente não preocupa o capitalismo, mas carrega um caráter contemporâneo de valores opostos ao sistema vigente, declarando com transparência a intenção de implementar formas de produzir bens materiais, qualificando os processos de geração e socialização de bem-estar, conhecido como Economia Solidária.

Cattani (2002) ousa fazer uma crítica à Economia Solidária, no intuito de levantar algumas questões, esclarecer dúvidas e estabelecer limites e dificuldades e também as

possibilidades desse processo, sem deixar de valorizar os propósitos valiosos de muitas pessoas, grupos, instituições, associações envolvidos com a proposta em pauta.

Os valores explicitados na Economia Solidária são os mais dignos possíveis (doação coletiva, espírito de comprometimento, etc). Mesmo assim, é necessário destacar que nem sempre esse modelo alternativo é bem delimitado no processo de reorganização societário que resgata comportamentos das ONGs, empresas e instituições variadas que se incluem no conhecido Terceiro Setor.

Ao voltar-se à questão da produção Cattani (2002), destaca que o capitalismo cada vez mais produz e reproduz seus mecanismos de dominação, exploração e exclusão, atingindo mais e mais indivíduos. Em contrapartida, questiona se, em vez de a Economia solidária ficar centrada na questão do trabalho e renda, não deveria investir em indústrias de alta tecnologia e, ao invés de reciclar lixo, por que não criar empreendimentos solidários na área da biotecnologia.

A reflexão crítica também se remete sobre a incerteza do espaço efetivo de aplicação da Economia solidária. Nos últimos tempos, multiplicam-se as formas associativas da sociedade civil. Relatam-se as responsabilidades sociais no empreendedorismo solidário, entre outras formas à de mobilizar a sociedade contra a auto-suficiência capitalista.

Mas até onde tudo isso é válido? Se a mescla de instituições, empresas, associações, etc, que se agregam à Economia solidária é passível de surpresas, com exemplos como o de fábricas de armamento patrocinando Organizações Não-Governamentais (ONGs) de direitos humanos, multinacionais da indústria química sustentando creches, indústrias que

pagam salários baixíssimos para seus empregados e patrocinam o “Mac lanche feliz” para os filhos desses mesmos empregados.

Tudo isso em nome da Economia Solidária. Em relação a estas questões, Cattani (2002, p. 20) afirma que

Em inúmeros casos, trata-se de estratégias mercadológicas ou marqueteiras acompanhando, oportunisticamente, “o espírito do tempo”. Por um lado é de bom tom ser solidário. Jovens e adultos querem ser “parceiros voluntários”, querem desenvolver ações beneméritas que, dependendo do caso, configuram o assistencialismo inibidor da verdadeira promoção social. Por outro, as estruturas tradicionais do Estado não conseguem solucionar os problemas sociais ou ambientais produzidos pelo capitalismo [...] E o Terceiro setor abriga de tudo, de grupos da verdadeira cidadania a instituições fraudulentas.

Muitas vezes, a falta de transparência dos que se julgam comprometidos com a economia solidária provoca uma confusão ideológica nas práticas reais. Com isso, grupos elitizantes procuram tirar vantagens, através de ações voltadas à solidariedade, unicamente com a intenção de obter isenções fiscais.

Com propriedade, Singer (2002, p. 114) relembra que “a economia solidária é ou poderá ser mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros desejosos e necessitados de trabalhar”. Ainda conforme o autor, a economia solidária poderá ser superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos, mas em qualidade de vida, por oferecer às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor.³⁴

³⁴ Essa vida melhor não se refere apenas ao que irão consumir, mas ao “melhor relacionamento com familiares, vizinhos, colegas de trabalho; na liberdade de cada um de escolher o trabalho, colegas de estudo. etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado” (Singer, 2002, p. 114-115).

Pode-se dizer que, diante de certas artimanhas, a Economia Solidária corre o risco de sucumbir, mas as perspectivas positivas existem, justamente por ela se inserir nos vácuos deixados pelo sistema capitalista.

Entretanto, é importante que ela gere uma dinâmica própria em vez de depender das contradições do modo de produção dominante para lhe abrir caminho. O crescimento da economia solidária pode ser fortalecido pelas formas de direcionamento. Uma delas é o isolamento, que a protegeria da competição das empresas capitalistas pelo chamado “consumo solidário”³⁵, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários.

Sem dúvida, há um esforço militante que aposta no crescente sucesso da Economia solidária, representado por ativistas sociais, utopistas, progressistas ou simplesmente pessoas comuns, acreditando na possibilidade da construção de uma economia viável para atender aos menos favorecidos.

Mas para isso se efetivar, é indispensável que organizações e empreendimentos solidários busquem e criem mecanismos e instituições de articulação, representação e intercâmbio, tanto no âmbito econômico como no político para atender à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores excluída pelo mercado formal.

³⁵ “A proposta de isolar a economia solidária de seu entorno capitalista só adquiriria efetividade se as unidades produtivas e as comunidades de compras solidárias se integrassem em rede e desenvolvessem padrões de consumo consideravelmente diferentes dos prevalentes na economia capitalista” (Ibidem, p. 120).

3 A ARCAN – O TRABALHO COMO BASE DO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE

3.1 Histórico da ARCAN

A Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN) está localizada no Bairro Progresso, no município de Erechim (RS), região do Alto Uruguai³⁶ do estado do Rio Grande do Sul, e foi fundada no dia 06 de fevereiro de 2001 com o objetivo de oferecer a famílias extremamente pobres e excluídas uma possibilidade de subsistência através de um trabalho alternativo. A ARCAN é uma organização não-governamental, autônoma e sem fins lucrativos, que desenvolve suas atividades através da autogestão, propondo a igualdade na distribuição dos benefícios.

³⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide o Rio Grande do Sul em pequenas unidades territoriais, denominadas microrregiões geográficas, constituídas por um conjunto de municípios com alguma homogeneidade espacial. As microrregiões são agrupadas em áreas de tamanho médio chamadas de mesorregiões. Erechim, pertence à mesorregião “Noroeste Rio-Grandense”. Com o objetivo de planejar investimentos e orientar o desenvolvimento, o governo do Estado promoveu a divisão do Rio Grande do Sul em vinte regiões. O Critério para essa delimitação foi a existência de problemas comuns a municípios vizinhos. Erechim faz parte da Região Norte (também chamada de Região Alto Uruguai). (Cf. MOREIRA, 1997).

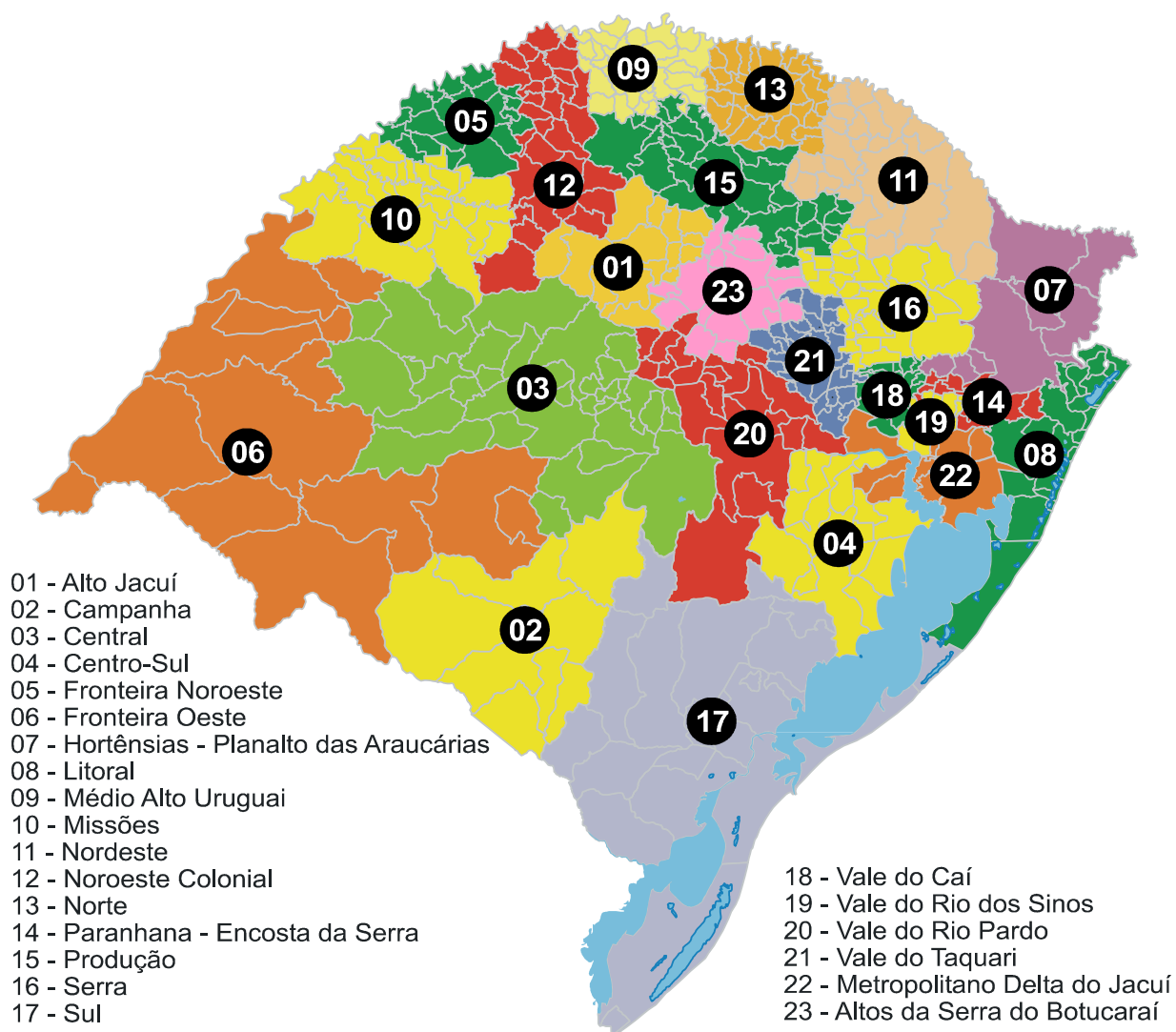


FIGURA 01 – MAPA DAS ÁREAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL.

Fonte: www.onecidade.org/site/arquivos/biblioteca/arquivo41643 - Cidade – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, acesso em 03 de junho de 2006.

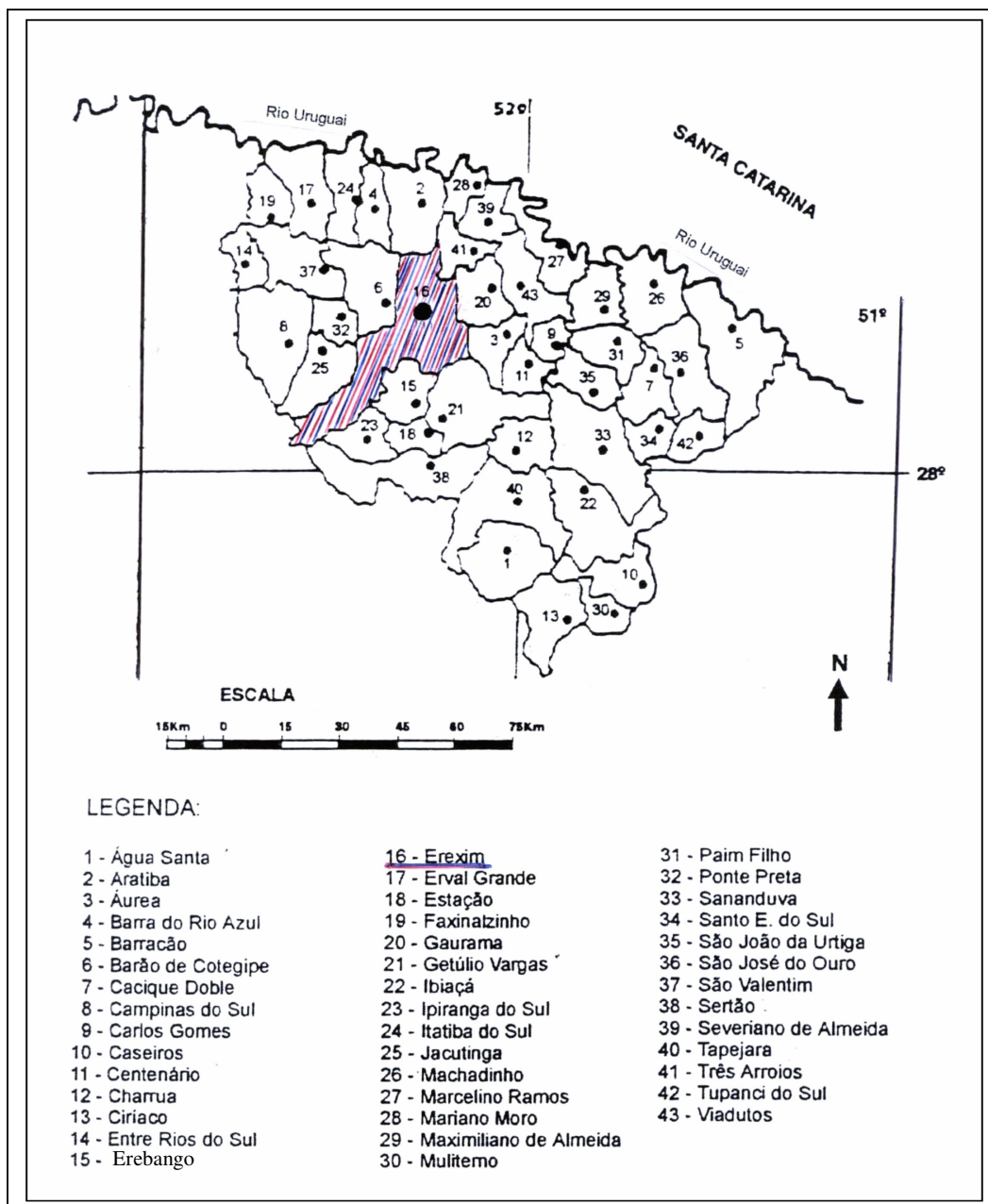


FIGURA 02 – MAPA DA REGIÃO ALTO URUGUAI (RS)

Fonte: <http://www.pmerechim.rs.gov.br/>

A idealização do projeto partiu do Padre Dirceu Benincá que na época era membro da Obra Santa Marta³⁷ e acompanhava o dilema das famílias de catadores que tinham os filhos integrados aos projetos da Obra. Ante à miséria com que se deparou, o padre teve a iniciativa de convidar dois casais (pais de alunos), mais representantes do Centro de Educação Popular (CEPO)³⁸ e pedagogos para discutirem sobre a possibilidade de criação de uma associação que viesse auxiliar os catadores no processo de inclusão social, além de buscar sua qualificação e desenvolvimento.

A proposta foi difundida e começaram, semanalmente, a acontecer reuniões e cursos de formação e de atividades laborais que atraíram um número cada vez maior de participantes. Uma meta prioritária foi traçada logo no início: a construção de um pavilhão que viesse a ser a futura Unidade de Triagem. Para isso, o CEPO encaminhou à Fundação Interamericana (IAF)³⁹, com sede nos Estados Unidos, um projeto no qual defendiam a geração de trabalho e renda para as populações menos favorecidas dos bairros Cristo Rei e Progresso do município de Erechim. O projeto é aprovado e a ARCAN recebe um valor aproximado de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para serem investidos na construção do pavilhão e na compra de equipamentos. A partir daí uma segunda etapa tem início. O terreno é cedido pelos Vicentinos e um prédio de 640m² começa a ser erguido através de um mutirão realizado pelos integrantes da ARCAN.

³⁷ A Obra Santa Marta é uma instituição civil, de direitos privados, sem fins lucrativos, que presta atendimento a crianças e adolescentes carentes, administrada e coordenada por pessoas da comunidade de Erechim.

³⁸ Centro de Educação Popular (CEPO) é uma organização não-governamental criada em Erechim, que tem por objetivo dar assessoria a organizações sociais.

³⁹ A Fundação Interamericana (IAF) é um órgão independente do governo dos Estados Unidos que oferece programas de auto-ajuda e doações a organizações não-governamentais e de base comunitária da América Latina e do Caribe. A Fundação financia primordialmente parcerias entre organizações de base e sem fins lucrativos, empresas e governos locais, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda.

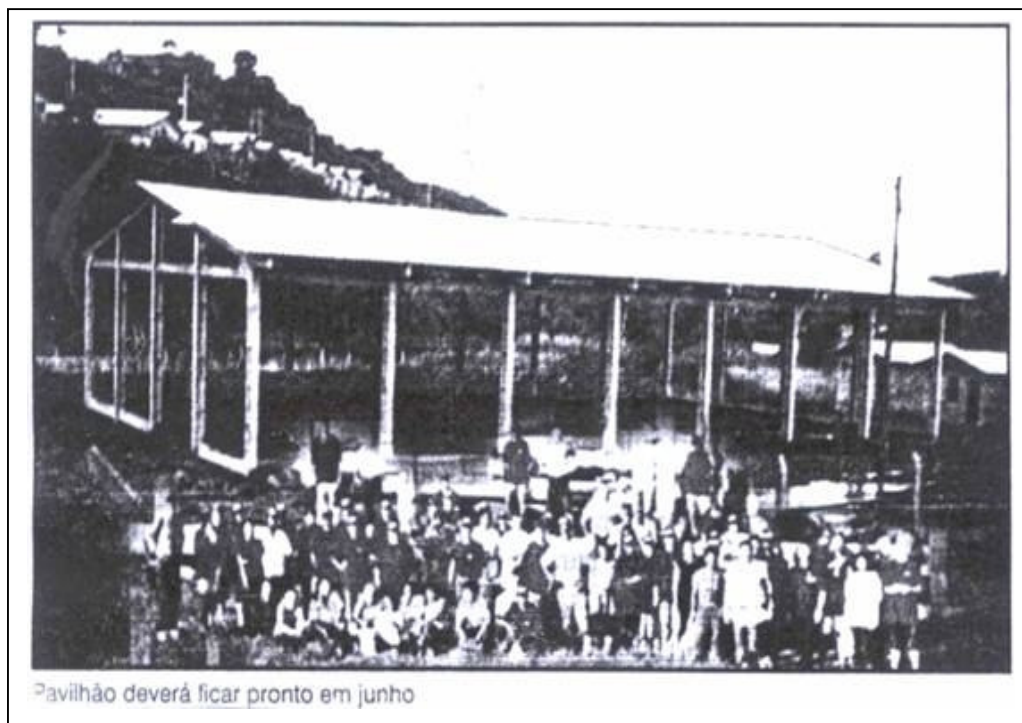


FIGURA 03 – INSTALAÇÕES DA ARCAN EM CONSTRUÇÃO.
Fonte: Informativo da Rede Comunidade – maio/2002

A inauguração acontece em 11 de outubro de 2002, e o pavilhão passa a receber material reciclável doado por empresas e pela população, absorvendo o trabalho de oito catadores que executam a tarefa de separação e prensagem de materiais como: papéis, plásticos, vidros e metais. Neste momento, a ARCAN já conta com 50 associados.

Com a concretização do projeto da ARCAN, vários catadores independentes se associaram a ela, tendo um lugar para entregar sua mercadoria, além de se identificarem com a causa e com o cotidiano dos demais integrantes. A Associação também favoreceu a desempregados e a catadores do aterro sanitário que trabalhavam em precárias condições, expostos a doenças e acidentes, sem a mínima chance de progresso.

Contudo, isso só foi possível com a união e cooperação de entidades como a Obra Santa Marta que cedeu o espaço para a realização das reuniões e dispôs de suas pedagogas para levantar discussões sobre as relações de trabalho, ensinamentos matemáticos (pesar, pagar de acordo com preço, etc) e a importância de um comportamento solidário.



FIGURA 04 – PRÉDIO DA OBRA SANTA MARTA

Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

O CEPO participou do trabalho político/pedagógico esclarecendo o mecanismo da economia solidária numa associação, além de intermediar os projetos para obtenção de recursos. Atualmente, acompanha a Associação como uma instância fiscalizadora e promovendo palestras referentes ao meio ambiente e a importância do trabalho deles, objetivando a constituição da auto-estima e identidade como cidadãos que contribuem com a sociedade. A Sociedade dos Vicentinos⁴⁰ participou doando o terreno para a construção da unidade de triagem e a Prefeitura Municipal de Erechim envolveu-se nas reuniões onde

⁴⁰ A Sociedade dos Vicentinos é composta por um grupo de pessoas leigas, que exerce um trabalho ligado a questões da moradia e alimentação junto à população mais necessitada e a prioridade é atender as mulheres (mães) solteiras ou abandonadas, na exigência de que não tragam para dentro da moradia nenhum companheiro e que não circule bebida alcoólica. Obtém doações da comunidade e verbas através de projetos encaminhados à Prefeitura Municipal de Erechim e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

definiu o “Termo de Convênio”⁴¹ (ANEXO 04) e a cedência de um caminhão para a arrecadação do material reciclável.

Dos catadores que ingressaram na ARCAN inicialmente, 50% deles tiveram uma participação efetiva nas reuniões desde o começo da proposta, outros 40% ingressaram mediante indicação de algum associado já vinculado à Associação e 10% através de inscrição.

Atualmente, 35% dos catadores da Associação correspondem a um grupo de pessoas que trabalhava anteriormente no aterro sanitário, 35% corresponde a catadores independentes que coletavam na rede viária, 10% vieram de outras atividades e 20% são sócios originários. Para o ingresso de novos associados, a diretoria procura seguir o Regimento Interno da Associação que, entre outras normas, estipula: ser catador e dar exclusividade na entrega do material à ARCAN.

A ARCAN começa a divulgar seu papel e buscar apoio junto às escolas, igrejas, entidades, associação de moradores e aos meios de comunicação, com o objetivo de expressar o seu comprometimento em promover a defesa do meio ambiente e buscar melhores condições de trabalho e de vida para seus associados.

Segundo os representantes da Associação, a “ARCAN é semelhante à Arca de Noé, pois surgiu com a pretensão de ser um instrumento capaz de enfrentar o dilúvio do lixo, do *lixão* e da exclusão social”. Pregam a conscientização e buscam forças com entidades parceiras e com a população, argumentando que prestam um importante serviço à cidade e apostam que a categoria organizada poderá conquistar os direitos e o exercício da cidadania.

⁴¹ O Termo de Convênio foi assinado entre a Prefeitura Municipal de Erechim e a ARCAN para estabelecer normas e definir metas e obrigações entre as partes.

3.2 Funcionamento interno da ARCAN

A ARCAN conta atualmente com 158 associados; deste total, 12 trabalham coletando material reciclável para vender na Associação e 22 são catadores fixos que trabalham na unidade de triagem fazendo a seleção. Os 124 associados restantes desligaram-se da ARCAN, por motivos como: não acreditar que a Associação realmente desse certo, desejarem o ingresso na unidade de triagem e não conseguirem, por mudança de endereço, por preferirem vender a intermediários ou às empresas de reciclagem e também pela opção a outra atividade.

Quanto aos cuidados básicos, a ARCAN oferece luvas e botas aos trabalhadores, porém não há um controle e exigência severa quanto ao uso dos equipamentos de segurança. Do total de trabalhadores, 23% utilizam botas e luvas, 18% apenas luvas, 9% só botas e 50% não utilizam nenhum deles.

Apesar de não haver função específica para cada um, é tomado cuidado especial com o catador que manuseia a prensa. Este recebe treinamento específico de um perito, ficando responsável pelo manuseio e manutenção da máquina. Quando não tem material para prensar, o catador retoma as atividades comuns a todos. Desde a criação da unidade de triagem houve apenas um acidente sério, justamente na prensa.



FIGURAS 05 E 06 – ESPAÇO INTERNO DA ARCAN, onde se vê o material reciclável a ser selecionado na esteira e uma associada da unidade de triagem manejando a prensa.

Fonte: SCOLARI, Rosana, 2004.

Em 2001, é criado o Regimento Interno com a participação dos associados, representantes do CEPO e da Obra Santa Marta. A Diretoria é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Presidente do Conselho (ANEXO 05). O Presidente do Conselho acumula a função de Vice-Presidente que fiscaliza o trabalho, trata dos negócios, vai para a balança, mas raramente trabalha em outras funções.



FIGURA 07 – A PRESIDENTE DA ARCAN E O PRESIDENTE DO CONSELHO.
Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

A ARCAN funciona segundo os moldes de uma economia solidária e as atividades desenvolvidas pelos catadores na unidade de triagem vão desde descarregar material reciclável dos caminhões e carrinhos, até selecionar, pesar, montar os fardos, etc. Vidros, plásticos, papéis, ferro e alumínio são materiais doados por empresas e pela

população e também comprado dos carrinheiros associados e de pessoas que não têm interesse em fazer doações, mas angariar algum dinheiro com a venda desses materiais.

A venda do material é feita, até o momento, somente a duas empresas do município de Erechim e a uma do município de Paulo Bento (RS). Destaca-se a presença da COMIL⁴² como grande colaboradora da ARCAN, que abriu espaço para que um catador da Associação permaneça diariamente na empresa separando o material reciclável doado, que é recolhido diariamente às 18 horas pelo caminhão cedido pela Prefeitura ou da ARCAN.



FIGURA 08 – CAMINHÃO DA ARCAN UTILIZADO PARA A COLETA SELETIVA.
Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

⁴² COMIL - Silos e Secadores iniciou suas atividades há 45 anos em Cascavel (PR) e na década de 90 instala em Erechim uma filial. A empresa produz uma linha completa de silos, correias, elevadores autoportantes, carrocerias de ônibus, entre outros. Atende o mercado brasileiro e exporta seus produtos para países da América do Sul, Central e alguns da Ásia.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, por conta de alguns projetos, enviou, em 2004, a quantia de R\$ 5.000,00 para serem investidos na compra de carrinhos, nos silos e cercamento do pavilhão. O custo de cada carrinho foi de R\$ 170,00 e, dentro da disponibilidade, foram adquiridos cinco deles e entregues a catadores associados. Apesar do esforço, a ARCAN enfrenta a concorrência de empresas do ramo e de atravessadores⁴³.

O pagamento aos doze catadores associados é feito no ato da entrega do produto, em valor correspondente a R\$ 0,20 o Kg sem distinção quanto ao tipo de papel, sendo revendido a R\$ 0,34 o Kg para as empresas. Essa atitude repercute favoravelmente, pois o catador motiva-se a arrecadar a maior quantidade possível de material, pois tem a certeza de que no final do dia irá receber fielmente aquilo que lhe cabe, e que no momento pode significar ter o pão e o leite para o jantar.

3.3 Participação do Poder Público Municipal

O envolvimento do poder público municipal com os catadores de Erechim fica sob a responsabilidade da Secretaria da Cidadania e Promoção Social. No que se refere a ARCAN, o primeiro envolvimento diz respeito a um “Termo de Convênio” assinado entre as partes em 16 de agosto de 2001.

No tocante à ARCAN, as obrigações são as seguintes: zelar pelo meio ambiente e saúde dos trabalhadores; participar de campanhas educativas para a coleta do lixo sólido e

⁴³ Os atravessadores são pessoas que oferecem carrinhos para quem queira trabalhar na coleta de material reciclável, pagando um pouco mais que a ARCAN. Muitos recolhem com suas camionetes particulares o material na casa dos catadores nos finais de semana e vendem às empresas de reciclagem. Esse fato reduz a oferta de material para a unidade de triagem e enfraquece a proposta da Associação que é de oferecer a possibilidade de um futuro melhor para os catadores a partir da união dessa classe trabalhadora.

proteção do meio ambiente; promover atividades com os associados e familiares, estimulando os pais a manterem seus filhos na escola e/ou entidades afins; fornecer ao Município, a cada 12 meses, relatório de atividades; colaborar com o Programa da Alfabetização de Adultos; não permitir ações político-partidárias em suas instalações; aceitar a fiscalização e trato da execução do presente convênio.

Em suma, ficam estipuladas as seguintes obrigações para a Prefeitura Municipal: elaborar e aprovar os projetos arquitetônicos para a construção do pavilhão; obter o meio de transporte, ou licitar quem o faça para transportar o lixo sólido dos locais de coleta até o centro de triagem da ARCAN, e assumir todo e qualquer custo pelo transporte do mesmo, que corresponde atualmente a R\$ 5.000,00 mensais pagos a uma empresa terceirizada.

Outra participação significativa da Secretaria Municipal foi a cedência de um caminhão da prefeitura, sem despesa alguma para a ARCAN, com o objetivo de arrecadar material reciclável, doado ou vendido pela população e empresas.

Coube também ao Poder Público promover, em junho de 2002, uma campanha de coleta seletiva do lixo que propunha diminuir a exploração de recursos naturais e consumo de energia; melhorar a limpeza da cidade e a qualidade de vida da população; contribuir para diminuir a poluição da água, do solo e do ar; prolongar a vida útil do aterro sanitário; gerar receita pela comercialização dos recicláveis e contribuir para a formação de uma consciência ecológica na população. (ANEXO 06).

Para isso, a Prefeitura estipulou horários diferentes de coleta do material para que a população pudesse se organizar. Uma equipe formada por Agentes Jovens, da Secretaria de

Cidadania e Promoção Social, percorreu os bairros mais próximos ao centro da cidade divulgando o projeto “Erechim Cidade Limpa”, enfatizando a conscientização e informando sobre os tipos de materiais que podem ser reciclados, os procedimentos quanto aos materiais e o horário de coleta.

A Campanha na época teve uma excelente repercussão e, conseqüentemente, desenvolveu uma significativa conscientização que se mantém até os dias atuais, principalmente nas áreas centrais da cidade. Percebe-se, atualmente, que o comprometimento maior quanto à separação de material para reciclar limitou-se mais a prédios e condomínios residenciais fechados⁴⁴ onde se tornou uma obrigatoriedade tal prática.

Muitas iniciativas foram tomadas pela Secretaria da Cidadania e Promoção Social pertinentes aos catadores e extensivas aos membros da ARCAN. Com o Decreto Municipal nº 2.908⁴⁵, de 23 de julho de 2004 (ANEXO 07), inicia-se o cadastramento dos grupos familiar que trabalham como catadores. Até 30 de dezembro de 2004, já haviam sido cadastradas 167 famílias.

Nesse período, aproximadamente 100 crianças que trabalhavam no aterro sanitário com os pais são encaminhadas e passam a integrar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)⁴⁶, a partir do qual a família passa a receber R\$ 30,00 por filho na escola, mais complementação alimentar através do Programa de Orientação Sócio-Familiar Municipal.

⁴⁴ O Residencial Estar do Chile, localizado ao norte da cidade, no final da avenida principal, é um exemplo de condomínio fechado que tornou obrigatório a prática seletiva do lixo para os moradores.

⁴⁵ Regulamenta a Lei nº 3.704 de 17 de fevereiro de 2004, que disciplina o cadastro, registro e licenciamento de veículos de tração ou propulsão humana e dá outras providências. (Cf. ANEXO 07).

⁴⁶ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), é um programa do Governo Federal que tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de sete a quinze anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança. As famílias inseridas no PETI recebem uma bolsa mensal, mediante comprovação de que seus filhos de sete a quinze anos estejam freqüentando a escola num turno e no outro participando de reforço escolar e atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer. O valor de R\$ 30,00 para cada criança na escola se mantém no início de 2006.

Entre as exigências estipuladas na Lei, dá-se destaque à obrigatoriedade da carteira de condutor para os catadores/carrinheiros e a efetiva participação de quatro horas em curso de capacitação. Além disso, os carrinhos deverão estar em perfeito estado de conservação, sendo fabricados com materiais resistentes que mantenham bom aspecto, funcionalidade e segurança, devendo estar devidamente emplacado e com os acessórios⁴⁷ necessários para transitar pela rede viária. (ANEXO 11).



FIGURAS 09 E 10 – CARRINHO EMPLACADO E CATADORA COM ACESSÓRIOS EXIGIDOS E A CARTEIRA DE LICENCIAMENTO.

Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

Outra determinação a ser seguida pelos catadores, de acordo com a lei, é a limitação de áreas no anel central da cidade para a locomoção dos carrinhos. Para esse

⁴⁷ Os acessórios correspondem a campainhas, sinalização noturna dianteira, traseira e lateral, e espelho do lado esquerdo, e o condutor deverá usar colete refletor.

controle, a Secretaria da Cidadania e Promoção Social elaborou um mapa determinando as “áreas permanentemente proibidas” para a circulação do catador com o carrinho.

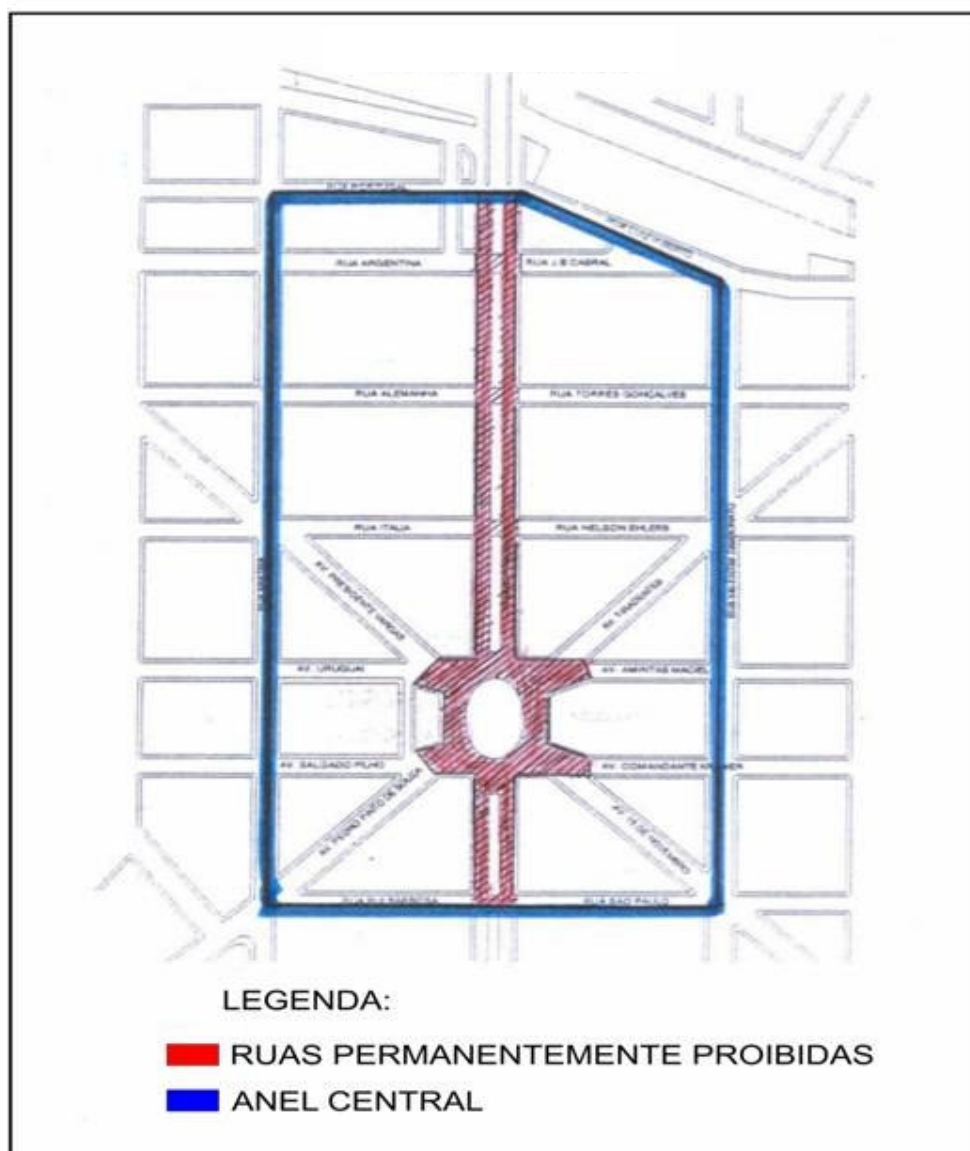


FIGURA 11 – ÁREAS CENTRAIS PROIBIDAS PARA A CIRCULAÇÃO DE CARRINHOS DE COLETA NA CIDADE DE ERECHIM.

Fonte: <http://www.pmerechim.rs.gov.br/>

Para tal, foram considerados critérios técnicos estabelecidos pela engenharia de trânsito da prefeitura e também certas reivindicações do comércio central e da população referente a problemas, tais como congestionamento e tumulto no trânsito provocados pelos carrinheiros, ocupação de estacionamentos restritos a automóveis, ocupação de estacionamentos em frente a lojas comerciais por várias horas e, também, a presença de crianças sendo transportadas dentro do veículo. Ao lado disso, a lei visa a segurança e proteção do condutor, as quais ficam comprometidas, principalmente em horário de tráfego intenso (ANEXO 08).

3.4 A origem dos trabalhadores da ARCAN e os motivos que os trouxeram para Erechim

Após análise, constatou-se que, dos catadores da ARCAN, apenas 9% são naturais de Erechim, enquanto os demais são naturais dos municípios de Campinas do Sul (RS), São Valentim (RS), Itatiba do Sul (RS), Faxinalzinho (RS), Nonoai (RS), Aratiba (RS), Marau (RS) e Chapecó (SC). Com a aceleração do processo de industrialização do país e a conseqüente mecanização da lavoura, essas populações migraram em busca de melhores condições de vida. A precariedade econômica e as péssimas condições de vida no meio rural foram os motivos citados por 63,6% dos catadores, por motivos familiares 18,2%, atração pela cidade e por motivo de doenças 9,1%.

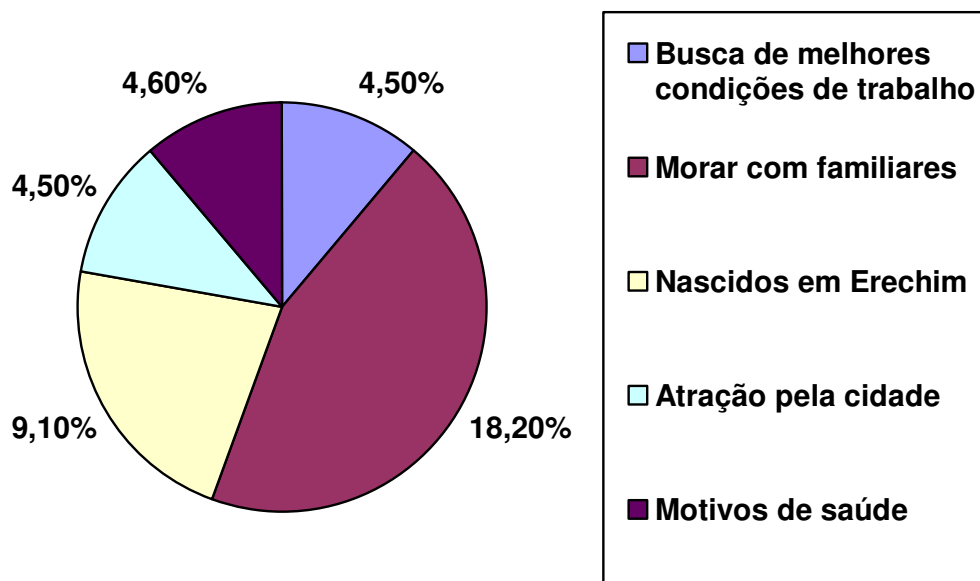


GRÁFICO 01 – MOTIVOS PELOS QUAIS OS ASSOCIADOS DA ARCAN MIGRARAM PARA ERECHIM (RS).

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

3.5 O perfil dos trabalhadores da unidade de triagem

Os associados da ARCAN que trabalham na unidade de triagem são, em sua maioria, mulheres de origem indígena, que vivem sozinhas ou com companheiro, e normalmente são responsáveis por vários filhos e até netos. Dos 22 trabalhadores da Unidade de triagem, 77,3% declararam possuir escolaridade inferior a 4ª série do Ensino Fundamental, predominando a idade entre 26 anos a 47 anos. Referenciando-se aos filhos, 97% afirmaram tê-los estudando no Ensino Fundamental e Médio.

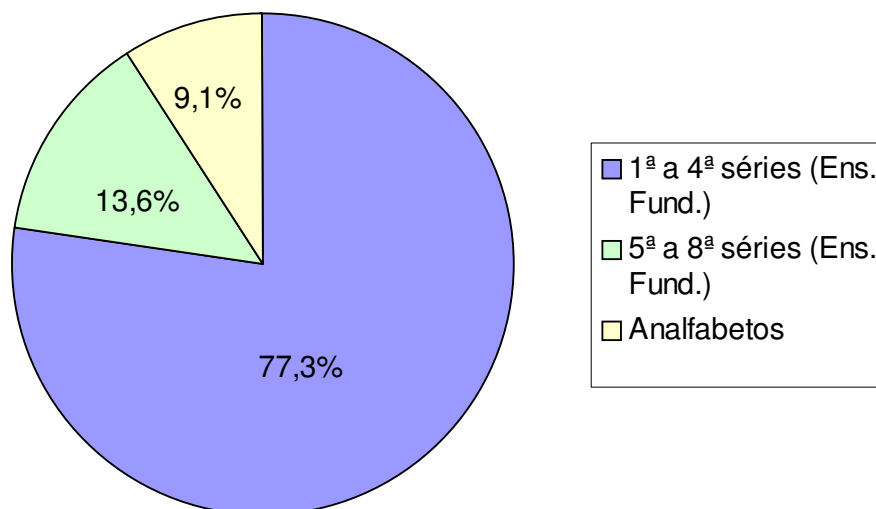


GRÁFICO 02 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS ASSOCIADOS DA UNIDADE DE TRIAGEM DA ARCAN.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

Traçando um perfil sócio-econômico dos mesmos, documentou-se que 13,7% vivem com uma renda mensal entre R\$ 160,00 a R\$ 200,00; 72,7% com renda estimada entre R\$ 210,00 a R\$ 260,00; por sua vez, 13,6% com uma equivalência entre RS 270,00 a R\$ 350,00.

Com esses rendimentos, 54,5% afirmaram sustentar de 5 a 10 pessoas. Considerando a soma total de rendimentos de todos que trabalham na família de cada catador da unidade de triagem, obteve-se o seguinte resultado: 27% declararam que a família vive com um salário mínimo, 68% com dois a três salários mínimos e 5% somaria quatro a cinco salários mínimos.

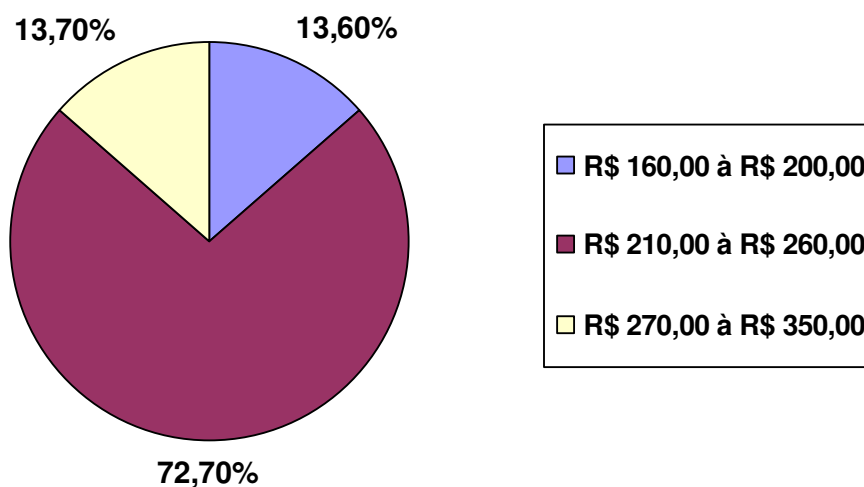


GRÁFICO 03 – RENDA INDIVIDUAL DOS ASSOCIADOS DA UNIDADE DE TRIAGEM DA ARCAN.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

Quanto aos itens domésticos, todos afirmaram possuir, sendo que um reduzido número de catadores disse não possuir ferro elétrico por considerar desnecessário passar roupas. Já quanto aos itens de conforto, registramos que alguns bens que há alguns anos eram considerados de luxo, hoje fazem parte do cotidiano desse grupo. Como exemplo, citamos a máquina de lavar roupas e o telefone celular, que respectivamente 72,7% e 22,3% afirmaram possuir.

ITENS DE CONFORTO	Associados da seleção da unidade de triagem		Associados da coleta		Independentes	
	Nº de catadores	%	Nº de catadores	%	Nº de catadores	%
Televisão	16	72,7	2	25	8	66,6
Rádio	15	68,2	5	62,7	9	75
Máquina de lavar	16	72,7	5	62,7	9	75
Aparelho de som	5	22,3	0	0	6	50
Liquidificador	3	13,6	0	0	3	25
Telefone convencional	0	0	0	0	1	10
Telefone celular	5	22,3	0	0	3	33,3

TABELA 01 – RELAÇÃO DE BENS DURÁVEIS DOS ASSOCIADOS DA ARCAN E DOS CATADORES INDEPENDENTES POR NÚMERO E PORCENTAGEM.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

As doenças infecciosas e parasitárias são comuns no Brasil, principalmente entre a população muito pobre e das áreas periféricas. São moléstias que atingem principalmente áreas em que as condições higiênicas e sanitárias são precárias. Dos trabalhadores, 60% disseram que moléstias como verminose, desidratação e diarreia já afetaram membros de sua família, além de doenças respiratórias que se proliferam no período de baixas temperaturas.

A Região do Alto Uruguai se caracteriza por invernos úmidos e extremamente frios, o que se torna um agravante à fragilidade da saúde dessa população pobre. Mesmo assim, vários entrevistados declaram que a situação já foi pior, como indica o relato de um dos membros da Associação.

As crianças ficavam mal, a gente não tinha a quem apelar. Agora, podemos contar com os vizinhos e colegas da ARCAN, até numa urgência com dinheiro emprestado. (Zenira Lopes, 28 anos, associada da ARCAN).

A solidariedade é uma característica considerável e admirável entre o grupo, e a ARCAN fortalece esse valor, à medida que se preocupa com o bem estar de seus trabalhadores, mesmo que de uma forma limitada, já que os recursos são escassos. Um exemplo é o adiantamento de dinheiro em caso de doenças que exijam exames que a previdência assistenciária não cubra, ou remédios que o posto de saúde não ofereça. É claro que toda e qualquer resolução nesse sentido é tomada com a concordância de todos.

O lazer desses associados limita-se à visitação de parentes e vizinhos nos bairros Progresso e Cristo Rei nos finais de semana, enquanto os mais jovens preferem se divertir nas praças de recreação no centro da cidade. A jornada excessiva de trabalho faz com que muitas mulheres ocupem o final de semana para realizar os afazeres domésticos e organizar a casa, como mostra a declaração a seguir:

Não tenho tempo nem para visitar os vizinhos, pois durante a semana fico direto na ARCAN e o serviço grosso da casa acumula. Preciso lavar as roupas, faxinar a casa e limpar o pátio e ainda cuidar da horta, para começar tranqüila a próxima semana de trabalho. (Deolinda Ivete Poloni, 35 anos, associada da ARCAN).

Poucos participam de eventos religiosos, visto que apenas uma associada é evangélica, e os demais se declaram católicos, porém não-praticantes. Esse grupo, na sua maioria, conta com a colaboração de filhos mais velhos, parentes e até vizinhos, para cuidar dos dependentes que ainda não estão em idade escolar, durante o período que estão fora de casa.

Os filhos em idade escolar freqüentam a escola num turno e no outro participam das atividades do Projeto de Educação Integral (PROETI)⁴⁸ e do PETI. Quando é o casal que trabalha na Associação, procura organizar seu horário de trabalho em turnos diferentes para que ao menos um deles possa estar em casa na saída e chegada dos filhos da escola. Chama a atenção que 45% dos entrevistados afirmaram já ter tido seus filhos na Obra Santa Marta, mas que atualmente não mais. Isso acontece pelo fato de a Obra não conceder nenhum tipo de assistência monetária aos pais. Já 42% declararam ter os filhos no programa do PETI, e 13% no projeto da Prefeitura chamado PROETI.

A reduzida presença de filhos de catadores na Obra Santa Marta se dá pela proposta do PETI, onde se encontra a maioria dos filhos dos associados da ARCAN. O programa oferece atividades integrativas em turno inverso ao das atividades escolares; dessa forma, as crianças que saem da escola formal se dirigem para o centro assistencial onde fazem todas as refeições (café e almoço ou almoço e janta), além de lanche. Entre as atividades desenvolvem-se brincadeira, musicalidade, esportes e arte. É feito o controle de desempenho e freqüência escolar. Caso algum aluno deixe de freqüentar as aulas, uma assistente social vai até a sua residência para saber o motivo da ausência.

Quinzenalmente, é feito um trabalho de orientação sócio-familiar, com uma equipe de técnicos e voluntários. Está envolvida nestas orientações a Universidade Regional Integrada das Missões e do Alto Uruguai – Campus de Erechim, através de estágios dos cursos de Psicologia, Farmácia e Enfermagem, além da participação da Escola de Pais e das estagiárias da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Bonifácio. A presença

⁴⁸ O Projeto de Educação Integral (PROETI) se desenvolve nas escolas municipais de Ensino Fundamental e Médio de Erechim que, em turno contrário ao de estudo dos alunos, oferece atividades como dança de salão, teatro, artesanato, patinação, futebol, balé, entre outros, sempre em parceria com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), A Escola de Belas Artes, Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), entre outras instituições.

dos pais nas reuniões é uma exigência do Ministério Público e do Conselho Tutelar. De 2002 a 2005, 160 crianças receberam, através do programa, auxílio mensal de R\$ 30,00. Na visão local, o PETI “resgata o espaço de vivência do aluno”.



FIGURA 12 – SEDE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI), LOCALIZADO NO BAIRRO PROGRESSO, EM ERECHIM (RS).

Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

Já a Obra Santa Marta, que sobrevive de projetos e doações, não tem como oferecer assistência monetária aos alunos, que muito vem ajudar no orçamento da família, sendo este o principal motivo da evasão dos filhos dos associados da ARCAN dessa entidade e a sua integração ao PROETI e PETI.

Convém ressaltar, no entanto, que a Obra Santa Marta luta pela “conquista de um mundo incluyente que possibilite a todos as condições de construir-se como sujeito social” (ANEXO 09). Para isso, oferece um programa de apoio sócio-educativo que visa à formação humana, à formação lúdica, ambiental e recreativa e também à orientação e apoio sócio-

familiar. Além disso, atende 17 catadores da ARCAN e independentes que freqüentam (não com muita assiduidade)⁴⁹ as aulas do EJA no turno da noite. (ANEXO 09).

3.5.1 Os catadores da rede viária associados à ARCAN

Catar papel, sacos plásticos, lata de refrigerante ou cerveja pelas ruas da cidade de Erechim pode significar ou falta de não ter o que fazer ou um fato que fugiria de um modo de vida tradicional. Entretanto, essa é a única alternativa de trabalho para muitas pessoas. Tanto a falta de oportunidades como a de estudos são indicadores das maiores causas que levam muitos erechinenses a abandonarem suas moradias e saírem coletando material reciclável pelas ruas.

O dia-a-dia desses catadores inicia muito cedo da manhã, quando pegam seus carrinhos de mão e começam a vasculhar as lixeiras, sacos e caixas com lixo na frente de moradias e lojas comerciais, pensando unicamente que ali está a possibilidade de levar ao menos leite e pão para casa naquele dia. Diariamente, a cidade de Erechim produz cerca de 50 toneladas de lixo doméstico, o que garante uma corrida dos catadores aos diversos bairros do município.

Foram localizados nas ruas da cidade e entrevistados oito associados da ARCAN, que corresponde a 66,6% desse grupo e que trabalham unicamente na coleta de material reciclável. Desses, 71,4% ingressaram na Associação por indicação e 28,6% por meio de inscrição.

⁴⁹ Os catadores precisam de incentivo constante para dar continuidade aos estudos. A coordenação da Obra Santa Marta e os professores fazem um trabalho de visitação   casa destes estudantes quando eles abandonam o projeto.

A maioria é mulher de origem indígena, que se enquadra na faixa etária que vai dos 23 anos aos 53 anos. São naturais das áreas rurais dos municípios de Erval Grande (RS), Praia Bonita (RS), Jacutinga (RS) e Itatiba do Sul (RS) e migraram para Erechim a partir da década de 90 em busca de uma melhor qualidade de vida (57,1%), para morar próximo dos familiares (28,7%) e para cumprir pena na prisão (trabalhar durante o dia e dormir no presídio) (14,2%).

Considerando que no Brasil existe uma população de 30,5% de analfabetos funcionais e que na região sul concentra-se 23,2% e na região nordeste 47,8% e que a fragilidade do fator Educação, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵⁰, atinge as camadas mais pobres do país, pode-se compreender a realidade educacional do referido grupo que não ultrapassa a 4ª série do Ensino fundamental. Entretanto, o Convênio assinado entre a ARCAN e a Prefeitura Municipal tem comprometido muitos catadores a participar do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁵¹ cujas aulas se realizam na Obra Santa Marta. Quanto ao estado civil, não há nenhuma situação regular; a maioria (71,4%) vive apenas com os filhos e os demais são separadas (os). Antes de ingressarem na Associação, catavam material reciclável no aterro sanitário da cidade e algumas mulheres trabalhavam como faxineiras.

Dos associados catadores da rua, 71,8% afirmaram obter uma renda de R\$ 260,00, e 28,2% uma média de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 e com essa renda vivem em torno de quatro a

⁵⁰ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), um dos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu, desde 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com o objetivo de coletar dados sobre o desenvolvimento humano na maioria dos países do mundo, e, com eles, estudar e propor formas de atuação internacional, visando minimizar as diferenças sociais entre os países.

⁵¹ O programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvido pelo governo Federal, objetiva atender aos alunos com idade acima de 18 anos. Visa favorecer aos cidadãos que não fizeram ou desejam completar o Ensino Fundamental e também o Ensino Médio.

oito pessoas. Considerando os cuidados básicos no trabalho, 42,8% declararam usar luvas, 28,1% cuidam-se no trânsito e os demais não têm nenhum tipo de cuidado. A organização familiar em alguns casos é preocupante, pois muitas catadoras são sozinhas e, por questão de sobrevivência, deixam algumas vezes seus filhos em idade precoce sozinhos. Outras vezes contam com o apoio de vizinhos ou de algum parente. Os filhos em idade escolar, a exemplo dos associados da unidade de triagem, freqüentam a escola formal num turno e no outro o PETI ou PROETI. Entre as doenças que afetam as famílias desses catadores, a maior incidência fica com as respiratórias (57,1%), em segundo lugar as verminoses e pediculose.

Num comparativo, percebe-se que, apesar de a situação sócio-econômica, a de história de vida serem muito parecidas entre os associados catadores e os da unidade de triagem, estes tem uma auto-estima mais elevada, ou seja, falam com mais naturalidade sobre sua atividade como “catador” e relatam com entusiasmo as conquistas materiais e a impressão de que o preconceito da sociedade sobre eles está diminuindo, além de enfatizarem a importância da ARCAN em suas vidas.

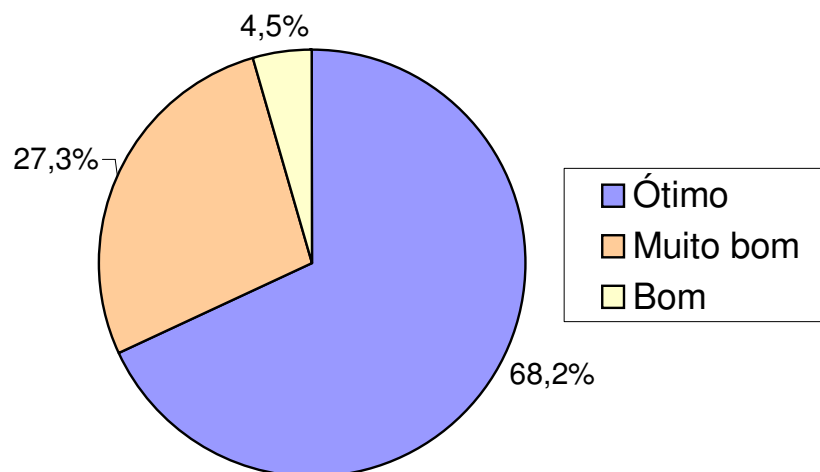


GRÁFICO 04 – GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA UNIDADE DE TRIAGEM EM RELAÇÃO AO TRABALHO NA ARCAN.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

Os associados catadores são mais retraídos, não demonstram uma perspectiva melhor de vida por serem associados da ARCAN e vêem na atividade como catador a última alternativa para a sobrevivência, sendo que muitos se mantêm fiéis à Associação na esperança de algum dia conseguirem trabalhar na unidade de triagem. Mesmo assim, deixam transparecer uma satisfação, ao declararem que quando usam uma identificação da ARCAN, seja no carrinho ou na camiseta, sentem-se mais confiantes e respeitados.



FIGURA 13 – CAMISETA USADA PELOS ASSOCIADOS DA ARCAN.
Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

3.5.2 Os catadores independentes

Entre os três grupos de catadores entrevistados, registrou-se uma série de infortúnios e curiosidades. Um exemplo é a senhora Ana Ilda Borges, catadora independente,

que saí de casa quase todos os dias às 7 horas e não tem hora para retornar. Perdeu sua casa num incêndio, mas não desistiu e continua recolhendo material reciclável no centro da cidade e nas áreas próximas aos trilhos do bairro onde mora. Tem filhos com sérios problemas de saúde e praticamente mantém a sua família sozinha.



FIGURA 14 – SENHORA ANA I. BORGES DE 94 ANOS: CATADORA INDEPENDENTE.
Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

Outro caso é o de Gilberto Janesko, de 24 anos, que trabalha há dois anos nesta atividade, 12 horas por dia, inclusive nos domingos e feriados. Percorre as ruas da cidade com o carrinho preso a uma bicicleta e declara com entusiasmo:

Professora, pode apostar, hoje eu ganho mais ou menos R\$ 700,00 a R\$ 800,00 mensais, mas vou ganhar muito mais e terei a minha própria empresa de reciclagem.



FIGURA 15 – SENHOR GILBERTO JANESKO: CATADOR INDEPENDENTE.

Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

Desse grupo foram entrevistados 12 catadores (8 mulheres e 4 homens) que trabalham nesta atividade numa média de 5 a 15 anos e, ao contrário dos associados da ARCAN em que predomina a descendência indígena, entre estes se iguala a descendência alemã, italiana e indígena. Fato a considerar, pois mostra que a pobreza tem atingido também grupos étnicos tidos como bem sucedidos no Brasil e que a desigualdade social não se restringe apenas a negros e índios.

Dentre os dados relevantes, destacamos que a maioria veio de municípios adjacentes a Erechim em busca de melhores condições de vida e 75% deles são católicos e os demais evangélicos. Curiosamente, 8% declararam receber mensalmente um valor que se alterna entre R\$ 510,00 a R\$ 800,00 e os demais se situam dentro do limite de dois salários

mínimos. Quanto ao estado civil, 25% são oficialmente casados; 33,4% vivem com um companheiro (a), 25% solteiros (as) e 8,3% viúvos (as).

RENDA INDIVIDUAL	Associado da seleção (Unidade Triagem)		Associados da coleta (Rede Viária)		Independentes	
	Nº de catadores	%	Nº de catadores	%	Nº de catadores	%
Menor que um salário mínimo	3	13,8	2	28,2	0	0
1 ----- 2	16	72,4	6	71,8	11	92
3 ----- 4	3	13,8	0	0	1	8
TOTAL	22	100	8	100	12	100

TABELA 02 – RENDA INDIVIDUAL (SALÁRIOS MÍNIMOS) DOS CATADORES ASSOCIADOS DA ARCAN E DOS INDEPENDENTES.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

3.5.3 Motivos que levam os catadores independentes a não vender material reciclável na ARCAN

São muitos os catadores que sobrevivem do lixo, recolhendo papel, plástico, vidros e alumínio nas ruas da cidade em condições de risco, fazendo grande esforço físico e sujeitos às intempéries do tempo. Além desse sacrifício, precisam disputar o material com muitos outros catadores e com o caminhão de coleta seletiva.

Atualmente, cerca de 300 famílias vivem dessa atividade na cidade de Erechim. Frente às múltiplas necessidades, a grande maioria desses catadores prefere vender seus produtos a empresas de reciclagem do município, como a Indústria e Comércio de Papéis Ltda (ABPEL), a Comércio de Papéis Ltda (CARGIPEL) e a Recolhedora de Papel Arco Íris Ltda, pelo fato de essas empresas negociarem a compra com um valor maior que aquele proposto

pela ARCAN, além de oferecer carrinhos para os interessados e recolher o material semanalmente ou quinzenalmente nas casas dos catadores sem custo algum.

O material também é vendido a intermediários que conquistam a confiança destes trabalhadores, oferecendo pequenos adiantamentos e recolhendo o material já selecionado e classificado em suas residências, a cada quinze dias, para depois revenderem a empresas do ramo.

Outros catadores alegam a grande distância entre suas residências e a unidade de triagem, o que viria dificultar o transporte, não valendo o deslocamento e o esforço. Ainda há os que afirmam ter participado das reuniões da ARCAN desde sua idealização e nunca terem tido a oportunidade de ingressarem no centro de triagem. Assim, ressentidos, começaram a vender em outros lugares. Além desses, há os que dizem nunca terem ouvido falar da Associação ou que esta não é confiável, pois ocorre “trapaça” na balança.

Da mesma forma, alguns argumentam que a ARCAN não negocia qualquer material (a exemplo da caixinha de leite), enquanto os intermediários e empresas recebem todo e qualquer tipo, pagam corretamente, adiantam dinheiro numa necessidade urgente e nem sempre exigem que o material seja pré-selecionado.

Material reciclável	Papel / Papelão	Plástico	Alumínio	Vidro	Cobre
ARCAN	0,20	0,25	1,80	0,10	0
Empresas do ramo	0,25	0,30	2,80	0,15	2,50

TABELA 03 – MATERIAL RECICLÁVEL – VALOR (R\$ POR KG) PAGO PELA ARCAN E DEMAIS EMPRESAS DO RAMO.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

3.5.4 O funcionamento das atividades nas empresas de reciclagem de Erechim (RS) e o perfil de seus trabalhadores

Os motivos que levaram os empresários entrevistados a investir no ramo da reciclagem foram o investimento do dinheiro recebido pela indenização dos empregos (dois são ex-bancários), aplicar as economias e apostar na experiência obtida depois de vários anos como empregado de empresas do gênero e ainda a falta de emprego e de alternativa. A administração familiar é uma característica comum entre as empresas.

Três das empresas fazem a seleção e enfardamento. Uma delas recolhe o material dos catadores em casa e mantém uma relação comercial com os agricultores da região comprando sacarias de semente. A exigência é de que o material deve vir selecionado, sem nada de lixo orgânico. Essa mesma empresa compra fardos de papel de empresas de Lajeado, Santa Maria e Passo Fundo e, em Erechim, trituram, enfardam e vendem a empresas do Paraná.

É importante destacar que uma outra empresa, a partir de um convênio com a Prefeitura Municipal, desenvolve as atividades de seleção de material no interior do presídio com 14 detentos. Há também a empresa que oferece casa para os funcionários (só homens e do interior) morarem durante a semana, além de moradia permanente para três famílias de trabalhadores isentas do pagamento de aluguel, luz e água. Entretanto, o empresário que admite mulheres, afirmou que elas produzem mais que os homens e que os únicos problemas são a competitividade e os ciúmes.

Em relação ao número de funcionários, manteve-se uma média de 18 a 24 funcionários, sendo que 90% das empresas optam pelo trabalho masculino e o salário médio pago a eles varia entre R\$ 450,00 a R\$ 500,00 por mês. Todos possuem uma situação regulamentada e a idade dos empregados varia entre 18 a 50 anos. Quanto ao desempenho dos trabalhadores conforme a idade, foi unânime a seguinte declaração.

Um trabalhador com idade acima de 45 anos é mais disciplinado e tem mais agilidade em montar os fardos; em compensação, não possui a força para carregá-los. Aí entra o papel dos mais jovens e, conseqüentemente, o equilíbrio da produção.

Todos os empresários compram material dos carrinheiros, escolas, indústrias e, inclusive, de alguns associados da ARCAN. O pagamento é feito no ato, mas, se o catador preferir, pode receber a cada 15 ou 30 dias, recebendo na entrega um vale.

As referidas empresas negociam com indústrias de papel higiênico e de caixa de papelão dos estados do Paraná e Santa Catarina e com indústrias de conserva do interior da Região Alto Uruguai. Justificam a venda do material reciclável para empresas dos estados vizinhos em detrimento ao Rio Grande do Sul, por aquelas pagarem mais pela mercadoria e assumirem as despesas de frete.

Dentre as despesas das empresas foram destacadas as que envolvem gastos com combustível, salários dos empregados, manutenção de máquinas, custos com as leis sociais, aluguel e despesas com insalubridade. No tocante à lucratividade, um empresário preferiu omitir, outro afirmou ter uma margem de lucro entre 5% a 8% e o terceiro declarou um valor bruto mensal de R\$ 150.000,00. Foi também entrevistado um agenciador que se caracteriza

como empresário do ramo e trabalha na informalidade, comprando apenas vidro e alumínio, que afirmou receber limpo, em média, R\$1.000,00 a R\$ 1.500,00 mensais.

3.5.5 Opinião dos empresários sobre a ARCAN

Todos consideram a ARCAN o local mais bem equipado da cidade no momento. Manifestam indignação ao fato de a Associação receber verbas através de projetos e doações e não ter despesas com impostos e leis sociais.

Há os que acreditam que algo não funciona de forma adequada internamente, pois a Associação possui uma forte estrutura e os trabalhadores não conseguem sobreviver. Todavia, apesar de fazerem tal consideração, os empresários afirmam que a ARCAN está sendo um importante meio de amenizar a pobreza de muitas famílias e a conseqüente redução da violência. Os empresários que compram da ARCAN e possuem um contato mais direto, alertam para a falta de organização, empenho e dedicação ao trabalho.

4 A MORADIA PARA OS ASSOCIADOS DA ARCAN

4.1 Os Seleccionadores da unidade de triagem

A moradia é um direito de todo o cidadão e também um indicador da situação socioeconômica da população de um país, estado ou região. Entretanto, lugares extremamente precários estão sendo utilizados como moradia, nos dias atuais, por muitos cidadãos brasileiros. Essa situação refere-se aos grupos que estão abaixo⁵² da linha de pobreza, ou seja, que não possuem renda suficiente para cobrir os custos de manutenção da vida, como alimentação, moradia, transporte e vestuário, e aos que estão abaixo da linha da miséria (ou indigência) que não conseguem ganhar o necessário nem para atender a mais básica das necessidades: a alimentação.

“No caso brasileiro, há 53 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Dessas, cerca de 30 milhões vivem entre a linha de pobreza e acima da linha de miséria. Cerca de 23 milhões estariam na situação que se define como indigência ou miséria” (MENDONÇA, 2002, p. 84). É nesse contexto que se enquadram muitos dos catadores de material reciclável da cidade de Erechim.

⁵² Conforme reportagem especial na revista VEJA (MENDONÇA, 2002, p. 85), os estudiosos estabeleceram duas grandes linhas para definir o que são pobreza e miséria: “abaixo da linha da pobreza” significa dizer que existem pessoas que vivem entre a linha da pobreza e acima da linha de miséria, ou seja, com renda familiar inferior ao valor de uma “cesta básica”; e há os que vivem “abaixo da linha da miséria”, sobrevivendo de forma primitiva, tendo acesso, quando muito, a um alimento da cesta biológica básica.

A luta diária para conseguir alimento se entremeia com a necessidade e esperança de ter onde morar. Seus objetivos são claros, quando afirmam que “é na moradia que o homem encontra abrigo, estabilidade e independência e certa privacidade”⁵³ (FREITAS, 2003, p. 16).

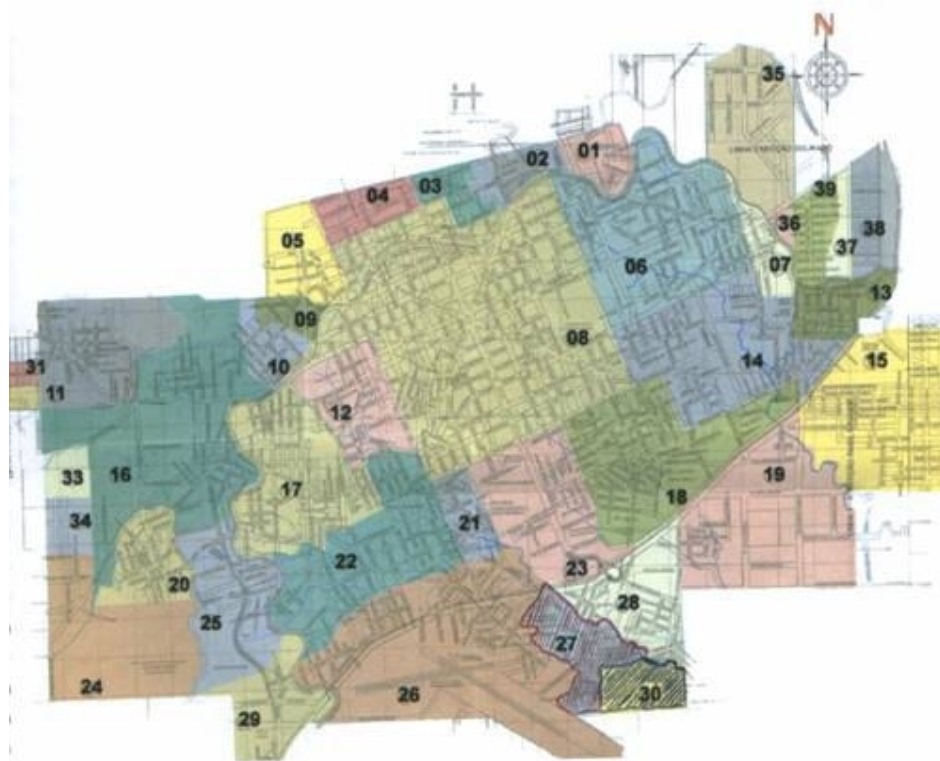


FIGURA 16 – MAPA DOS BAIRROS DE ERECHIM (RS).

Fonte: www.pierozan.com.br/mapa/bairro, acesso em 2004.

A maioria dos catadores de material reciclável de Erechim – tanto os da ARCAN quanto os independentes – ocupa os bairros populares existentes na periferia sul da cidade, como o Cristo Rei e o Progresso. Os bairros possuem uma urbanização semelhante e revelam uma

⁵³ A privacidade desses moradores é relativa. Vai depender da concentração de pessoas nos espaços reservados para a moradia. Nas unidades residenciais, quanto maior o número de moradores, tanto menor é a privacidade. A intimidade acaba por ficar exposta e certos conflitos e constrangimentos acontecem entre eles.

realidade socioeconômica dos que não usufruem renda para morar em áreas bem servidas com certo grau de conforto.

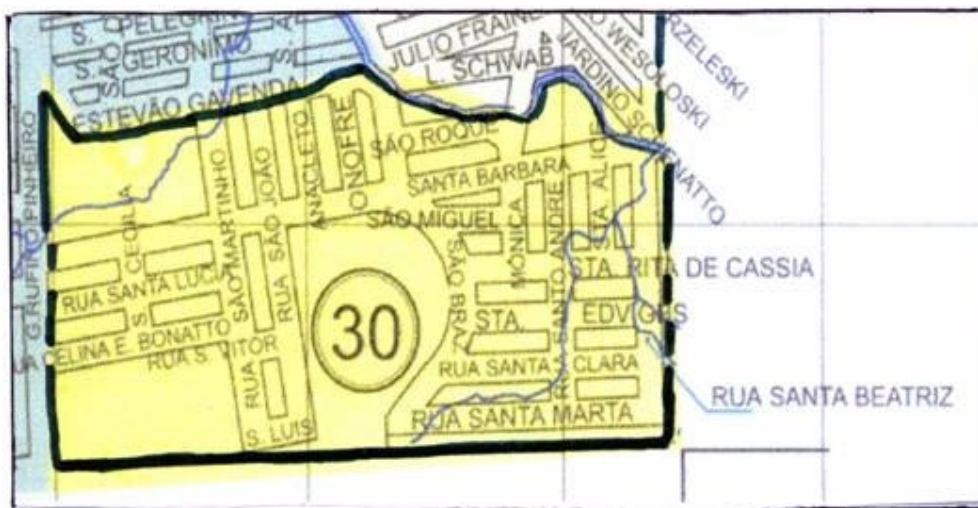


FIGURA 17 – MAPA DO BAIRRO CRISTO REI (ERECHIM/RS).

Fonte: www.pierozan.com.br/mapa/bairro, acesso em 2004.

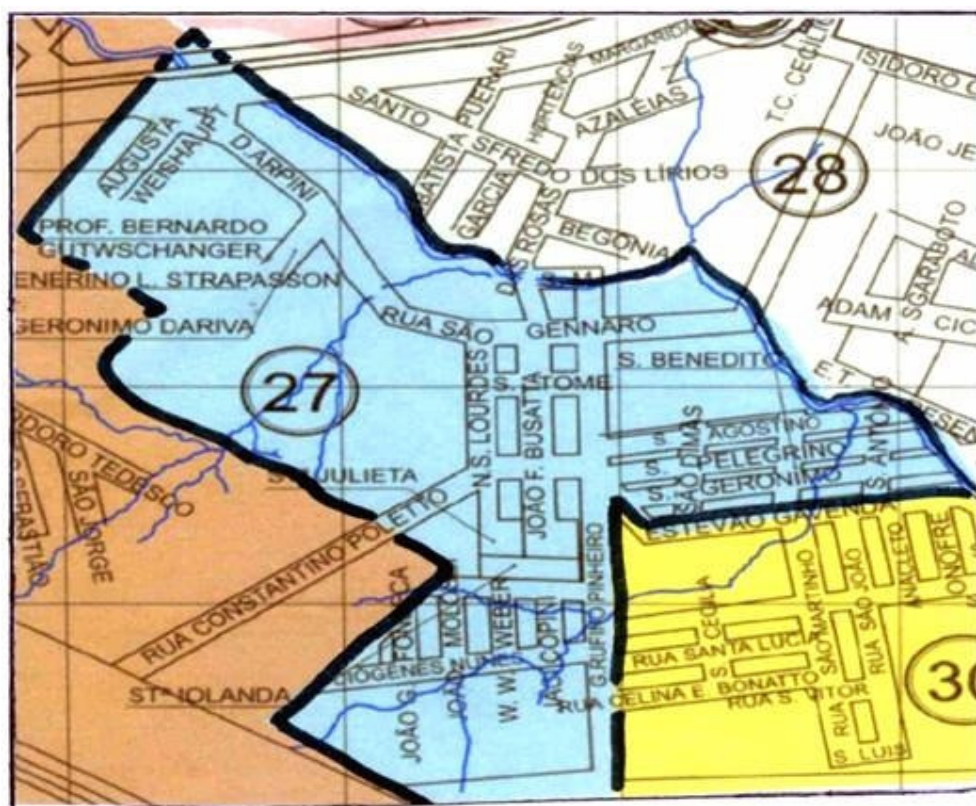


FIGURA 18 – MAPA DO BAIRRO PROGRESSO (ERECHIM/RS).

Fonte: www.pierozan.com.br/mapa/bairro, acesso em 2004.

Os Bairros Progresso (3.901 habitantes) e Cristo Rei (3.625 habitantes)⁵⁴ localizam-se em área notoriamente segregada do resto da cidade, tendo como marco divisório a BR 153. Os bairros são conurbados e caracterizam-se por um crescimento desordenado, com invasões a áreas particulares e de domínio municipal ou federal. Via de regra, reside mais de uma família por casebre, sendo que cada família possui em média cinco pessoas. Nos bairros, encontram-se aproximadamente 67 entidades religiosas⁵⁵, desde católicas até de seitas, sendo estas em maior número.



FIGURA 19 – LOCALIZAÇÃO DA ARCAN E DOS BAIROS PROGRESSOS E CRISTO REI.
 Fonte: MENEGATTI; CHIAPARINI; FERNÁNDEZ; et. al., 2000, p. 15.

⁵⁴ Os Bairros Cristo Rei e Progresso passam por um processo de ocupação há praticamente 20 anos. Somente em 30 de novembro de 1995 passaram a ser reconhecidos como bairros, com os respectivos nomes, através da Lei municipal n.º 2.749.

⁵⁵ Entre os credos religiosos aceitos e praticados pela população dos bairros, além do Católico, destacam-se os seguintes: Protestante, Quadrangular, Deus é Amor, Assembléia de Deus, Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Tabernáculo da Fé, Adventista, Umbanda e Candomblé. Algumas são aceitas como religião, outras apenas como seitas.

A paisagem urbana dos bairros revela-se pela ação da sociedade e pelas transformações que o homem realiza na natureza. A ocupação humana desse espaço está vinculada, principalmente, ao processo migratório de agricultores muito pobres, que abandonaram a zona rural de pequenos municípios⁵⁶ da Região Alto Uruguai e migraram nas últimas duas décadas para a cidade de Erechim. Em vista das precárias condições sócio-econômicas, acabaram por se estabelecer nos morros e depressões⁵⁷ dos bairros, dividindo o solo em minúsculas parcelas para construir barracos e casebres.

As áreas mais baixas dos bairros, originalmente compostas por uma vegetação herbácea utilizada a princípio como potreiro⁵⁸, atualmente estão totalmente ocupadas. Já os morros possuíam uma vegetação natural de araucárias, área hoje totalmente devastada em decorrência da ocupação humana.

Vários foram os motivos que levaram os associados da ARCAN a residir nos referidos bairros, entre eles é interessante destacar: o valor acessível dos imóveis, a possibilidade de morar próximo aos familiares⁵⁹, a facilidade de aquisição da casa própria oferecida pelo Projeto PROMORAR, as áreas possíveis de ocupação irregular e expectativa de dividir a casa com parentes ou amigos. É comum nos referidos bairros o acesso à moradia acontecer por meio da compra do direito da posse.

⁵⁶ Entre esses municípios destacamos os de Itatiba do Sul e Áurea, donde migraram muitas pessoas que atualmente compõem o quadro de catadores de material reciclável da ARCAN. Itatiba do Sul foi criada em 19/12/1964, possui uma área de 212,1 km² e uma população total de 5.015 hab. Áurea foi criada em 24/11/1987, possui uma área de 158,3 km² e uma população de 2.811 hab. Ambas possuem uma economia baseada no setor primário. O comércio e a indústria mantêm-se praticamente estagnados.

⁵⁷ O relevo das referidas áreas é composto pelo Planalto Arenito Basáltico (Planalto Meridional), predominando rochas basálticas (características da ação vulcânica), solos com boas condições de fertilidade, mas a topografia acidentada é um fator restritivo.

⁵⁸ As áreas baixas dos bairros Progresso e Cristo Rei, antigamente, eram ocupadas com pastagens para alimentar o gado. Tanto que por muito tempo essa localidade foi chamada de “Matadouro”, pela circulação de gado e pelo abate acontecer lá mesmo.

⁵⁹ Principalmente no início da década de 90, era comum desembarcar semanalmente, na BR 153, uma média de 10 famílias de agricultores que abandonavam a zona rural de pequenos municípios adjacentes e vinham para Erechim, incentivados por parentes já estabelecidos nos bairros.

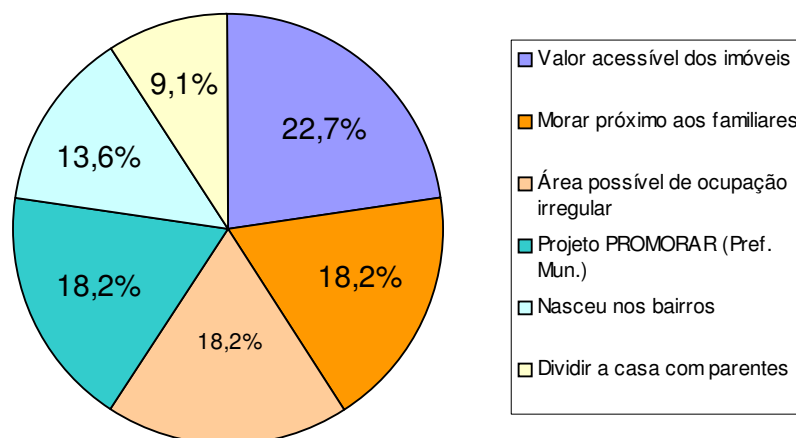


GRÁFICO 05 – MOTIVOS QUE LEVARAM OS ASSOCIADOS DA ARCAN A RESIDIR NOS BAIRROS CRISTO REI E PROGRESSO.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

Quanto às moradias, constatou-se que são pequenas e precárias, e nem todas possuem canalização interna de água e rede de esgoto. A maioria das casas é de madeira; algumas são de alvenaria sem os acabamentos necessários, tendo em média de três a cinco peças. A aquisição das casas ocorreu através da compra (direito de posse) por 54,5% dos catadores da unidade de triagem; 13,7% dividem o espaço físico com outras famílias, e desses, 31,8% têm suas moradias em áreas irregulares⁶⁰. A Prefeitura Municipal cedeu 31,8% das habitações.

⁶⁰ A exemplo do que acontece nas grandes favelas do Brasil, em Erechim, o poder público municipal – sem condições de resolver a falta de moradias e pressionado pelos moradores que lutam pelo direito de concessão real de uso ou usucapião urbano – acaba por legitimar cada vez mais as ocupações ilegais através de programas de urbanização.

Com o objetivo de deslocar pessoas de baixa renda de uma área de significativo valor imobiliário⁶¹ próxima ao centro da cidade, hoje conhecida como Bairro “Bela Vista”, em 1980, a Prefeitura Municipal de Erechim, através do Projeto PROMORAR⁶², cedeu terrenos com casas medindo 6m x 5m a essa população. Muitos catadores acabam adquirindo essas casas, pelo valor acessível e pelo prazo de pagamento. Atualmente, o valor pelo qual negociam varia entre R\$ 2.500,00 à R\$ 4.000,00, dependendo da necessidade de quem vende o direito de posse.



FIGURA 20 – CASA ORIGINAL CONSTRUÍDA PELO PROJETO PROMORAR NO BAIRO CRISTO REI (ERECHIM/RS): A ilustração mostra uma casa muito pequena, com dois cômodos e um banheiro, vendida à população muito pobre. Alguns associados da ARCAN residem atualmente nessas casas.

Fonte: SCOLARI, Rosana. 2005.

⁶¹ As primeiras famílias a receber as pequenas casas construídas no Bairro Cristo Rei, através do Projeto PROMORAR, foram retiradas de uma área, na época, chamada de Cachorro Sentado, devido a grande concentração de barracos, famílias pobres e numerosas, além de muitos cães. A excelente localização dos terrenos favoreceu ao mercado imobiliário, que transformou a favela em um dos mais elitizantes bairros do município de Erechim, chamado atualmente de “Bela Vista”.

⁶² Ao longo dos anos, o Estado tem tido a preocupação com a erradicação das favelas e com a remoção dos moradores para a liberação das áreas ocupadas, para outros usos. Em 1980, o Banco Nacional de Habitação, define em nível nacional nova atuação em favelas, através do PROMORAR – Programa de Erradicação da Subabitação. Foi um programa emergencial para agir especialmente nas favelas, mocambos e palafitas, promovendo o financiamento para a aquisição do lote e da casa (unidades muito pequenas, com um cômodo e um banheiro, mas com tendência a crescer, já que os lotes teriam em geral, 70 metros quadrados), a serem pagos num prazo de 25 anos.



FIGURA 21 – VISTA PARCIAL DO ANTIGO BAIRRO DO “CACHORRO SENTADO”, ATUAL BAIRRO “BELA VISTA”. Destacam-se, na ilustração, residências de alto padrão arquitetônico, com toda infra-estrutura e conforto.

Fonte: SCOLARI, Rosana. 2005.

O aglomerado de habitantes é bastante denso e muitos catadores utilizam os serviços de água e luz de forma irregular, notadamente nas áreas também ocupadas irregularmente. Clandestinamente, são feitas ligações com fios elétricos e canos das residências dos vizinhos que já possuem os serviços instalados e as despesas são divididas. Com os serviços de água, luz e telefone são comprometidos, em média, 24% da renda mensal.



FIGURA 22 – LOTEAMENTO POLETTTO: ÁREA OCUPADA IRREGULARMENTE NO BAIRO PROGRESSO: Área constituída por morros, bastante acidentada e insegura, com pouca vegetação, e casas pequenas com mínima infra-estrutura.
Fonte: SCOLARI, Rosana. 2005.



FIGURA 23 – ÁREA OCUPADA IRREGULARMENTE NO BAIRO PROGRESSO: Presença de muitas crianças. Nesse local residem muitos associados da ARCAN: é caracterizado pela falta de infra-estrutura e precárias condições de higiene e de moradia.
Fonte: SCOLARI, Rosana. 2005.

O tempo de moradia dos catadores da unidade de triagem no local onde hoje vivem varia de 6 a 17 anos. Nesse período, a maioria aumentou sua casa trabalhando nos finais de semana ou em mutirão com a ajuda de amigos, familiares e de algum vizinho com conhecimento de construção civil. Os recursos usados foram provenientes principalmente de suas economias e de algumas doações.

É comum entre essas pessoas a prática de solidariedade, principalmente quando se trata de dividir o espaço para acomodar os que não têm teto. Essa solidariedade se reflete através da divisão de materiais possíveis de aproveitamento que conseguem normalmente na coleta de material reciclável, na construção por mutirão e até mesmo por meio de acordos de cooperação de trabalho que firmam como troca de favores.

Quando se questionou os catadores da unidade de triagem sobre o tema da solidariedade, alguns mencionam que o problema socioeconômico enfrentado por muitos indivíduos se dá também pela própria comodidade destes. No cotidiano desses trabalhadores, é comum a relação com pessoas ainda mais pobres, que preferem viver de esmolas e doações a ter de catar material para sobreviver.

Para mim, professora, muitas pessoas sofrem além da conta por não ter vontade de trabalhar e se acomodam na espera que o governo ou o prefeito ajude. Não dá para ficar esperando que tudo caia do céu. Ter um teto nem que seja de lona, de sucata ou de madeira infestada de cupim é muito valioso, mas é preciso batalhar pra isso, dentro de nossas posses [...]. (Sirlei Carvalho, moradora do Bairro Progresso – Loteamento Poletto).

Através dos depoimentos, percebe-se até um certo grau de indignação por muitos catadores que já perceberam que a vida melhorou graças a essa atividade que é discriminada por muitos.

É preciso que as pessoas necessitadas acordem para o seu problema. Cada um deve lutar pela sua sobrevivência. E morar numa favela, numa casa ou barraco não é problema... Problema sim é não ter trabalho, aí o bicho pega [...] (Nelson Alves Rocha, 41 anos, associado da ARCAN e morador do Bairro Cristo Rei).

Também se percebe insegurança e baixa auto-estima que toma conta deles, quando falam da instabilidade que enfrentam quanto à moradia.

Nós, pobres, vivemos num vai e vem. Quando não conseguimos juntar uns pilas para construir um rancho, nos obrigamos a morar de favor, construindo um barraco atrás da casa de algum parente ou amigo, ou pedir ajuda para os Vicentinos. Lá no morro Poletto já está tudo invadido e não têm mais espaço algum... Pior, dona, é quando a gente está de favor em alguma casa e dá encrenca, aí precisamos encontrar outro lugar para morar, às pressas..., mas sempre aparece uma alma boa para ajudar. (Júlio Robson Ceires, 25 anos, associado da ARCAN e morador do Bairro Cristo Rei).

A solidariedade entre os muito pobres é algo surpreendente, pois normalmente não hesitam em ajudar o outro, seja com um litro de leite, seja cuidando dos filhos pequenos, convidando para coletar material e dividir os ganhos, cedendo algum espaço na moradia e, em casos extremos, adotando (não legalmente) crianças de menor idade cujos pais não têm condições de criar.

Segundo Lisboa (2003, p. 247),

A solidariedade que carecemos enquanto espécie, a solidariedade humana, é o mais difícil dos sentimentos. Como todo sentimento, ela não surge como cumprimento de uma ordem, mas simplesmente transborda dentro de uma relação socialmente territorializada.

Para alguns entrevistados, mesmo frente às dificuldades econômicas das famílias, o importante não é só receber, mas também retribuir ajudas, não como uma ordem estabelecida, mas como um acordo moral oficializado por atitudes.

4.2 Os coletores associados da ARCAN

São inúmeras as dificuldades enfrentadas por esses catadores que moram nas áreas mais pauperizadas dos bairros. Muitos moram em barracos, outros dependem da vontade dos pais ou irmãos na cedência de uma peça para morar, ou da ajuda dos Vicentinos⁶³. Quando o catador recebe uma pequena casa⁶⁴ dos Vicentinos, normalmente não consegue pagar a taxa de água e acaba vivendo sem esse serviço básico, sem higiene e exposto a várias doenças.

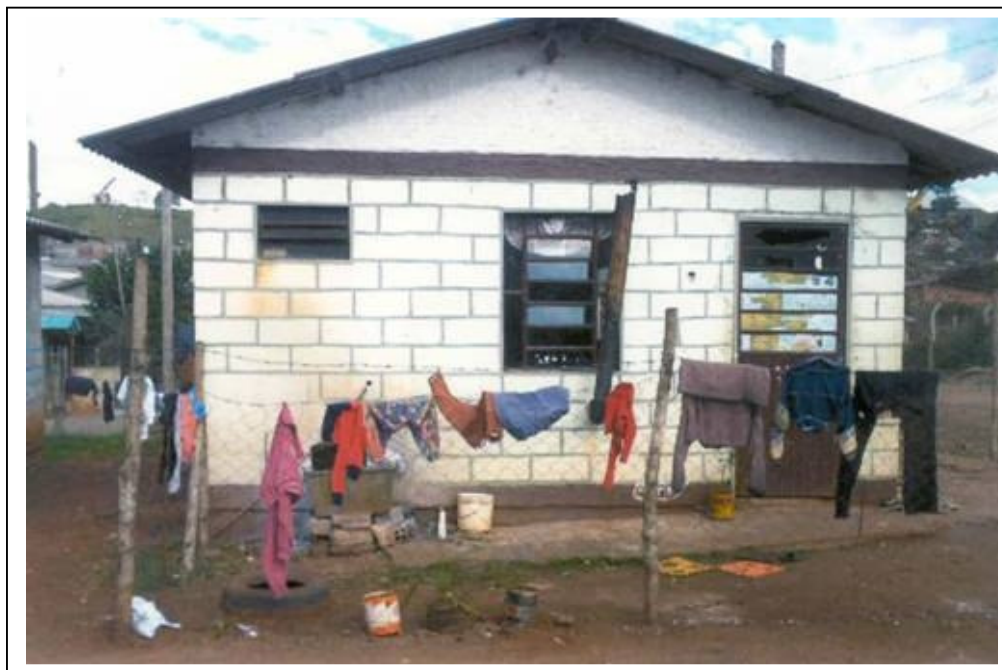


FIGURA 24 – CASA CONSTRUÍDA PELA SOCIEDADE DOS VICENTINOS PARA ATENDER À POPULAÇÃO MUITO POBRE, principalmente mulheres que vivem sozinhas com seus filhos.

Fonte: SCOLARI, Rosana. 2005.

⁶³ A Sociedade dos Vicentinos é composta por um grupo de pessoas leigas, que exercem um trabalho ligado a questões de moradia e de alimentação junto a populações mais necessitadas.

⁶⁴ As casas construídas e cedidas pelos Vicentinos para pessoas extremamente necessitadas têm a devida instalação de água e esgoto. A manutenção desse serviço fica por conta do morador e a taxa de energia elétrica é paga pela Prefeitura Municipal de Erechim.

Conforme Rodrigues (2001, p. 14),

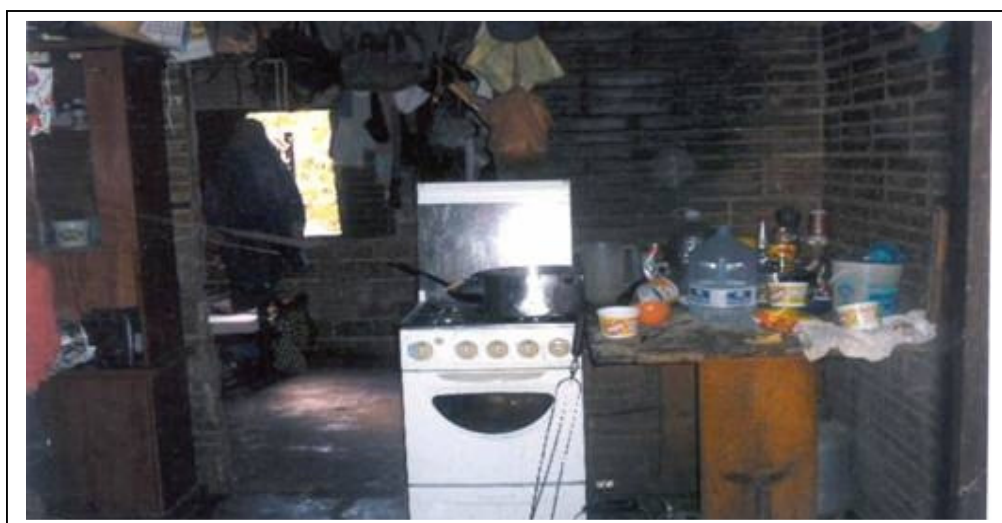
[...] a moradia não é uma mercadoria fracionável, que pode ser vendida ao longo do dia, da semana ou mesmo do mês. É possível aos “despossuídos” – aqueles que não podem pagar – “pedir” uma casa velha para morar? Ir ao “fim” de feira, coletar restos de legumes, verduras, etc. e pedir “emprestado uma cozinha” numa casa qualquer para cozinhar?

Como bem esclarece a autora, a moradia é um bem concreto e que gera custos em sua manutenção. Mas para exercer isso, o trabalhador precisa receber um valor mínimo que cubra as despesas com a moradia, além de outras despesas diárias com alimentação, vestuário, higiene e transporte, necessárias à vida do cidadão. Como os catadores vivem abaixo da linha da pobreza e alguns abaixo da linha da miséria, o que recebem nem sempre dá para as despesas com a alimentação. Quanto à questão de ter onde morar, sempre encontram uma forma de amenizar o problema.

Constata-se que 28,6% dos catadores deste grupo afirmam morar em puxados da casa de algum parente ou amigo. Do total desses catadores, 57,1% optaram por morar nesses bairros devido ao baixo preço do terreno e da moradia e 14,2% escolherem essas áreas para vizinhar com os familiares.

Aproximadamente 42,8% desses catadores residem nos bairros cinco anos em média e afirmam manter um bom relacionamento com os vizinhos. Cerca de 71,4% vivem em moradias cedidas e 28,6% em casa própria (compra do direito de posse); sendo que 71,6% declararam que a sua moradia possui duas peças, 71,3% não possuem serviços básicos como água encanada, rede de esgoto e luz elétrica e o abastecimento, quando acontece, é clandestino.

No caso desses catadores, observou-se que 57,1% possuem uma cama de casal que durante o dia tem a função de sofá. Os que têm um espaço para a cozinha procuram organizá-la com armários e fogão a gás ou a lenha e máquina de lavar de madeira. Alguns não possuem mesa, e não a consideram tão importante, pois prioridade é ter o alimento e um banco para sentar. Quanto aos itens de conforto, 28,7% declararam ter rádio e televisão. As despesas desses catadores com água fica entre R\$ 20,00 a R\$ 60,00, e índice semelhante acontece com energia elétrica.



FIGURAS 25 E 26 – INTERIOR DA MORADIA DE UM COLETOR DE MATERIAL RECICLÁVEL: Os bens domésticos necessários; a organização dos objetos e as condições de moradia.

Fonte: SCOLARI, Rosana. 2005.

4.3 A moradia para os catadores independentes

De acordo com os dados levantados, a realidade desse grupo se assemelha com os demais, mas ao mesmo tempo evidencia uma situação sócio-econômica melhor. A questão que se destaca diz respeito às condições de trabalho que são mais sacrificadas e difíceis, devido à exposição às intempéries, o peso do carrinho para empurrar, as grandes caminhadas e a própria concorrência entre os demais carrinheiros independentes e os da ARCAN.

Convém salientar, no entanto, que muitos catadores ainda preferem as atividades na rua àquelas no centro de triagem da ARCAN, alegando ter um rendimento financeiro maior.

Quanto à moradia, verificou-se que 75% dos entrevistados moram em casa própria (através do direito de posse) e entre os entrevistados um deles possui o imóvel com escritura. As casas possuem em média dois a seis cômodos e o número de pessoas que nelas habitam é de duas a nove pessoas. Entre esse grupo, 16,6% compraram o terreno com a moradia no Loteamento Constantino Poletto⁶⁵.

⁶⁵ Esses terrenos que se localizam no Loteamento Constantino Poletto (área íngreme e acidentada) foram ocupados irregularmente, principalmente na década de 80. Até o período atual, o direito de posse foi adquirido várias vezes, ou seja, ocorreu um fluxo grande de novos moradores.

Moradia	Unidade de Triagem %	Rede Viária %	Independentes %
Própria (de posse)	54,5	28,6	75
Cedida	31,8	42,8	25
Alugada	0	0	0
Puxados sobre terreno de outras pessoas	13,7	28,6	0
TOTAL	100	100	100

TABELA 04 – CONDIÇÃO DE MORADIA DOS CATADORES ASSOCIADOS DA ARCAN E DOS INDEPENDENTES (% SOBRE O NÚMERO DE CATADORES DE CADA GRUPO).

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

No caso desses catadores, registrou-se que alguns itens necessários e de conforto estão presentes em mais de 50% das residências, tais como: geladeira, fogão a gás, máquina de lavar, rádio, televisor e aparelho de som. É comum ocorrer entre eles a troca ou venda de móveis, utensílio e eletrodomésticos, sendo raros os casos de aquisição de um bem numa loja comercial. A compra do telefone celular é uma das metas materiais de vários deles, sendo que 33,3% já o possuem.

Quanto ao saneamento básico, 75% das moradias possuem todos os serviços regularizados e 25% são atendidas por esses serviços por meio de ligações clandestinas, chamadas por eles de “gatos”, que acontecem através da extensão de canos de água e/ou fios elétricos a partir de redes já existentes, de vizinhos ou públicas. Desses, 16,6% possuem banheiro fora de casa, instalados pela Secretaria Municipal da Saúde.

Existe, por parte da família dos catadores independentes, um controle e preocupação com os gastos com os serviços básicos. A maioria deles conta com a soma de rendimentos de todos os que trabalham para manter a casa e, assim, discutem a questão da prática de economizar para poder fazer sobrar dinheiro para outras “coisinhas”, conforme falam.

Observando-se a TABELA 05, pode-se constatar que, entre os gastos médios, 91,6% dos catadores independentes declararam gastar com o serviço de água de R\$ 20,00 a R\$ 40,00 e 8,4% gasta entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00. As despesas de luz excedem um pouco dentro do orçamento deles, sendo que 58,4% comprometem de R\$ 20,00 a R\$ 40,00 e 33,2% de R\$ 40,00 a R\$ 60,00 e 8,4% gasta acima de R\$ 60,00 do rendimento mensal. Apenas um catador tem despesa de R\$ 200,00 ao ano com o Imposto Territorial Urbano (IPTU).

DESPESAS	Água			Luz			Telefone			IPTU		
	UT %	AC %	CI %	UT %	AC %	CI %	UT %	AC %	CI %	UT %	AC %	CI %
5,00 l--20,00	13	50	0	9	14,2	0	0	0	0	0	0	---
20,00 l--40,00	63,6	37,5	91,6	63,6	71,6	58,4	9,2	0	0	0	0	---
40,00 l--60,00	13,6	12,5	8,4	27,2	14,2	33,2	0	0	8,3	0	0	---
60,00 l---	9,2	---	0	0	0	8,4	0	0	8,3	0	0	8,3
TOTAL	100	100	100	100		100						

Legenda: UT: Unidade de Triagem/ AC: Associado Catador/ CI: Catador Independente

TABELA 05 – DESPESAS BÁSICAS DOS CATADORES ASSOCIADOS DA ARCAN E DOS INDEPENDENTES – COMPROMETIMENTO DA RENDA MENSAL (% SOBRE O N° DE CATADORES DE CADA GRUPO).

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2004.

Num paralelo entre os associados da ARCAN e os catadores independentes, constatou-se que, em geral, as despesas acabam por equiparar-se, pois enquanto a maioria dos catadores independentes entrevistados gasta entre R\$ 20,00 a R\$ 40,00 com o pagamento da taxa de água, é a maioria dos associados coletores que gasta esse valor com a taxa de luz elétrica.

5 A ARCAN ENQUANTO TERRITÓRIO E LUGAR DOS CATADORES

Partindo da premissa de que atualmente a Ciência Geográfica preocupa-se em resgatar raízes e associar-se a teorias universalizantes que se manifestam no cotidiano, Suertegaray (2000) propõem o estudo do espaço geográfico em setorização, compreendendo-o como uno e múltiplo, a partir do momento que pode ser lido e compreendido através de diferentes conceitos, como o de paisagem, território, lugar e ambiente.

A opção pelo território e lugar para compreender a dinâmica do local de trabalho e da moradia dos catadores da ARCAN se deu justamente pelo fato de interagirem, pois é a partir deles que os homens planejam, analisam e agem na busca da compreensão de sua existência e do exercício diário de sobrevivência, assim como do crescimento sócio-econômico-político e da ocupação real dos espaços como cidadão e membro de uma coletividade.

Sabe-se que essas metas são impostas aos homens por um sistema sócio-econômico que considera necessário a manutenção de um exército de trabalhadores na reserva, de preferência com pouco estudo e informação. Obviamente, nos países capitalistas subdesenvolvidos, a diferença sócio-econômica entre as pessoas é muito maior, sendo comum

uma significativa parcela da população viver abaixo da linha da pobreza. Os catadores de material reciclável são o exemplo desta realidade.

Porém, a Economia Solidária tem surgido como alternativa de amenizar a miséria de muitas pessoas e a ARCAN, como uma associação local, tem procurado desenvolver suas atividades nos moldes dessa economia, que por sua vez tem revelado a possibilidade de subsistência para muitas famílias. No entanto, convém ressaltar que a Associação só tem condições de admitir um número reduzido de trabalhadores, e que atender à demanda é praticamente impossível, frente ao crescente número de desempregados que vivem na localidade. Absorver o maior número de catadores na unidade de triagem é uma meta da Associação, só que, atualmente, tal atitude acarretaria outro problema, o da diminuição dos rendimentos que cabe a cada trabalhador, caso a produção não crescesse de acordo com a demanda.

A ARCAN tem representado para os associados um território onde as relações de produção e de apropriação acontecem, onde os vínculos territoriais se manifestam de forma consistente e fortalecida, pois a territorialização desse espaço aconteceu por meio da integração e necessidades de elementos da comunidade local.

5.1 As áreas centrais do município de Erechim como território

A partir da observação dos diversos depoimentos, evidenciou-se que os catadores que trabalham na rede viária do município de Erechim vivenciam um cotidiano de rápida

circulação, atenção e observação pelas ruas centrais da cidade, num ritmo de aparente¹³¹ alienação às coisas e fatos, que não as de seu interesse.

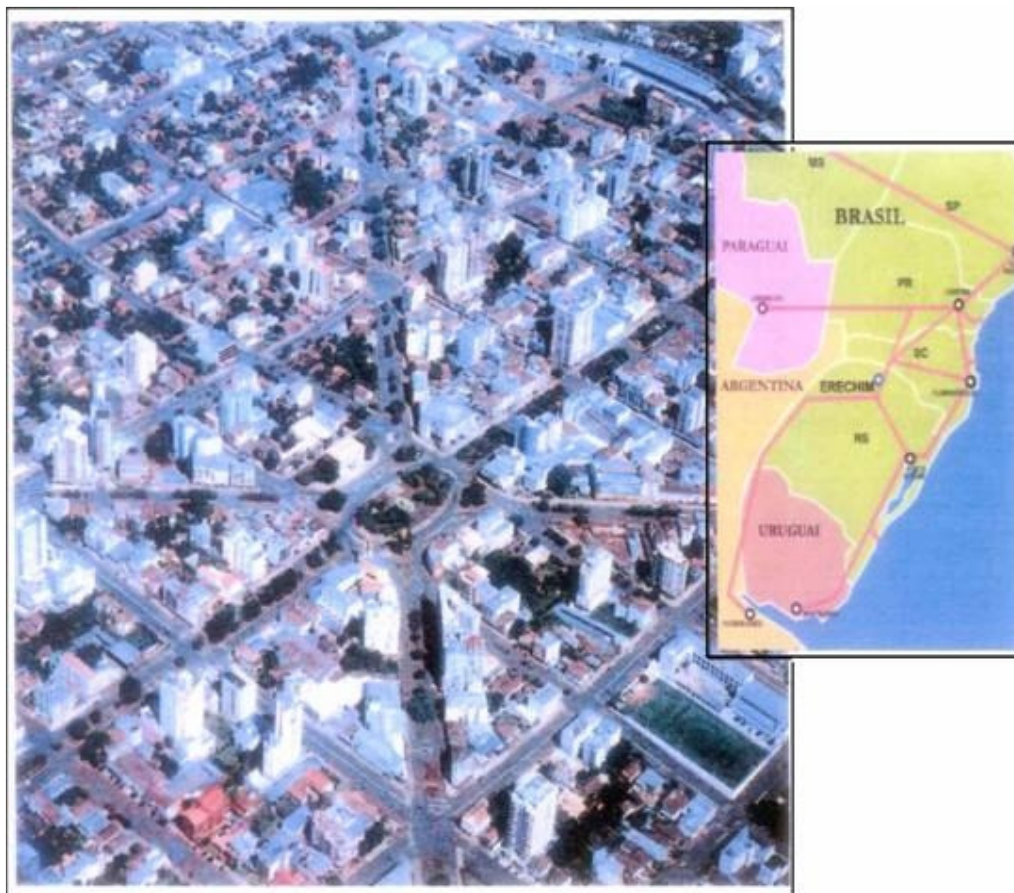


FIGURA 27 – VISTA AÉREA DA PARTE CENTRAL DE ERECHIM/RS.
Fonte: Foto Stúdio Zardo, 2004.

Segundo Heller (1970, p. 30), “a vida cotidiana não é alienada necessariamente em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais”. Pode-se dizer que estes catadores vivem, no seu dia-a-dia, diferentes territórios, aos quais nem sempre se identificam.

¹³¹ Essa aparente alienação pode ser considerada como uma estratégia frente à sociedade, querendo neutralizar uma possível impressão de ameaça. Percebe-se, no entanto, que a maioria é muito atenta ao mecanismo do comércio, das fábricas, condomínios e propriedades particulares e aos acontecimentos públicos, pois daí depende sua sobrevivência.

Afirmam, na sua maioria, que é só a partir do momento que atravessam a BR 153 é que realmente se sentem em casa, que retorna a espontaneidade. Nesse sentido, Heller (1970, p. 30) assegura que a “espontaneidade enquanto característica dominante na vida cotidiana é a tendência de toda e qualquer atividade cotidiana”. Porém, nesse caso, essa espontaneidade é relativa ou é quase inexistente no comportamento dos catadores fora do bairro onde moram.

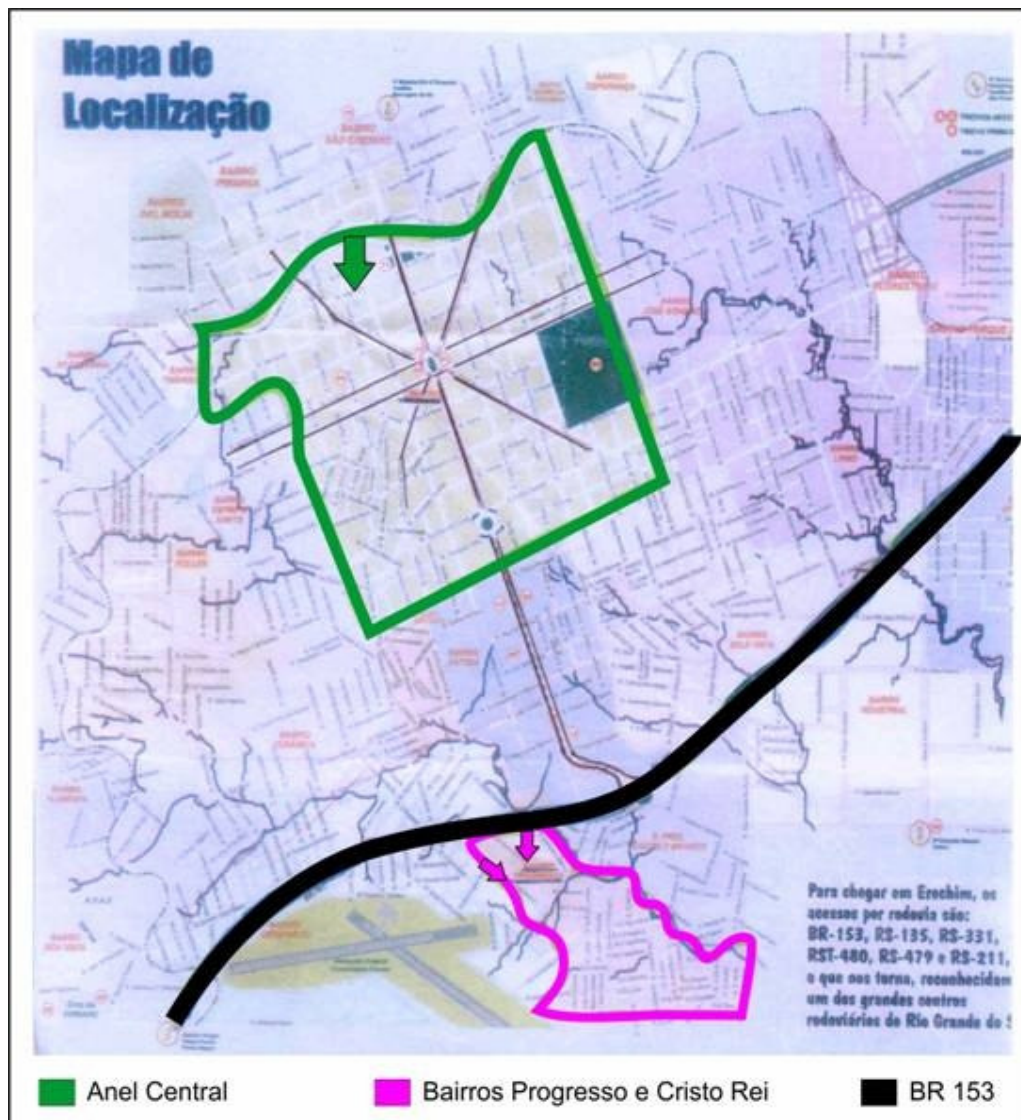


FIGURA 28 – BR 153 – MARCO DIVISOR ENTRE A ÁREA CENTRAL DE ERECHIM E OS BAIRROS PROGRESSO E CRISTO REI.

Fonte: Sem referência.

A BR 153, que não deixa de significar uma segregação¹³² espacial e social, para os catadores tem um importante poder simbólico, pois representa a linha territorial que desvenda o espaço ao qual se identificam e se sentem seguros.

Os bairros Cristo Rei e Progresso não se apresentam como um espaço que auxilia as condições de sobrevivência, pois os catadores não recolhem material nos referidos locais, já que a população local aproveita todo e qualquer material reciclável para vender na ARCAN ou na empresa de reciclagem mais próxima.

Mesmo assim, os bairros têm um grande significado para os catadores, uma vez que ali se manifestam o sentimento de pertencimento, importantes relações identitárias e um processo de integração que pode levar a uma inclusão social¹³³.

Através do depoimento dos catadores associados da ARCAN, constatamos que, para eles, a área central de Erechim se apresenta como um território essencial para seu crescimento sócio-econômico, porém os vínculos são frágeis, visto que é percebida como um território emprestado por algumas horas pela sociedade erechinense para que extraiam, das sobras deixadas pela população, materiais que significam sua sobrevivência.

Esse sentimento leva a crer que os catadores consideram esses espaços centrais como territórios cedidos, dos quais necessitam, sem, no entanto, se identificarem com eles.

Segundo Harvey e Lefebvre (apud HEIDRICH; CARVALHO, 2001, p.1974), “a condição

¹³² Conforme a professora Maria Encarnação Sposito, da UNESP, para se considerar uma segregação é necessário analisar as relações entre a parte e o todo, ou seja, o bairro com o centro da cidade e com os outros bairros, pois a pobreza não significa necessariamente tornar alguém ou grupos “segregados”. No caso do grupo dos catadores e especificamente desses bairros, é visível a diferenciação que a sociedade erechinense exerce sobre eles, concluindo-se que a segregação realmente existe.

¹³³ A inclusão social e as relações sociais dos catadores nos próprios bairros enfrentam barreiras, ao se perceber a discriminação declarada por parte de alguns moradores que menosprezam o vizinho ou parente por ter escolhido a atividade de “catador”.

humana de estar no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se com ele, realizar a transformação e ter a consciência disso”. Assim, levando em consideração as mais amplas referências das integrações sociais, Heidrich e Carvalho (2001) declaram que os vínculos territoriais podem ser aprendidos por expressões como apropriação (posse e adequação), valorização (criação de estruturas à sobrevivência, no trabalho, na habitação) e consciência do espaço (sentimento de pertencimento).

A relação dos associados coletores da ARCAN com a área central da cidade é passageira, mesmo que aconteça dia após dia. Percebe-se que os vínculos de afetividade raramente são consistentes e o sentimento de pertencimento se dá pela concorrência de quem chega antes para recolher o material; conclui-se, então, que o que existe é o sentimento real pelo objeto em si, e não pelo território.

A adequação é imposta pelo poder público, pelo comércio e pelas leis do trânsito, não é algo espontâneo. Existe uma grande fragilidade dos vínculos territoriais nesses espaços. As dificuldades advindas das normas que devem ser obedecidas, as dificuldades com os concorrentes, a discriminação, entre outros fatores fazem com que ocorra com muita frequência o abandono dessa prática.

O desconforto da identidade como catador é visível, quando os observamos pelas ruas. Raramente erguem a cabeça e o olhar para as pessoas no seu entorno; demonstram uma ansiedade na obtenção dos produtos que os territórios centrais oferecem, mas, ao mesmo tempo, revelam com transparência o desejo de abandoná-lo. Esse sentimento se manifesta nos depoimentos descritos abaixo:

Nós precisamos das coisas aqui do centro para vender e para poder comer. Mas eu nem imagino como seria ter que morar por estas bandas. O lugar dos pobres é lá em baixo. (Solivan Silveira, catador, 23 anos).

Eu gosto, professora, quando chego na BR e vejo aquele montão de casinhas; lá estão meus amigos e minha família. (Adriana Saete Caldeira, catadora, 28 anos).

Podia entregar meu material aqui mesmo na BR, no Gazon, mas a ARCAN é de nós todos catadores e, posso até receber um bocadinho menos, mas prefiro vender lá. (Jandira Olivo, catadora, 40 anos).



FIGURA 29 – VISTA DOS BAIRROS CRISTO REI E PROGRESSO (ERECHIM/RS).
Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

5.2 A ARCAN como território

A ARCAN, tanto para os catadores associados da unidade de triagem, quanto para os demais catadores, possui significado de território no sentido de apropriação, pois se trata de um domínio (poder) necessário à sobrevivência cotidiana.

O caráter simbólico do território se projeta quando é enaltecida a identidade como “associado da ARCAN”, que vem enfraquecendo a marcante exclusão social do grupo. De acordo com Haesbaert (2004b, p. 4), “o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”, complementando ainda que é “entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais”.

Tem-se presente essa menção, quando se ouve catadores associados da ARCAN afirmarem que hoje podem comprar a prazo nas lojas comerciais de Erechim, e que são recebidos em escritórios de firmas. A resistência da sociedade ao convívio com esse grupo diminui, quando estes declaram ser integrantes da Entidade.

Além da significação da ARCAN frente à sociedade, que se expande pela sua simbologia, também é importante considerá-la como território, devido a sua funcionalidade como receptora e fornecedora da matéria-prima que torna adequado e favorável à humanização do espaço a partir da produção vinculada ao valor de troca. Para Raffestin (1993, p. 225) “um recurso não é uma coisa”, a matéria em si, ele “é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades”.

A Associação, como território, tem um caráter funcional para os dois grupos de catadores. É claro que na relação entre eles existe diferenciais que podem ser considerados até como uma segregação¹³⁴ interna a partir do momento que torna relativa a ressignificação da identidade entre um grupo e outro.

¹³⁴ Essa segregação interna pode ser percebida através da diferença que se estabelece entre os associados da unidade de triagem e os coletores de rua, principalmente em relação à ressignificação da identidade como catador. Os associados vinculados à unidade de triagem sentem-se superiores e em melhores condições de crescimento econômico, enquanto os da rede viária, em desvantagem e com possibilidades restritas, contribuem para crescimento dos outros.

5.3 A ARCAN como lugar

A ARCAN como “lugar” se projeta pelas relações pessoais e familiares, pelos interesses comuns, e por representar confiabilidade e segurança. Os doze coletores da rede viária se mantêm fiéis à Associação e se sentem satisfeitos em vender ali seu material. Ao final da tarde, entre os coletores e os selecionadores da ARCAN, acontecem alguns momentos de descontração e integração onde se percebe a identificação, as semelhanças históricas e pessoais dos indivíduos. Apesar de certas contradições, esses encontros fazem com que se esqueçam do estigma de “catadores” que os exclui diariamente do resto da sociedade. Segundo Carlos (2004, p. 50),

[...] o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido.

Nessa perspectiva, compreende-se que, longe do espaço que representa o lugar do trabalho e moradia, a identidade de catador se reprime, não o conduz a sentir-se um cidadão respeitável sem o estereótipo de lixeiro. As manifestações da sociedade em geral em relação aos catadores são “disfarçadas”; as pessoas procuram escamotear o preconceito, mas ele se revela em suas simples atitudes¹³⁵. Talvez a respeitabilidade se daria com maior transparência se os catadores se preocupassem mais com a aparência física e com a organização do material nos carrinhos.

¹³⁵ Essas atitudes dizem respeito à insegurança e à desconfiança que grande parte da população tem em relação aos catadores, quando sutilmente fecham os portões e portas das casas e lojas, quando generalizam o catador como bêbado e arruaceiro, entre outros conceitos pejorativos.

A preservação da imagem de catador é também prejudicada por uma minoria deles, que bebe, dorme nas calçadas e faz arruaças. Em termos percentuais, são poucos os que se enquadram neste perfil, e existe uma grande preocupação com isso junto à categoria, principalmente entre as catadoras, que consideram essas atitudes comprometedoras. A preocupação é notória no relato abaixo.

Nós, catadores, trabalhamos honestamente para dar o que comer a nossos filhos. Temos hora para sair, mas não temos hora para voltar. Nós mesmas vemos alguns catadores, até famílias inteiras bebendo e farreando nas ruas e em baixo do viaduto. Isso pega mal pra nós, pois fica parecendo que toda a gente catadora é assim. (Ladir Inês dos Santos Oliveira, catadora, 31 anos, mãe de 4 filhos).

Pode-se estimar que não existe uma articulação pessoal e afetiva entre os catadores e os lugares de coleta de material nas áreas centrais da cidade. Não há o reconhecimento do lugar como parte de suas vidas, não aflora o sentimento de pertencimento, sentem-se segregados e a exclusão se expressa no espaço de forma marcante. Normalmente, as ruas do centro da cidade se tornam lugar de passagem, redimensionando uma relação com o outro, de forma rápida e superficial.

O cotidiano acontece repetitivamente, com o interesse de conseguir doações e produtos para reciclar¹³⁶. As doações fazem parte das relações espaço-tempo e, de acordo com as idéias de Carlos (2004, p. 62), o cotidiano acaba se degradando, pois certas áreas da cidade passam “a ser o lugar onde as pessoas ‘se arranjam para viver ou quem sabe sobreviver’ criando constantemente, formas de ganhar dinheiro”.

¹³⁶ É comum ouvir, principalmente de catadoras, que em certos dias ganham muito mais através de doações da comunidade do que por meio da venda do material coletado.

A leitura das entrevistas dos catadores da unidade de triagem evidenciou que a ARCAN, enquanto lugar, possibilitou-lhes a conquista de uma posição na sociedade erechinense.

As relações de produção são marcadas pela integração que fortalece os vínculos territoriais e favorece a uma relativa inclusão social. Singer (1998, p. 65) afirma que as pessoas

[...] são excluídas porque não possuem as qualificações exigidas pelo mercado, ou porque elas deixam de migrar para onde suas habilidades são requeridas, ou porque suas prioridades são tais, que elas preferem permanecer ociosas, fora dos relacionamentos econômicos e sociais que criam a normalidade.

Para os associados da unidade de triagem, está em construção um processo de inclusão social, pois as ações ligadas à sobrevivência demonstram a apropriação daquele espaço como a alternativa de progresso social e econômico, a partir das possibilidades do capital humano e das oportunidades locais que são exploradas pelas modestas habilidades do grupo, e pela própria manifestação coletiva desses indivíduos no empenho de se fazerem ouvir e acreditar.

É a partir dessa apropriação do espaço que começa a se fundar a ressignificação da identidade desses trabalhadores como “catadores”. Também é considerado o fato de a ARCAN estar estabelecida em um bairro onde todos se identificam e contatam todos os dias, partilhando da mesma situação de pobreza e esperança. Com isso, acabam por estabelecer laços de amizade que se tornam fundamentais na relação de trabalho, na organização, fortalecimento e crescimento da própria Associação. Num preâmbulo sobre essa questão, Santos (1987, p. 79) destaca que

Uma coisa é a conquista de uma personalidade forte, capaz de romper com os preconceitos. Outra coisa é adquirir os instrumentos de realização eficaz dessa liberdade. Sozinhos, ficamos livres, mas não podemos exercitar a nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização.

De acordo com essa perspectiva, sente-se a força do lugar, uma vez que possibilita que os indivíduos se organizem e revelem as suas experiências vividas, superando juntos muitas limitações.

Algo fundamental a ser registrado é que a ARCAN vem fortalecendo a auto-estima dos catadores, visto que não existe entre eles preconceito e discriminação, possivelmente em virtude do respeito que vêm conquistando por parte da sociedade local. Esse espaço como apropriação viabiliza a produção de forma a garantir o sustento das famílias dos catadores, pois cada qual relaciona-se com o outro num objetivo quase¹³⁷ comum de resgatar a identidade através de um trabalho que consideram digno, respeitável e comprometido com o bem-estar da sociedade e com a manutenção do equilíbrio do meio ambiente.

Em um trabalho jornalístico realizado pelo jornal Diário da Manhã¹³⁸, foi dado destaque a uma entrevista com Lurdes de Oliveira, catadora de 32 anos e seu companheiro Francisco. Eles afirmaram sair de casa todos os dias às 6 horas e 40min depois de tomar algumas cuias de chimarrão. Durante todo o dia, percorrem as ruas da cidade em busca de material reciclável. Enquanto isso, os seis filhos de Lurdes ficam em casa, sob os cuidados da

¹³⁷ Entre os trabalhadores da unidade de triagem, percebe-se que os mais jovens não têm tanto afinco no trabalho e não têm grande interesse em que realmente a Associação cresça e sirva de modelo a outras. O que importa é o momento, pois, conforme eles, “se amanhã não der, aí iremos pensar no que fazer”. Já os mais maduros trabalham com muita seriedade, não medindo esforços e nem poupando tempo. Apostam na Associação e se orgulham de fazer parte dela.

¹³⁸ CATADOR de lixo – Um dia após o outro. Diário da manhã. Erechim, RS, 16 abril 2003. p. 16-17.

avó materna ou do irmão mais velho de 11 anos. Quando o repórter lhe perguntou se gostava do que fazia, ela foi enfática em seu depoimento:

Adoro! Primeiro porque é a maneira da gente ganhar o pão. Depois, porque estamos conservando o meio ambiente, enquanto que muitos estão destruindo o que Deus criou.

Quando foi questionada sobre os “maus momentos”, declarou:

Teve dias que nem sal tínhamos para pôr na panela. Éramos explorados e não recebíamos. Um dia, um menino passou por nós e disse que era para irmos ao escritório de seu pai para pegar um material. Lá, o pai do menino nem deixou a gente entrar na porta para conversarmos com ele. Infelizmente, ainda existe esse preconceito, e normalmente quem cata papel tem pele morena. E para muita gente, o moreno é sempre suspeito de alguma coisa.

Mas quando lhe foi perguntado sobre as “coisas boas”, Lurdes respondeu empolgada:

A ARCAN é uma coisa muito boa que aconteceu em nossas vidas. Sentimos a força para conseguirmos algo melhor para nós e nossa família, já lá nas reuniões que aconteciam na obra. O sacrifício para quem trabalha no pavilhão é bem menor do que quando se está na rua. Estamos empenhados, entramos nas escolas para falar sobre o que fazemos na ARCAN, como foi criada e também sobre nossa missão ecológica. Os alunos, as professoras nos ouvem com atenção e respeito. Estão até nos procurando para fazer projetos de consciência ambiental na escola. Isso é muita felicidade.

Considerou-se apropriadas essas declarações nesse momento, pois a pesquisa mostrou a ARCAN como um lugar de significativo valor simbólico, que por meio das ações conjuntas tem construído um espaço humanizado em que a reprodução da vida tem acontecido também, a partir do momento em que os catadores se mobilizam em campanhas educacionais, ambientais, em grupo de estudos, com palestras ou conversas informais em entidades escolares e filantrópicas. (ANEXOS 10 e 12).

Os catadores têm consciência de que a Associação é um referencial de economia alternativa na Região Alto Uruguai e que tem um poder de atuação junto à sociedade, pois conquistou força e prestígio, além de ter se tornado um lugar de credibilidade, significando, mesmo que de forma limitada, inclusão social e identitária para esses trabalhadores. Passam eles a ter uma consciência de pessoas que conquistaram uma participação na sociedade erechinense, mesmo que para isso haja uma limitação de integrantes na Associação e que os associados da rua não participem desse prestígio e ascensão.

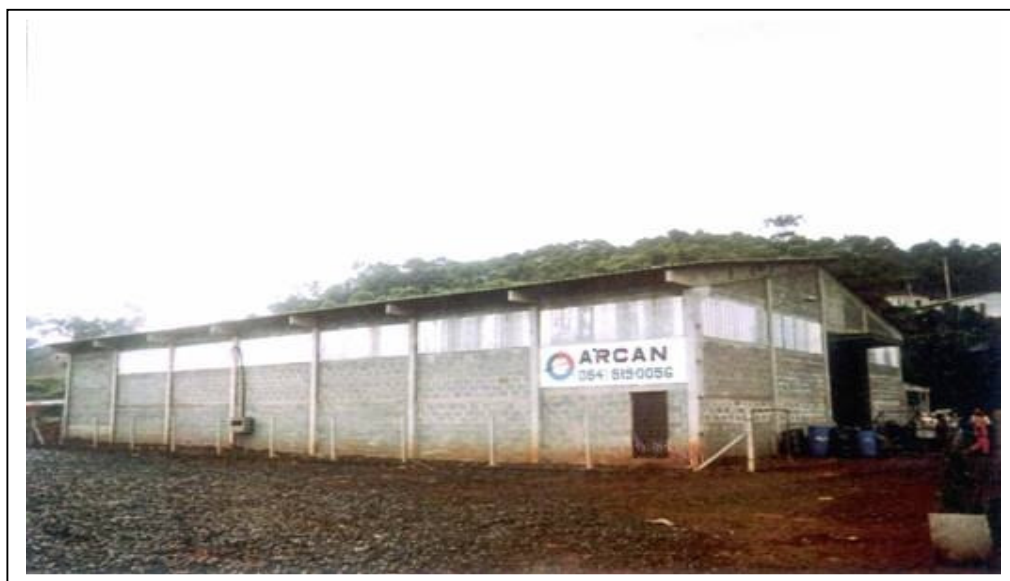


FIGURA 30 – A ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES CIDADÃOS AMIGOS DA NATUREZA (ARCAN).

Fonte: SCOLARI, Rosana, 2005.

5.3.1 A moradia enquanto território e lugar

Vive-se em uma sociedade calcada sobre o valor da propriedade privada e não tê-la ou viver de aluguel significa não ser sujeito. Lembrando Santos (1987, p. 81), “cada

homem vale pelo lugar onde está: seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território”. Cabe ressaltar que, na dialética da exclusão, a questão “falta de moradia” pode representar para o indivíduo o enfraquecimento dos vínculos com o território e a perda da identidade com o lugar.

Antes de tudo, é importante que se reporte à desterritorialização sofrida por muitas famílias, muitas delas hoje de catadores, em vista do fracasso econômico do meio rural que também assolou a Região Alto Uruguai a partir da década de 80. Chegar a um novo lugar, enfrentar o processo de desterritorialização representou coragem e força para adaptação ao novo território que imprimia nova cultura e exigia uma integração urgente.

Santos (1987, p. 63) destaca uma passagem do romance *The Heritage* de Siegfried Lenz, de grande significado para a compreensão da realidade e prioridade dos catadores,

Para mim, a terra natal não é exatamente o lugar onde nossos mortos estão enterrados; é o lugar onde temos as nossas raízes, onde possuímos nossa casa, falamos nossa linguagem, pulsamos os nossos sentimentos mesmo quando ficamos em silêncio. É o lugar onde sempre somos reconhecidos. É o que todos desejamos, no fundo do nosso coração: sermos reconhecidos e bem recebidos sem nenhuma pergunta.

Após muitos meses de convivência, percebeu-se que é justamente isso que os trabalhadores mais discriminados da sociedade almejam. Um lugar para fincar raízes, sentir-se iguais e percebidos como cidadãos. Os catadores associados da ARCAN e os independentes que foram entrevistados são moradores dos bairros Progresso e Cristo Rei e residem em casas humildes, pois suas condições financeiras não lhes possibilitam morar com mais dignidade. Analisando essa realidade, Heidrich e Carvalho (2001, p. 4) afirmam que

A pobreza, embora em espectro amplo, como extrema exclusão, nas situações mais agudas pode ser caracterizada pela falta do lugar da moradia, pela falta de condições sanitárias e a inexistência de relações formais de reprodução social.

Na cidade de Erechim, que pode ser classificada de tamanho médio, a excessiva pobreza tem obrigado muitas pessoas a ocupar lugares desprovidos de qualquer segurança e não-apropriados, como escadarias, viadutos, entre outros, ou a construir submoradias em áreas de risco que se tornam um empecilho a mais para sua ascensão social.

De acordo com Santos (1987, p. 65), “[...] os pobres têm consciência de que não adianta almejamem os tesouros dos ricos e as condições de vida da classe média. O que eles aspiram, sobretudo, é alcançar, pelo menos, aqueles bens e serviços que tornam a vida mais digna”, o que remete à lembrança dos catadores envolvidos na pesquisa, quando da afirmação de Santos (1987, p 65) que

Os que vivem em casas improvisadas nas pontas de rua ou se acotovelam nos cortiços, os que vivem o dia-a-dia da ocupação provisória ou mal paga, os que não têm um amanhã programado, são, afinal, os que têm direito à esperança como direito e o sonho como dever.

O autor reafirma a questão dizendo que não são devaneios irresponsáveis, pois é diante da consciência da impossibilidade que os pobres descobrem seu lugar, isto é, sua posição social.

5.3.2 A moradia enquanto lugar

A dinâmica da relação dos moradores associados da ARCAN com o “lugar” pode ser compreendida não apenas pelo contato físico diário, mas também nos intercâmbios de

convivência, nos encontros freqüentes e nos próprios conflitos de aproximação e distanciamento. As moradias estão distribuídas de forma “apinhada”, formando um conglomerado que normalmente provoca a perda da privacidade, levando muitos moradores (catadores) ao distanciamento ou a primar por uma maior individualidade, mesmo a custa de desavenças.

Entretanto, uma característica explícita dos catadores é no que se refere à solidariedade. São comuns os préstimos entre eles: seja permutando ou cedendo gêneros alimentícios e utensílios, seja prestando atendimento a crianças pequenas. Os mutirões para construir ou fazer puxados nas pequenas casas de vizinhos ou amigos é responsável pela transformação espacial do lugar de um dia para o outro. Nesse contexto, se cria e se alimenta uma reciprocidade que objetiva estabelecer rotinas sociais e fortalecer as relações de troca entre eles.

Para muitos, a identificação social é fator determinante para superarem a grande dificuldade de subsistência, mas, entre os catadores, o processo de diferenciação acontece de forma mais acentuada pela oportunidade de trabalho do que necessariamente pela moradia, pois o trabalho representa um valor de grande importância na identificação e confiabilidade entre os vizinhos.

Mesmo assim, a moradia, quando próxima, acaba produzindo um grau de intimidade com o outro, enfraquecendo a barreira¹³⁹ existente entre eles. Ser trabalhador na unidade de triagem e ser o trabalhador da rua representa um diferencial; entretanto, de

¹³⁹ A barreira citada se estabelece principalmente entre alguns vizinhos que exercem diferentes atividades (biscateiro, borracheiro, cozinheiras, empregada doméstica, faxineiras, frentista, mestre de obras, pintor, porteiro, servente, quebrador de pedra, vendedor ambulante, etc), e as consideram superior à de catador, provocando, com isso, uma exclusão entre eles próprios.

qualquer forma, entre eles – catadores – prevalece a relação “ser vizinho” para a manutenção e cobrança da reciprocidade¹⁴⁰.

Quanto ao local de moradia, pode-se considerar que cada lugar dentro dos bairros tem sua especialidade. Os catadores que moram em áreas ocupadas irregularmente se organizam a partir das relações de camaradagem, fundado no princípio da reciprocidade. Já os que moram fora dessa área mostram uma certa fragilidade na relação cotidiana com o seu vizinho. Como no aglomerado dessas casas encontram-se trabalhadores dos mais diferentes ofícios¹⁴¹, nem sempre o vizinho mais próximo do catador é um catador, e, diante da discriminação que muitas vezes acontece, as ajudas entre os vizinhos são menos significativas.

Tal constatação vem reforçar que a solidariedade é mais presente entre os grupos cuja identificação leva a criar uma identidade a partir da vivência cotidiana em lugares cuja apropriação é vivida e percebida parceiramente.

Dessa forma, os catadores conseguem articular uma rede de relações que os mantêm ligados aos bairros, conferindo sentido à sua permanência por considerarem de grande peso a valorização e a adequação desse espaço. Carlos (2004, p. 51) tece essa questão afirmando que o lugar é o espaço apropriável para a vida, assim sendo,

[...] as ações que envolvem e definem o ato de morar que tem a casa como centro, mas que a partir dela vai ganhando os significados dados pela articulação desta, com o bairro, com a praça, com a rua; neste processo vão se identificando os lugares da vida, marcando/apoiando a relação com o outro.

¹⁴⁰ Essa manutenção, que se baseia no princípio da reciprocidade, representa um compromisso de presença e atendimento em todas as situações em que houver a necessidade de ajuda aos congêneres. A falta de comprometimento a esse princípio pode acarretar escamoteamento natural de certos indivíduos.

¹⁴¹ Os diversos ofícios referem-se a atividades como: empregados domésticos, cortadores de pedra, biscateiros, vigilantes, pedreiros e serventes de obra, eletricitas e encanadores entre outros.

Como cada lugar tem uma força, que é resultado de uma construção social/afetiva e do grau de consciência das pessoas quanto ao valor do lugar, é possível que este leve muitos grupos desprovidos de uma cidadania plena a uma construção ou ressignificação da identidade.

5.3.3 A moradia enquanto território

Muitos catadores associados da ARCAN, assim como seus parentes oriundos do meio-rural, passaram por um processo de desterritorialização em consequência das sérias dificuldades que os obrigou a abandonar suas atividades como agregados, empregados ou parceiros em terras de pequenos proprietários de diversos municípios adjacentes ao de Erechim.

A partir dos depoimentos, foi possível resgatar um pouco da história das famílias de muitos catadores. Sentiu-se um certo saudosismo a sua terra de origem, apesar de haver tristeza nos relatos sobre a grande miséria que os atingia no meio rural e que os levou a migrar para a cidade, pois haviam se tornados trabalhadores e moradores extremamente empobrecidos.

Como Erechim é considerado o pólo de atração da Região Alto Uruguai, devido ao crescimento da indústria, comércio e da dinamização da construção civil, esses migrantes optaram em buscar melhores oportunidades de obtenção de renda e de acesso a serviços essenciais no referido município.

A desterritorialização é considerada por Haesbaert (2002), muitas vezes, como migração, conseqüência do enfraquecimento da atividade econômica de determinado local, que provoca o esvaziamento dessas fronteiras à medida que essas áreas perdem seu valor de espaço útil, surgindo, dessa maneira, a urgência de busca e de conquista de novos territórios.

Assim, esses migrantes praticamente sem nenhuma qualificação e com baixo nível educacional enfrentaram muitas barreiras e, na premência da sobrevivência, tornaram-se catadores. Inicialmente, o desafio era o de enfrentar o novo lugar. Era preciso enfrentar uma nova ocupação para gradativamente definir uma nova identidade.

A territorialização se efetivou lentamente, de forma arredia, mas a semelhança, principalmente em relação à pobreza, facilitou a identificação dos novos moradores com a comunidade local, contribuindo para o entendimento de que a partir dessa nova realidade poderiam surgir os meios de sobrevivência desses migrantes.

Os primeiros trabalhadores rurais a migrar para o município, na década de 80, foram morar nos bairros “Cachorro Sentado” e “Matadouro”, atual Bairro Progresso. Pensar a organização do espaço urbano e das moradias dos bairros Progresso e Cristo Rei significa nos remeter a um traslado de desocupação forçada, quando o poder público municipal desloca a população pobre do Bairro Cachorro Sentado (área ocupada irregularmente) para o Bairro Cristo Rei, onde passaram a ocupar as pequenas casas construídas através do Projeto PROMORAR.

A desterritorialização aconteceu involuntariamente, uma vez que o poder de decisão de organização e ocupação espacial para essa população pobre já estava estabelecido pelo poder público que, agindo politicamente, detinha o controle sobre as duas áreas e, conseqüentemente, sobre os moradores, à medida que não lhes oferecia outra alternativa a não ser aceitar a realocação ou ficar a mercê de sua própria sorte.

No tocante a esse aspecto, é imperioso citar Sack (1986, p. 219), que define formalmente a territorialidade como “[...] a tentativa por um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relacionamentos, pela delimitação e declaração de controle sobre uma área geográfica”.

Com o transcorrer do tempo, os moradores já estabelecidos nos bairros começaram a colocar certos limites, valorizar a ocupação do terreno e a moradia, e a fazer uso dos recursos que o território oferecia, interagindo entre si na organização de um espaço que lhes dessem condições de uso, confiabilidade e progresso.

Como existem duas situações de moradia entre os catadores, ou seja, os que residem no Bairro Cristo Rei nas casas do Projeto PROMORAR e outras, e os que residem em áreas ocupadas irregularmente no Bairro Progresso, constatou-se que os vínculos territoriais têm diferentes pesos e manifestações.

Desde a década de 80, teve início, nas áreas de ocupação irregular, a luta pela construção e manutenção da moradia que acontece pela agilidade e força dos pequenos grupos

que procuram estabelecer um território com normas funcionais¹⁴² (nem sempre declaradas) pelos próprios moradores. Isso é percebido, pois estes interagem de forma sutil e silenciosa, definindo toda a ordem de uso e crescimento dessas áreas em benefício da coletividade próxima.

De um dia para o outro ou no transcorrer de um final de semana, muitas mudanças ocorrem nessas áreas. Entende-se que todos esses procedimentos representam uma humanização do espaço, criando vínculos fortes, que têm garantido àqueles moradores uma permanência e um enraizamento nesse território.

Com o passar dos anos, com a maior segurança conquistada com o trabalho na ARCAN e com a própria intimidade com o lugar, o retrato de uma vida um pouco melhor tem acontecido espontaneamente, sendo visível nos puxados das pequenas casas, na construção de outra casinha no fundo do lote, no cercamento com arame farpado e nas ligações clandestinas de luz e água.

¹⁴² As normas geralmente são estipuladas pelos moradores mais antigos, aquele com melhor moradia e atividade de trabalho. Discutem e negociam de onde puxar as ligações clandestinas, o trabalho de mutirão, quais são as necessidades imediatas, e quais são os moradores a serem atendidos com maior urgência. Também discutem os contatos influentes (vereadores, dioceses, empresários, etc) que podem intervir por eles junto ao poder público.



FIGURA 31 – AMPLIAÇÃO DA MORADIA DE UM CATADOR, EM MADEIRA, PARA ACOMODAR MELHOR AS PESSOAS DA FAMÍLIA.

Fonte: SCOLARI, Rosana. 2005.

Entretanto, a funcionalidade e as diretrizes normalmente são definidas pelas famílias mais antigas do local, ou a que tem a melhor moradia ou um emprego mais considerado¹⁴³. Segundo Heidrich e Carvalho (2001, p. 3), os vínculos com o território “[...]se fazem por aquilo que se consegue realizar externamente, no espaço que e por onde cada um pode relacionar-se com o outro”.

Nesta área onde moram muitos catadores, pode-se dizer que existe uma interação dos vínculos¹⁴⁴ que se expressam pela apropriação, valorização e consciência do espaço. Um dado importante está no relacionamento que constroem, pelas características comuns que os mantêm ligados a partir das ações de sobrevivência que, por sua vez, acabam por reorganizar, no seu cotidiano, as necessidades mais urgentes.

¹⁴³ Ver citação 08 desta dissertação.

¹⁴⁴ Cf. Heidrich e Carvalho, 2001, p. 3, 9-10.

Os recursos humanos e materiais e a relação com o território reproduzem um novo significado de inclusão, aquele de ter a proteção de um abrigo, a segurança para a família e a elevação da auto-estima.

Esse sentimento se manifesta em depoimento como o da presidente da ARCAN:

A minha casa é tudo. Começamos com umas tábuas armadas, junto eu e meu companheiro fizemos os puxados, uma área e o banheiro dentro de casa. Hoje estamos muito satisfeitos, pois acabamos de comprar a casa da frente por R\$ 5.000,00, vamos dar uma ajeitada e mudamos para lá e uma das meninas vem mora aqui com sua família. (Sirlei Carvalho, 35 anos).

Quanto às casas dos catadores que moram no bairro Cristo Rei, praticamente todas sofreram reformas, sendo ampliadas através de ‘puxados’. Só que as transformações foram feitas pela própria família, contando esporadicamente com a ajuda de vizinhos próximos.

Nitidamente, os vínculos territoriais são mais frágeis, a pobreza é o que mais os aproxima, mas as contradições se manifestam impiedosamente, visto que os moradores-catadores são excluídos por alguns vizinhos próximos que menosprezam a profissão de catador.

Pode-se dizer que nesse espaço ocorreu uma territorialidade, sem que um território se “fundasse”, pois o “território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E se apenas parte destas características estão presentes podemos considerar ocorrência do seu princípio, ou seja, o princípio da territorialidade” (HEIDRICH, 2004, p.39).

As características que efetivam um território não se apresentaram e não proliferou, principalmente entre os vizinhos, uma relação de segurança, afetividade e identidade. Vive-se uma individualidade maior e a moradia tem grande significado como um abrigo físico, onde a família se protege e define normas e comportamentos. Entre os familiares existe um sentimento de pertencimento, gerando o sentido de domínio e adequação apenas sobre o seu terreno e moradia.

Mas consta que esses moradores convivem com certos circuitos de poder comandado por grupos de moradores ligados ao narcotráfico. Estes estabelecem normas e impõem comportamentos à população do bairro, como a lei do silêncio, do recolhimento, já que a partir de determinada hora aquele lugar se torna território de tais grupos.

Os moradores, entre estes o grupo da pesquisa, convivem e respeitam o poder marginal que define certos contornos territoriais locais, mas consideram soberano o seu espaço, ou seja, sua propriedade. Assim, o terreno e a moradia acabam por representar a individualidade dos moradores e de sua família, numa escala extremamente particular, e esses lugares acabam por não ter um papel significativo quanto à inclusão social por meio do fortalecimento dos vínculos territoriais.

CONCLUSÃO

O propósito deste estudo foi pesquisar como se processam as relações políticas e econômicas entre os recicladores da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (ARCAN) da cidade de Erechim (RS), observando a aplicação dos princípios da Economia Solidária que embasam suas atividades, e o papel da Associação no tocante à possibilidade de integração social e de ressignificação identitária do grupo.

Nessa perspectiva, fez-se uma análise comparativa entre os catadores associados da ARCAN que trabalham na unidade de triagem selecionando o material e os que circulam pela cidade coletando-o, assim como os catadores independentes, que não possuem nenhum vínculo com a Associação. O comparativo diz respeito ao sentimento de valorização que cada grupo revela quanto à atividade que exerce, às relações de produção, à importância dada à ARCAN e, também, a questão da moradia no que se refere à forma de aquisição e às condições do imóvel, à produção e à manutenção do espaço, à solidariedade, ao comprometimento, ao sentimento de pertencimento e ao cotidiano como elementos a contribuir no resgate da auto-estima, cidadania e identidade dos catadores.

Ao longo do trabalho, através de entrevistas aos catadores, passou-se a ter condições de mostrar um pouco a sua história de vida, as dificuldades e valores, as

semelhanças e diferenças, além do envolvimento de cooperação e solidariedade entre eles, no intuito de compreender como se dá a sua sobrevivência diária.

Num primeiro momento, foram enfatizados alguns conceitos fundamentais norteadores da pesquisa por serem considerados alicerce para a sistematização dos fatos investigados. Os estudos foram embasados principalmente em autores que se assemelham em suas idéias e que apresentam propostas de estudo afins.

As pesquisas voltadas ao Território embasaram-se em Santos, Lefebvre, Raffestin, Haesbaert, Heidrich e Sack; quanto ao lugar, Callai, Carlos, Harvey, Santos e Suertegaray foram referências; sobre o Cotidiano e a Identidade, Heller, Brandão, Castells, Carlos, Haesbaert, e sobre o Trabalho e a Economia Solidária explorou-se prioritariamente as idéias de Cattani, Coraggio, Gaiger, Mance e Singer. Quando se relaciona a moradia na perspectiva de ressignificação da identidade, enfocam-se autores que realizaram estudos semelhantes ao desta pesquisa como Pimenta, Pinto, Silveira, Rodrigues, além de Maricato e Santos. Outros autores e obras relacionados nas referências também contribuíram para o embasamento teórico da pesquisa.

A questão da atividade exercida pelos catadores buscou verificar o trabalho como possibilidade de ascensão social e econômica do indivíduo, ou seja, como instrumento da garantia de sobrevivência e auto-afirmação como cidadão. Para isso, a questão do trabalho é vista como um meio de criar alternativas de produção e transformação da realidade de grupos sociais menos favorecidos.

A partir da década de 90, o desemprego tem se intensificado provocando o aumento da informalidade e a precarização nas relações de trabalho levando, conseqüentemente, à falta de moradia e à favelização, a ocupações irregulares, à segregação socioespacial, à carência de infra-estrutura sanitária e à acentuada pobreza, que acabam por produzir o quadro da exclusão social urbana.

Para fazer frente a esta situação e diante da realidade da população excluída pelo mercado e sociedade, a Economia Solidária tem se projetado por meio de movimentos coletivos e solidários, criando estratégias de luta contra o desemprego e a exclusão social.

Durante quase 200 anos, o crescimento capitalista significou incorporação crescente de força de trabalho, mas atualmente a informatização, robotização e automação estão permitindo produzir mais e melhor com menos trabalhadores. Decorrentemente, milhões de pessoas não conseguem manter sua sobrevivência em patamares dignos.

A Economia Solidária reaparece com mais força e com um significativo número de adeptos progressistas e militantes sociais. Fala-se em reaparecimento, visto que, conforme Singer (2002), as formas alternativas à produção capitalista nunca deixaram de existir. Mesmo nos períodos de expansão capitalista, a Economia Solidária se mantinha nos seus interstícios, através de associações mutualistas, autogestionárias e até por grupos cooperativados.

Aproximadamente há 15 anos surgem, principalmente na América Latina, experiências solidárias que têm realimentado, paulatinamente, o processo de produção e consumo, promovendo uma vida melhor para muitas pessoas. O resultado favorável se deve, entre outros fatores, à articulação entre as redes de economia solidária que têm favorecido o

processo de reprodução social coletivo, os fluxos de relacionamento entre o local, nacional e global.

Constata-se como favorável o papel dos empreendimentos populares e solidários que favorecem a realização de negócios entre as redes de colaboração solidária. Cabe ressaltar que a Economia Solidária, por sua vez, não pode ficar atrelada apenas às questões econômicas de produção de empregos, e os empreendimentos solidários devem trocar conhecimentos, tecnologias e experiências.

Em associações, cooperativas e empreendimentos de cunho solidário é fundamental que haja participação efetiva de todos os envolvidos. A comodidade e a apatia quase sempre repercutem negativamente nos projetos da Economia Solidária. A não-participação das pessoas nas discussões, as opiniões divididas sem chance de análise dos fatos, a falta de consciência coletiva são aspectos que bloqueiam o sucesso de qualquer projeto solidário. Daí a importância de se explicar com clareza como funciona a Economia Solidária, quais seus objetivos, visto que, muitas vezes, ela norteia o processo de trabalho de grupos de diferentes níveis de conhecimento e educação, como é o caso dos catadores de material reciclável.

Além do trabalho como possibilidade de ascensão social e econômica dos catadores, a pesquisa também se voltou à questão das condições de moradia desse grupo.

Apesar de haver fragilidade econômica e social de grande parcela da população brasileira, procurou-se mostrar até que ponto a moradia contribui, além do trabalho, com o

resgate da cidadania e identidade dos catadores de material reciclável, considerando sua importância como um direito legal de todo o cidadão.

Com todas as deficiências habitacionais, o Estado, ao longo dos anos, empreendeu políticas voltadas à falta de moradia no Brasil, a exemplo de 1930, com a criação das Carteiras Prediais do Instituto de Aposentadorias e Pensões, assumindo a construção de casas populares e, em 1946, com a Fundação Nacional da Casa Popular, beneficiando trabalhadores de baixa renda. Em 1964, é criado o Banco Nacional de Habitação, que se diluiu em 1986, provocando uma redução de recursos que limita a demanda de habitações populares, favorecendo as populações com rendimento de até cinco salários mínimos.

Nesse período, o BNH desdobrou seu programa na faixa de interesse social e, entre os segmentos, destacou-se o Programa PROMORAR que atendeu, nos primeiros anos da década de 80, a muitos moradores pobres do município de Erechim, entre eles alguns catadores que moram no Bairro Cristo Rei e Progresso.

Acredita-se que a solução para os problemas habitacionais no país está longe de acontecer e se torna cada vez mais preocupante, pois há mais de 70% da população brasileira morando de forma deficitária nas cidades.

Como morar é uma necessidade básica de todo o cidadão, e não ter uma propriedade privada, viver de aluguel ou de favor significa não ser sujeito, a população excluída desse direito vive em péssimas condições em arredos de cidades, em áreas irregulares, cortiços, etc. A essa população pode-se ainda acrescentar aqueles que “não moram”,

ou seja, vivem em albergues, embaixo de pontes e viadutos sem um mínimo de privacidade, higiene e segurança.

As precárias condições às quais estão sujeitas as camadas menos favorecidas da sociedade são responsáveis, muitas vezes, pela proliferação de doenças, pela fragilidade familiar, e acabam por reduzir essas populações a uma condição subumana, excluindo-as totalmente das engrenagens de desenvolvimento da sociedade.

Porém, mesmo que os moradores muito pobres não tenham recursos materiais e financeiros que lhes permitam o acesso digno à moradia, é pertinente considerar o envolvimento de certas formas de sociabilidade entre as pessoas, das organizações associativas de bairros e comunidades que têm buscado alternativas, sejam legais ou não, para amenizar este sério problema que atinge muitos cidadãos.

Diante dessas considerações, saber se realmente vem ocorrendo uma ressignificação da identidade desses trabalhadores como “catadores de material reciclável” exigiu conhecer os problemas enfrentados por eles em âmbito local e saber como se estabelecem as relações entre o lugar de convívio e seu cotidiano.

Os contatos e observações mostraram que, considerando as particularidades de cada um, socializando as carências comuns, além do envolvimento e comprometimento em fazer com que as coisas aconteçam efetivamente, o lugar passa a ter força e a interagir com o grupo.

O partilhar de uma realidade semelhante leva a um fortalecimento da identidade, pois os catadores acabam por criar uma imagem deles próprios, a se enxergarem como seres humanos ativos, que lutam pela sobrevivência de forma coletiva, com planejamento e metas que paulatinamente, incorporando outros fatores, os conduzem a uma relativa inclusão social.

Muitas contradições, surpresas e até decepções surgiram frente a um quadro muito mais otimista do que realista, imaginado no início das investigações. Deparou-se com muitas pessoas que nem sequer vêem os catadores; com outras que os vêem, mas não os enxergam como pessoas que têm uma história de vida, e com poucos que têm interesse de imaginar como é seu cotidiano.

A vivência e a observação do cotidiano dos catadores ao longo dos oito meses de investigação, somadas à sistematização dos dados obtidos pelas entrevistas, ao apoio teórico e a outros elementos investigados tornaram possível levar a termo essa dissertação. A questão do trabalho na unidade de triagem nos permitiu ter uma visão mais ampla sobre os catadores e fazer um comparativo entre os associados da ARCAN (selecionadores e catadores) e os catadores independentes.

A idealização e a criação da ARCAN envolveram muitas pessoas ligadas à educação, entidades, instituições e ao poder público. Verbas foram conseguidas através de projetos encaminhados a organismos internacionais como o IAF, que possibilitou a construção do pavilhão e, não menos importante, a doação do terreno pelos Vicentinos e o trabalho em mutirão dos catadores na sua construção.

Muitos dos catadores que iniciaram suas atividades na Associação trabalhavam anteriormente no aterro sanitário, em precárias condições, expostos a doenças e acidentes, sem a menor chance de progresso, vivendo em extrema miséria.

A ARCAN representou para eles, naquele momento, uma chance inquestionável para conseguirem ao menos sobreviver frente ao quadro de miséria em que estavam inseridos. Mesmo que as atividades na unidade de triagem mantivessem as mesmas características, ali eles estariam protegidos das intempéries do tempo, fazendo uso de um espaço que atende às necessidades básicas de um trabalhador, como banheiro sanitário, cozinha, escritório, além de poderem contar com a presença de professores e educadores que, informalmente, ajudaram na organização e aprendizagem básicas do funcionamento da Associação.

Desde o início das atividades, a Associação começou a divulgar seus objetivos e metas de trabalho nas escolas do município, reforçando sempre que o catador é um cidadão como qualquer outro e que não deseja esmolas da sociedade, mas uma chance para poder trabalhar com mais dignidade.

Em pouco tempo, a ARCAN estava participando de projetos ambientais das escolas, levando a história dos catadores através de encenações teatrais, com depoimentos que sensibilizam alunos, pais e professores. A comunidade escolar teve papel fundamental na divulgação da Associação e na valorização dos seus trabalhadores, atraindo os meios de comunicação da cidade que começaram a apoiar os eventos em que a ARCAN estava envolvida, inclusive nos municípios vizinhos.

A rede de solidariedade começou a ser tecida acelerando o reconhecimento da Associação por significativa parcela da sociedade erechinense. E esse envolvimento se mantém até os dias de hoje com essas características, como evidenciam os ANEXOS 10 e 12.

A ARCAN tem cadastrados 158 associados, só que destes 22 trabalham na unidade de triagem, 12 na rede viária e os demais se desligaram da associação. Os motivos do desligamento são os mais diversos, desde os econômicos até os de indignação pela falta de oportunidade de ingressarem na unidade de triagem.

O trabalho na unidade de triagem exige empenho e responsabilidade de todos. Quando acumula material no pavilhão, é preciso que os catadores aumentem a jornada de trabalho para dar conta do enfardamento. No entanto, como recebem por hora trabalhada, constatou-se a acomodação de alguns, principalmente dos mais jovens.

Isso tem provocado discussões internas, pois o valor da hora trabalhada é igual para todos, independente de quanto cada um produz. Essa questão já foi discutida em assembléia, onde a presidente propôs que o rendimento mensal de cada um se desse por quilo de material enfardado. Mas a proposta provocou muita polêmica e foi rejeitada pela maioria dos associados.

A Associação oferece material de proteção como luvas e botas, só que a maior parte dos trabalhadores não o utiliza, alegando desconforto, preferindo ficar exposto aos acidentes de trabalho. Mas o grupo não deixa transparecer que exista alguma preocupação quanto a isso.

Desde sua criação em 2001, a ARCAN possui um Regimento Interno que define as normas de funcionamento. Embora não seja possível afirmar que o regimento seja cumprido a risca, uma das cláusulas que rigorosamente é cumprida é a da prestação de contas que é feita todo o final de mês, e as assembléias que acontecem obrigatoriamente nesse mesmo intervalo de tempo.

Sentiu-se que os associados priorizam as questões econômicas relacionadas à produção. Sem dúvida, a própria pobreza em que vivem pode justificar tal interesse. Quando as discussões ficam muito atreladas a essa questão, ocorre involuntariamente um distanciamento afetivo entre eles, percebendo-se um enfraquecimento na relação solidária, iniciando-se os “fuxicos” e competições de todo o gênero.

A ARCAN realiza seus negócios com o mercado capitalista, o que exige aprimoramento, rapidez e qualidade em sua produção. Conforme os empresários do ramo do município de Erechim, a ARCAN é a unidade de reciclagem mais bem equipada da região, além de ser beneficiada com a isenção das leis sociais e impostos.

O que se deduz é que esteja faltando uma assessoria administrativa que amplie a visão comercial e conscientize o grupo de que eles possuem condições para aumentar a produção e, conseqüentemente, seus rendimentos.

Algumas propostas nesse sentido já foram expostas em Assembléia. Entretanto, o poder de persuasão de alguns faz com que certas decisões sejam vetadas. Mediante o aparato de produção que a ARCAN possui e se todos utilizassem igualmente sua força de trabalho

para produzir haveria, com certeza, condições para absorção de um número maior de catadores trabalhando na unidade de triagem.

Também se constatou que uma parcela dos catadores não expõe sua opinião em assembléia, outros não participam com muita assiduidade, o que enfraquece o projeto solidário ao qual estão vinculados. As discussões coletivas acontecem, mas o consenso nem sempre.

Outro traço marcante diz respeito ao diferencial de nível de instrução que tem significativo peso para eles, pois entre ter a 4ª série concluída e ser analfabeto representa uma grande diferença que se percebe na passividade e na falta de contestação quanto às questões a serem discutidas.

De forma sutil, acaba por acontecer nas relações de trabalho na unidade de triagem uma segregação, principalmente relacionada à antiguidade na Associação, à escolaridade, ao posto que ocupa, à filiação – há muitos catadores de uma mesma família trabalhando no local, e até por parte daqueles que gozam de privilégios com relação à aquisição de bens materiais, inclusive moradia.

É importante citar que existe internamente um paternalismo, pois várias pessoas de uma mesma família trabalham na unidade de triagem, embora anteriormente tenha sido discutida e cogitada uma cláusula que só seria permitida uma pessoa por família trabalhar na seleção do material reciclável. Todavia, como não houve a inclusão dessa cláusula no regimento, o que se observa, na atualidade, é uma redução significativa de oportunidades de trabalho e renda a outras famílias que vivem nas mesmas condições de pobreza.

A princípio não se pode afirmar que essas questões representem um problema que leve ao fim da Associação. O que se percebe é um retardamento do crescimento sócio-político-econômico do grupo em estudo.

É importante enfatizar que esses catadores de material reciclável envolvidos na pesquisa moram na periferia sul da cidade, nos bairros Progresso e Cristo Rei que apresentam características semelhantes. Os bairros são contíguos e se localizam em área notoriamente segregada do resto da cidade, cuja BR 153 serve visivelmente como marco divisório.

Ambos os bairros se expandiram de forma desordenada com ocupações irregulares, precária infra-estrutura, predominando casas pequenas de madeira ou alvenaria, além de casebres.

A ocupação desses bairros ocorreu principalmente devido aos movimentos migratórios do campo para a cidade, em virtude das desfavoráveis condições de vida dos agricultores da Região Alto Uruguai, a partir da década de 80, sendo que aproximadamente 70% dos catadores entrevistados são oriundos do meio rural ou descendentes desses imigrantes.

Erechim foi a cidade escolhida por eles, por ser considerada como pólo econômico da região, onde a chance de conseguir algum emprego seria maior. A escolha dos bairros se deu sobretudo pelos baixos preços dos imóveis ou pelo fato de morar próximo a parentes ou, ainda, pela possibilidade de ocupação irregular.

Os primeiros moradores do bairro Cristo Rei foram deslocados de uma área central da cidade, de alto valor imobiliário. Não foi uma mudança residencial espontânea, mesmo assim, na época, muitos moradores ficaram satisfeitos com a chance de poder adquirir sua casa própria com a possibilidade de pagá-la de forma parcelada. Porém isso não aconteceu e muitos moradores acabaram vendendo o imóvel e comprando outro, mas sempre só o direito à posse. Conseqüentemente, é raro entre esse grupo encontrar alguma moradia regularizada, ou seja, nunca conseguiram a escritura definitiva e a averbação da mesma no Cartório de Registro de Imóveis da cidade.

Os catadores também ocuparam áreas particulares e agilizaram os serviços básicos de forma clandestina, sempre procurando ser solidários às necessidades dos vizinhos. Muitos deles ampliaram suas moradias, até compraram outra para acomodar os filhos, monopolizando o espaço próximo.

Essa ocupação vem ocorrendo há praticamente vinte anos e, devido à mobilização dos moradores junto ao poder público, alguns serviços básicos como rede de luz e água já foram instalados em alguns lugares.

Comparativamente, é possível registrar que a relação afetiva, o comprometimento de ajuda mútua e o sentimento de pertencimento são mais consistentes entre os moradores (catadores) da área ocupada do que entre os que moram nas casas construídas através do Projeto Promorar ou nos casebres espalhados pelos bairros.

Percebe-se a força do lugar nas áreas ocupadas através das relações que se manifestam em atitudes cotidianas, onde os moradores se autoprotegem por meio de parcerias

e cooperação. Já o lugar para os moradores espalhados pelos bairros se apresenta fragilizado, pois a relação entre eles é mais superficial e individualizada, as ações são isoladas, isto porque normalmente os catadores sofrem discriminação de moradores próximos, também pobres, mas que praticam outra atividade.

Assim sendo, a possibilidade de inclusão social para eles, mesmo dentro da própria comunidade, fica mais restrita e o lugar passa a ter um papel ínfimo quanto ao sentimento de pertencimento, laços de afetividade e solidariedade e da possibilidade da ação coletiva que contribua para a elaboração da identidade desses indivíduos como catadores.

A territorialidade como “uma estratégia para estabelecer diferentes graus para acessar as pessoas, coisas e relações” (SACK, 1986, p. 15) ocorreu em ambos espaços, onde as pessoas se organizaram procurando dar um significado ao lugar, mas é nas áreas ocupadas irregularmente que o território efetivamente se consolidou, pois os vínculos territoriais de apropriação no sentido de posse, a adequação, a valorização através da prática humana, social na criação de uma estrutura ligada à sobrevivência, tanto no trabalho como na moradia e a consciência do espaço se revelando através do sentimento de pertencimento (cf. HEIDRICH, 2002) se mantêm mais fortes e articulados, lhes garantindo uma permanência, integração e um enraizamento territorial.

Mesmo frente a muitas contradições, é pertinente afirmar que a moradia para essa população é um fator importante para o resgate da auto-estima, pois esse direito está diretamente relacionado à questão da privacidade, segurança e dignidade e, para aqueles que conseguem comprar o direito à posse, verificou-se uma melhora significativa nas condições de vida.

Entretanto, devido às carências e precariedades das moradias, os catadores enfrentam muitas dificuldades. Aqueles que não conseguem ter a sua casa, acabam por depender da boa vontade de parentes, amigos ou da Sociedade dos Vicentinos para conseguirem um teto.

Convém, no entanto, ressaltar que é explícito o comportamento solidário entre os moradores, na sua maioria catadores, que se ajudam mutuamente, estabelecendo uma reciprocidade que visa estabelecer rotinas de atendimento entre eles, fortalecendo as parcerias. O princípio da reciprocidade estabelecido por eles, não de forma obrigatória, mas moral, significa a presença e atendimento ao vizinho em situações de necessidade.

Frente a esse quadro, constatou-se que são os catadores independentes que possuem casas com maior número de cômodos, a maioria não depende de cedência ou aluguel para morar, possuem a maior renda e gastam mais em despesas com os serviços básicos.

Em contrapartida, foram os associados da ARCAN, responsáveis pela coleta de material reciclável, que apresentaram uma situação mais deficitária quanto à moradia, ao rendimento mensal e aos bens domésticos, enquanto os trabalhadores da unidade de triagem realizaram mudanças mais significativas em suas vidas depois de terem ingressado na Associação. A maioria afirma que esse fato aumentou sua auto-estima e não sente tanto a discriminação das pessoas. A respeitabilidade como ser humano cresceu e muitos bens materiais foram adquiridos. Passaram a ter uma vida mais regrada com suas famílias, organizando os horários e acompanhando as atividades e necessidades dos filhos.

Ao lado disso, percebeu-se que, apesar de o trabalho e a moradia terem uma real importância na reintegração econômica, social e cultural dos indivíduos, para os catadores o trabalho tem um valor mais significativo, pois as metas, conquistas, esperanças são traçadas a partir dele. A moradia tem seu peso, porém, mesmo não tendo um trabalho que lhes propicie algum rendimento, eles sempre conseguem, seja na casa de um parente, amigo, instituição assistencial ou albergue municipal.

Não se quer dizer com isso que os catadores que não possuem moradia estejam satisfeitos com tal situação, porém foram enfáticos em afirmar que é através do trabalho que estimam um progresso econômico, sentem-se otimistas e conseguem ultrapassar a barreira do preconceito e da exclusão social.

Em um contexto geral, a ARCAN, tanto na ótica de território como de lugar, tem representado para seus associados, principalmente para os catadores da unidade de triagem, uma lenta, mas eficaz ressignificação da identidade que se deve principalmente em função de estratégias que utilizam por meio de ações conjuntas, quando se mobilizam em campanhas educacionais, ambientais, em grupos de estudos, com palestras formais e informais em entidades escolares e filantrópicas. Tal constatação não ocorreu com os associados catadores e independentes por não serem incluídos nessa programação. Esses catadores estão cientes de que a Associação não tem representado para eles uma alternativa de ascensão social e econômica como para os trabalhadores da unidade de triagem, pois suas ações são frágeis por não estarem diretamente integradas ao do grupo que exerce suas atividades internamente. Há uma limitação na reprodução de vida, pois muitos dos catadores buscam nas lixeiras, sacolas e caixas espalhadas pela cidade, além de produto para a venda, o alimento que venha garantir a sobrevivência.

Frente a essa realidade, se mantém a situação de pobreza e exclusão social. A ressignificação da identidade como “catador” que busca no trabalho uma possibilidade de inclusão social é mais lenta e restrita, devido à reduzida integração na Associação, porém ela acontece. Constata-se isso na satisfação que esses catadores manifestam, quando afirmam que o fato de usar a identificação da ARCAN, seja no vestuário seja no carrinho, diminui o sentimento de inferioridade e se sentem orgulhosos por estarem participando de uma causa coletiva.

O resultado quanto aos catadores independentes é semelhante ao grupo anterior, em quase todos os aspectos. O que se verificou através das entrevistas é que esses têm um rendimento superior e conseguem adquirir maior número de bens materiais, possuem moradias mais estruturadas e, principalmente, quando mais de um membro da família trabalha nessa atividade, conseguem se salientar mais rapidamente na questão socioeconômica. Mesmo assim, não estão satisfeitos e não acreditam que trabalhando como catador de material reciclável consigam um dia o respeito e a credibilidade da sociedade e que o resgate da identidade por meio dessa função é algo muito difícil de ser alcançado.

Os associados da seleção de material da unidade de triagem, no decorrer das vivências cotidianas, dos resultados obtidos por meio de uma economia solidária e do comprometimento coletivo, estão cientes de que conquistaram um espaço, já são reconhecidos, e participantes ativos dentro do município de Erechim.

A Associação consegue manter firme e consistente os vínculos que regem e constituem um território, seja pelo poder funcional que mantém, necessário à sobrevivência

cotidiana do grupo, como pelo caráter simbólico que revela o resgate da identidade como catador, principalmente dos trabalhadores da unidade de triagem, quando se sentem enaltecidos por suas ações.

A ARCAN como lugar se projeta pelas relações pessoais e familiares, pelos interesses comuns e pela confiabilidade e segurança. Entre os dois grupos de associados, a integração acontece independente das contradições e se percebe nessa parceria uma construção de identidade, pois na troca das experiências diárias sentem-se fortes e orgulhosos pela sua atividade que significa a conquista diária da sobrevivência.

Conforme a presidente da ARCAN, “uma andorinha só não faz verão, mas, quando nos unimos, somos fortes e conseguimos fazer muitas coisas”. A exemplo dela, os catadores da unidade de triagem têm se mostrado confiantes e esperançosos com a Associação. Manifestam sua satisfação quando mencionam as conquistas materiais, a amizade, o respeito e a união construídos.

Não se constroem ao falar das dificuldades e acreditam numa inclusão social, quando dizem “as pessoas estão deixando de cultivar preconceitos em relação a nós”.

Ainda assim, para o catador, o estigma da exclusão social, do preconceito é muito forte. Muitos dizem estar satisfeitos com a vida que têm, mas está incutida no seu ser a questão da inferioridade. Mesmo com o importante papel da Associação neste resgate, percebe-se que para alguns é difícil acreditar nas possibilidades de serem considerados um cidadão, como trabalhador do “lixo”.

Contudo, conclui-se que os catadores, tidos como “excluídos”, descobriram que têm condições de ir à luta, ao invés de ficar dependendo da boa vontade de cidadãos e entidades. A ARCAN tem se mostrado como uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda, amenizando as necessidades desses cidadãos, além de seu fundamental papel para a diminuição dos preconceitos, para a ressignificação da identidade e inclusão social

Entende-se que associações nos moldes da ARCAN são uma alternativa plausível para amenizar a extrema pobreza de significativa parcela da população brasileira. Interados em uma associação é possível a elaboração de um processo de inclusão social que comprometa grupos sociais a se integrarem e se fortalecerem através de ações coletivas ligadas à sobrevivência e à reprodução social. A repercussão da ARCAN foi tão favorável que, em 2005, começaram os trâmites para a criação da segunda associação de catadores do município de Erechim, chamada “Reciclando pela vida”, no Bairro Florestinha, área periférica localizada a leste da cidade. A estruturação e funcionalidade dessa nova associação conta principalmente com o apoio e orientações dos associados da ARCAN.

Em um contexto geográfico, a pesquisa abordou um espaço em escala muito próxima, fazendo relações com os conceitos de Território e Lugar. Acredito que a discussão em torno da possibilidade de ressignificação da identidade destes trabalhadores revelou que é possível fazermos uma leitura do mesmo espaço geográfico de forma diferenciada, mas com o mesmo grau de interpretação, pois nas suas ações, contando com parcerias, esses cidadãos buscam organizar sua vida criando formas de produção e, interagindo com o meio, modificam, transformam e humanizam o espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1995.

ARRUDA, Marcos. Trabalho emancipado. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 260-268.

BENTANCUR, Paulo. **Erechim no coração do Mercosul**. Erechim: Edelbra, 1999.

BRANDÃO, Carlos R. **Identidade e etnia**: Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Programa de erradicação do Trabalho Infantil/PETI**. Decreto nº 3409. Brasília, DF: Ministério da Previdência e assistência Social, Secretaria de Estado e Assistência Social. Diário Oficial da União em 10/04/2000.

CALLAI, Helena Copetti. O lugar na Geografia e as monografias municipais. **Anais do 18 Encontro Estadual de Geografia**, 1998. p. 65-78.

_____. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et al. (Orgs.) **Ensino de geografia** – Práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 83-131.

_____. Aprendendo a ler o mundo:A Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cadernos CEDES**, Campinas/SP, v. 25, n. 66, 2005. p. 227-247.

CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. O Poder da identidade. In: CASTELLS, Manuel (Org.) **Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. vol. 2.

CASTORIADIS, C. **O mundo fragmentado**: encruzilhadas do labirinto III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et. al. (Orgs). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2001.

CATADOR de lixo – Um dia após o outro. Diário da manhã. Erechim, RS, 16 abril 2003. p. 16-17.

CATTAI, Marcio. **A alienação do Território** – O papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. Texto mimeo. Universidade estadual de Campinas (SP), Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. [s.d.].

CATTANI, Antonio D. Crítica da Economia Solidária. Fórum Social Mundial. **Cultura Vozes**, Porto Alegre, v. 96, n.º 6, p. 10-21, nov/dez. 2002.

_____. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CORRÊA, Luís O. Economia popular, solidária e autogestão: o papel da Educação de adultos neste novo cenário. **Programa de ensino fundamental para jovens e adultos**. Porto Alegre: UFRGS, [s.v], 1997. p. 1-16.

CORAGGIO, José Luís. A Construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana das cidades brasileiras em crise**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997. 2ª ed. p. 221-259.

_____. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 88-96.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. Coleção Polêmica.

DAMIANI, Amélia. O Lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani (Org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

DORFMAN, Adriana. A construção da cidadania e do conhecimento ambientais através da Geografia na escala local. **Anais do 18 Encontro Estadual de Geografia**, 1998. p. 107-109.

ERECHIM. **Lei nº 2.749 de 30 de novembro de 1995**. Dá a denominação de Bairro Cristo Rei e Bairro Progresso a áreas do perímetro urbano do Município de Erechim. Erechim, RS, 2 p. nov. 1995.

_____. **Termo de Convênio**. 16 de agosto de 2001. Erechim, RS: 2001. 8 p.

_____. **Lei 3.704 de 17 de fevereiro de 2004**. Dispõem sobre o cadastro, registro e licenciamento de veículos de tração ou propulsão humana e dá outras providências. Erechim, RS, p. 1-9, fev. 2004.

_____. **Decreto nº 2.908 de julho de 2004.** Regulamenta a Lei nº 3.704 de 17 de fevereiro de 2004, que disciplina o cadastro, registro e licenciamento de veículos de tração ou propulsão humana e dá outras providências. Erechim, RS, p. 1-4, jul. 2004.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território.** Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, ano V, nº 9, jul/dez 2000.

FREITAS, C.B.L. **Regularização Fundiária e Urbanização de Favelas: A questão da moradia e da cidadania na Vila Planetário em Porto Alegre.** 2003. 124 p. Dissertação (Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GAIGER, Luiz. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 267-285.

_____. Eficiência sistêmica. In: CATTANI, Antonio D. **A outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 126.

GAIGER, Luiz; BESSON, Marinês; LARA, Fernando, et al. A Economia solidária no RS: Viabilidade e perspectiva. **Movimentos sociais e culturais.** São Leopoldo, n. 15, p. 3-75, 1999.

GOMES, R.; MANCE, E. Construindo a socioeconomia popular e solidária no Brasil. **Um Novo Brasil é Possível.** Rio de Janeiro, n. 93/94, p. 14-17, 2002.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Territórios alternativos.** Niterói: EDUFF, 2002.

_____. **O Mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2004a.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Trabalho apresentado no **I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**, 23/set. Canoas: UFRGS, ULBRA, AGB. 2004b. Texto mimeo.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Territorialidades de exclusão e inclusão social.** (Inédito). Porto Alegre, [s/d]. 13 p. No prelo.

_____. Espaço, território e cidadania. **Caesura**, n. 21. Canoas, jul/dez, p. 73-76, 2002.

_____. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marco A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004. p. 34-66.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; CARVALHO, Orlando Albani de. Territorialidade de exclusão e inclusão social: relações da sociedade com o espaço em situações de pobreza e de construção de vida econômica e de consciência. In: 8 ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2001. Santiago, Chile, **Anais...** Chile: Sociedad Chilena de Ciencias Geográficas, 2001. 1 CD-ROM.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

IMOBILIÁRIA PIEROZAN. Disponível em www.pioezan.com.br/mapa/bairro . Acesso em 23 de janeiro de 2005.

JACOB, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaço & Debate**, São Paulo, v. 3, p.53-69, 1981.

KAPRON, S.; FIALHO, A. L. Políticas públicas para a economia solidária. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 215-218.

LEFEBVRE, H. **A Vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LISBOA, Armando de Melo. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 242-249.

_____. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b. 183-199.

LOPES, Rodrigo. Saúde e educação melhoraram no país. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 jul. 2001, p. 5.

LUFT, Pedro C. **Minidicionário**. São Paulo: Ática, 2001. 688 p.

MANCE, Euclides A. **A Revolução das redes: A Colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MAPAS em <http://www.pioezan.com.br/> . Acesso em 29 de outubro de 2004.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia. (Org.) **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Omega, 1979. p. 71-93.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSEY, Doreen. A Global sense of place. In: BARNES, T.; GREGORY, D. (Orgs.). **Reading human geography**. London: Arnold, 1997. p. 315-23.

MENEGATTI, José A.; CHIAPARINI, Enori; FERNÁNDEZ, Paulo et. al. **Álbum fotográfico da história de Erechim**. Erechim: Edelbra, 2000.

MENDONÇA, Ricardo. O Paradoxo da Miséria. **Veja Especial**. São Paulo, jan/2002. p. 82-93.

- MORAES, A. C. R. **Geografia – Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: Ática, 1997.
- MOURA, Maria L.; FERREIRA, Maria C.; PAINE, Patrícia. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- OLIVEIRA, Giovana M. de. **Século XXI: Território, estado e globalização**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- PIMENTA, Margareth; PIMENTA, Luís F. **Habitação e qualidade de vida urbana no Maciço Central em Florianópolis – SC**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, [2001]. Texto mimeo.
- PINTO, Maria de A. A Construção das entidades e as formas de sociabilidade entre as famílias residentes em cortiços na cidade de São Paulo. **Sociedade, Espaço e Economia**. 2003, V. 5, n. 1, p. 107-128.
- PIRES, Cláudia Z.; LINDAU, Heloisa G.; RODRIGUES, Milton M. Geografizando lugares: Transitando por diferentes ambiências. In: REGO, N. et al (Orgs.) **Um pouco do mundo cabe nas mãos. Geografizando em educação o local e o global**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2003. p. 11-33.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. Disponível em <http://www.pmerechim.rs.gov.br> . Acesso em 22 de maio de 2005.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento – Fundação da Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **Impactos Sociais e Territoriais da Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul: Manifestações da exclusão social no meio urbano no RS**. Porto Alegre, 1999.
- RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- _____. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Ilucitta, 1999.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – Território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVERINO, Antonio J. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

SILVEIRA, Rogério L. L. da. **Cidade, corporação e periferia urbana: Acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. Espaço, lugar e cotidiano: Mediação na análise da produção do urbano. **Geosul**, Florianópolis, SC, v. 1. n° 1, p. 49-56, jan/jun. 1986.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio D. (Org.). **A Outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. (Orgs.). **A Economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, M.L. O Território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, et al. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

STORTI, Adriana R.; ZANIN, Elisabete M., et al. **Trabalhos Acadêmicos**. Erechim/RS: EdiFAPES, 2005.

SUERTEGARAY, D. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D.; BASSO, L.A.; VERDUM, R. (Orgs.) **Ambiente e lugar no urbano**. A Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p. 13-33.

UNIVERSIDADE Regional Integrada/URI – Campus de Frederico Westphalen. Disponível em <http://www.fw.uri.br> . Acesso em 12 de setembro de 2005.

ANEXOS

ANEXO 01	QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSOCIADOS DA ARCAN – ERECHIM/RS (2004).....	176
ANEXO 02	ENTREVISTA REALIZADA COM OS CATADORES INDEPENDENTES – ERECHIM/RS (2004)	181
ANEXO 03	ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROPRIETÁRIOS DE EMPRESAS DE RECOLHIMENTO E VENDA DE MATERIAL RECICLÁVEL DE ERECHIM/RS (2004).....	183
ANEXO 04	TERMO DE CONVÊNIO ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL ERECHIM/RS E A ARCAN	184
ANEXO 05	REGIMENTO INTERNO DA ARCAN	190
ANEXO 06	ABERTURA DA CAMPANHA DE COLETA SELETIVA DE LIXO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, EM PARCERIA COM A ARCAN	192
ANEXO 07	DECRETO MUNICIPAL Nº 2908, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 3704 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004	193
ANEXO 08	OPINIÕES SE DIVIDEM QUANTO À ATUAÇÃO DOS “CARRINHEIROS” NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE	197
ANEXO 09	HISTÓRICO E PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA OBRA SANTA MARTA DE ERECHIM/RS (2004)	198
ANEXO 10	PARTICIPAÇÃO DA ARCAN JUNTO À COMUNIDADE ESCOLAR DE ERECHIM/RS	203
ANEXO 11	“CARRINHEIROS” RECEBEM OS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PARA TRAFEGAR PELA CIDADE	204
ANEXO 12	A ARCAN E OS PROJETOS SOBRE MEIO AMBIENTE DESENVOLVIDOS JUNTO AS ESCOLAS DE ERECHIM/RS	205

ANEXO 01

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSOCIADOS DA ARCAN – ERECHIM/RS (2004)

Dados do entrevistado:

nome:

idade:

naturalidade:

estado civil:

escolaridade:

- 1) Quais os motivos que o trouxeram para Erechim?
 - 2) Por que morar no bairro Cristo Rei?
 - 3) Há quanto tempo reside no bairro?
 - 4) Como conseguiu moradia e trabalho antes de ingressar na ARCAN?
 - 5) Como ingressou na ARCAN?
 - 6) Qual sua função dentro da ARCAN?
 - 7) Qual seu horário de trabalho?
 - 8) Qual sua renda mensal?
 - 9) Quantas pessoas vivem deste rendimento?
 - 10) Existem alguns cuidados básicos para executar sua tarefa no pavilhão de reciclagem? São cumpridos?
 - 11) Houve algumas mudanças na sua vida e de sua família depois de sua integração à ARCAN? Quais?
 - 12) O que a ARCAN representa para você?
 - 13) Como era seu relacionamento com os moradores do bairro antes de pertencer à ARCAN?
 - 14) Os moradores dos bairros Progresso e Cristo Rei colaboram com a limpeza e seleção de material reciclável?
() sim () não () de vez em quando
 - 15) A sociedade erechinense colabora com a ARCAN?
() sim () não () de vez em quando
 - 16) Sua moradia é:
() cedida () própria () alugada () dividida c/ outra(s) família(s)
-

17) Há quanto tempo mora nela?

18) quantos cômodos têm sua moradia?

19) O acesso ao terreno se deu através de(a):

compra cedência ocupação

20) qual é o tamanho do terreno?

21) enfrentou algum tipo de conflito com moradores próximos ou com o proprietário da área, se ocupada?

CASO SUA CASA TENHA SIDO CONSTRUÍDA:

22) Quem participou da construção? Que material foi utilizado?

23) Quantos cômodos possui sua casa? Especifique:

24) Itens necessários existentes na sua casa:

- geladeira
- fogão à gás
- ferro elétrico
- sofá
- quarto (cama; roupeiro, cômoda)
- cozinha (mesa; cadeira; armário)

25) Itens de conforto:

- máquina de lavar roupa
- rádio
- televisão
- liquidificador
- telefone
- outros: especificar

26) Sua casa possui saneamento básico, como água encanada, rede de esgoto e serviços como luz elétrica?

27) Se possui estes serviços básicos, como conseguiu?

28) Quanto é gasto, em média, mensalmente por estes serviços?

água e esgoto: _____
luz: _____
telefone: _____
iptu: _____
outros: (especificar): _____
total: _____

29) Quantos filhos têm? idade? escolaridade?

30) Somando-se os rendimentos de todas as pessoas que residem na sua casa, em qual faixa de renda se enquadra a renda familiar:

- menos de um salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 2 a 3 salários mínimos
- 4 a 5 salários mínimo

31) Como é sua relação com a vizinhança?

32) Qual sua origem étnica?

33) A que religião pertence? Por quê?

34) Como organiza a vida escolar, os cuidados com os filhos durante o tempo que trabalha fora?

35) Como acontecem as relações sociais ? Que lugar frequenta com sua família nos finais de semana?

36) São aproveitados os serviços assistenciais que a obra santa marta oferece as famílias dos associados?

37) Quais as condições de saúde da família? Possuem algum tipo de assistência médica?

38) Quais os tipos de doenças mais freqüentes na família?

- desidratação
- piolho
- respiratória
- sarna
- verminose

39) Para o/a sr(a) o que é ser cidadão? E quais os direitos de um cidadão?

40) O que significa para o/a sr(a) ter um trabalho e uma moradia?

41) Como cada um (catador) percebe a formação do grupo?

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ARCAN

1- Quantos associados no total (catadores e trabalhadores do c. r) possui a ARCAN?

2- Qual o sexo predominante nas atividades de rua? e no centro de reciclagem?

3- Qual a faixa etária dos trabalhadores ?

4- Como funciona a coleta, seleção e venda do material selecionado?

5- Como é dividido o rendimento referente à venda do material?

- 6- Como e quanto é pago aos carrinheiros catadores associados, que trazem o material reciclável para ser vendido à ARCAN?
 - 7- Como é organizada a administração da ARCAN?
 - 8- Como é escolhida a diretoria?
 - 9- Existe ajuda comunitária? De que tipo?
 - 10- Como a comunidade erechinense responde ao trabalho dos associados da ARCAN, tanto dos carrinheiros como dos trabalhadores do c.r?
 - 11- A comunidade erechinense objetiva algum retorno quando colabora com a ARCAN?
 - 12- Como acontece a solidariedade entre os trabalhadores da ARCAN?
 - 13- Qual é (foi) o papel da igreja católica na construção e efetivação do projeto da ARCAN?
 - 14- O poder público erechinense compromete-se com a associação? de que forma?
 - 15- A ARCAN recebe alguma ajuda financeira do exterior? de que forma? de quais instituições?
 - 16- Que interesse essas instituições teriam para ajudar a associação?
 - 17- A associação funciona apenas no sentido econômico?
 - 18- A diretoria recebe algum tipo de remuneração?
 - 19- De quanto tempo é o mandato?
 - 20- Ocorrem conflitos entre os trabalhadores do cr? que tipo?
 - 21- Qual o procedimento da associação quanto um trabalhador infringe o estatuto da ARCAN?
 - 22- Como foi criado e como funcionado o estatuto da ARCAN?
 - 23- Como foi conseguido o centro de reciclagem e o caminhão de recolhimento de material reciclável?
 - 24- De que forma acontece o intercâmbio comercial com as empresas? de onde seriam? quais são elas?
 - 25) Como são acertados os valores dos produtos recicláveis entre a ARCAN e os compradores?
 - 26- A questão dos atravessadores foi totalmente abolida?
 - 27- Qual é o papel do CEPO junto à ARCAN?
-

ENTREVISTA COM A COORDENADORA DA OBRA SANTA MARTA

Nome: _____

Tempo de atuação na obra: _____

1- Qual é a origem da obra Santa Marta? Quando se instalou no bairro Progresso? Com que objetivo?

2- Quais são as entidades mantenedoras da obra?

3- Como é organizada a administração e como se desenvolve pedagogicamente?

4- Que atividades a obra realiza junto à comunidade?

6- Como são traçadas as relações com os associados?

7- Qual foi a participação da obra na idealização do projeto da ARCAN?

8- Qual é a participação atual da obra Santa Marta no funcionamento da associação ?

9- Existem conflitos internos na ARCAN? Qual é a participação da obra, quanto às relações de poder?

ANEXO 02

ENTREVISTA REALIZADA COM OS CATADORES INDEPENDENTES – ERECHIM/RS (2004)

1º. Há quanto tempo trabalha como catador de material reciclável em Erechim?

2º. Quais foram os motivos que o levaram à esta atividade?

3º. Qual seu horário de trabalho?

4º. Qual seu rendimento mensal?

5º. Qual seu estado civil? Quantos filhos têm?

6º. Quantas pessoas vivem desse rendimento?

7º. Em que áreas da cidades recolhe o material reciclável? Por quê?

8º. Onde é vendido? Por quê?

9º. Que valor recebe por quilo de:

→ Plástico: _____

→ Vidro: _____

→ Papel: _____

→ Alumínio: _____

→ Ferro: _____

→ Outros: _____

10º. Já ouviu falar da ARCAN? O quê?

11º. Por que a preferência de venda aos atravessadores ao invés da ARCAN?

12º. Na sua opinião qual é o papel da ARCAN?

13º. Qual seu endereço?

14º. Sua moradia é:

() própria () alugada () cedida () ocupada

15º. Quantos cômodos possui sua casa?

16º. O acesso ao terreno se deu através de(a):

() compra () cedência () ocupação

17º. Itens necessários, existentes na sua casa:

() geladeira

() fogão à gás

() ferro elétrico

- sofá
- quarto (cama; roupeiro, cômoda)
- cozinha (mesa; cadeira; armário)

18°. Itens de conforto:

- máquina de lavar roupa
- rádio
- televisão
- liquidificador
- aparelho de som
- telefone
- outros: especificar

19°. Sua casa possui saneamento básico, como água encanada, rede de esgoto e serviços como luz elétrica?

20°. Se possui estes serviços básicos, como conseguiu?

21°. Quanto é gasto em média, mensalmente por estes serviços:

- a) Água e esgoto: _____
- b) Luz: _____
- c) Telefone: _____
- d) IPTU: _____
- e) Outros: (especificar): _____
- f) Total: _____

22°. Somando os rendimentos de todas as pessoas que residem na sua casa, em qual das faixas de renda se enquadra a renda familiar:

- Menos de um salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 2 a 3 salário mínimos
- 4 a 5 salários mínimos

23°. Qual é sua cidade de origem?

24°. Quais os motivos o trouxeram para Erechim?

25°. Qual é sua descendência?

26°. A que religião pertence? Por quê?

27°. Para o Sr.(a) o que é ser cidadão? Quais os direitos de um cidadão?

28°. O que significa para o Sr. (a) ter um trabalho e uma moradia?

ANEXO 03

ENTREVISTA REALIZADA COM OS PROPRIETÁRIOS DE EMPRESAS DE RECOLHIMENTO E VENDA DE MATERIAL RECICLÁVEL DE ERECHIM/RS (2004)

1º. O que o levou a investir neste ramo de negócio?

2º. Como funciona o trabalho dentro da empresa?

3º Quantos funcionários têm a empresa? Em que condições?

4º. Quem são os vendedores do material reciclável? Existe algum critério para a compra?

5º. Como acontecem as negociações do material reciclável com os catadores?

6º. Qual é o valor pago aos catadores de acordo com os diferentes materiais?

7º. Quais os tipos de despesas da empresa?

8º. Qual o rendimento limpo mensal da empresa?

9º. Qual é o mercado receptor do material reciclável?

10º. Quais são as expectativas da empresa para o futuro?

11º. A empresa conhece a ARCAN? Mantém algum tipo de negociação com a mesma? Como avalia o trabalho da associação, que se desenvolve nos moldes da economia solidária?

ANEXO 04

TERMO DE CONVÊNIO ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM/RS E A ARCAN

TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio que celebram entre si, mediante as cláusulas e condições adiante especificadas, o MUNICÍPIO DE ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC sob nº 87.613.477/0001-20, com sede na Prefeitura Municipal, sita na Praça da Bandeira, 354, em Erechim, neste ato representado pelo prefeito Municipal, Sr. ELOI JOÃO ZANELLA, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado nesta cidade, e:

- a) Centro de Educação Popular - CEPO - sito a Rua Espírito Santo, nº 164, nesta cidade, inscrito no CGC sob o nº 91.565.465/0001-45, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Brancher, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Henrique Schwing, 499, Erechim, CPF nº 451.975.120-91, RG nº 1035986288;
- b) Sociedade São Vicente de Paulo - SSVP, sita a Av. Maurício Cardoso, nº 15, nesta cidade, inscrita no CGC sob o nº 89.428.874/0001-58, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Lenison Maroso, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida Amintas Maciel, 1206, Erechim, CPF nº 743.331.600-06;
- c) Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza - ARCAN - sita a Rua São Dimas, nº 06, nesta cidade, inscrita no CGC sob o nº 04.420.983/0001-76, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Lenir Menegol Pavani, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua São João, Bairro Cristo Rei, Erechim, CPF nº 806.242.350-68;
- d) Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em Fabricação de Móveis e Manutenção de Equipamentos de Refrigeração Ltda - CAMPRES - sita a Rua Lázaro Dante Rubro, nº 607, Bairro Copas Verdes, nesta cidade, inscrição no CGC sob nº 04.560.994/0001-51, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Airton Antônio Bernardi, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Pe. Benjamim Busatta, 132, Erechim, CPF nº 497.565.750-34;
- e) Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em Fundação de Alumínio e Ferro Ltda - ALUMIFER - sita na Rua Oreste Mazzotti, nº 395, nesta cidade, inscrita no CGC sob o nº 02.520.824/0001-18, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Nelcir José Balsanello, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Wladislau Krepinski, 190, Bairro Atlântico, Erechim, CPF nº 635.865.330-04;
- f) Obra Promocional Santa Marta - sita na Rua São Dimas, nº 06, Bairro Progresso, nesta cidade, inscrita no CGC sob o nº 93.538.825/0001-45, representada pela sua Presidente, Sra. Nely Zaffari, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Silveira Martins, 55, Erechim, CPF nº 008.192.910-87;

CLÁUSULA I - DOS OBJETIVOS

- a) Humanizar a atividade dos catadores de lixo sólido na cidade.
- b) Criar a possibilidade de reutilização do lixo recolhido, colocando-o para reciclagem.
- c) Promover, em planos pilotos, a coleta seletiva, no perímetro urbano, do lixo sólido.
- d) Executar medidas, de proteção ao meio ambiente, especialmente através da coleta seletiva de lixo.
- e) Geração de emprego e renda às pessoas participantes ou atendidas pelas convenientes.
- f) Promover a qualificação profissional e ampliar a capacidade produtiva dos participantes.
- g) Promover a modernização dos sistemas de produção buscando aumento de produtividade e rebaixamento de custos.

CLÁUSULA II - DAS METAS

- a) Organizar os recicladores de lixo.
- b) Construir um barracão para reciclagem de lixo sólido.
- c) Construir um barracão para a instalação das duas Cooperativas.
- d) Construir um ginásio de esportes.

CLÁUSULA III - DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

- a) Fazer a cessão de uso de um terreno no Distrito Industrial, na Etapa III, terreno nº 15, com 1.900 m², onde se instalarão as Cooperativas ALUMIFER e CAMPRES, por prazo não inferior a 10 (dez) anos;
- b) Elaborar e aprovar os Projetos Arquitetônicos e fornecer 01 (um) trabalhador para administrar a construção dos dois pavilhões (ARCAN e CAMPRES/ALUMIFER);
- c) Obter o meio de transporte, ou licitar quem o faça, para transportar o lixo sólido dos locais de coleta até o pavilhão da ARCAN, e assumir todo e qualquer custo pelo transporte do mesmo ;
- d) Construir, uma vez obtidos recursos, sobre o terreno da Sociedade São Vicente de Paulo, um ginásio de esportes que atenda aos Projetos Educacionais do Município, e que nos espaços de tempo não utilizados pela mesma, sejam administrados pela Sociedade São Vicente de Paulo, cuja renda terá único e exclusivo uso em programas sociais daquela sociedade. O projeto arquitetônico do ginásio será definido conjuntamente com a Sociedade São Vicente de Paulo;
- e) Fazer a terraplanagem dos terrenos onde serão construídos os barracões da ARCAN e CAMPRES/ALUMIFER;
- f) Celebrar um "TERMO DE COOPERACÃO" com a Sociedade São Vicente de Paulo, estabelecendo deveres e obrigações para a administração do ginásio de esportes.

2. Do Centro de Educação Popular - CEPO

- a) Coordenar as atividades das duas Cooperativas e da Associação para a consecução dos objetivos propostos;
- b) Construir um pavilhão de alvenaria de 700m² aproximadamente, sobre o terreno de 2.500m², cedido em comodato pela Sociedade São Vicente de Paulo, no Bairro Progresso e entregá-lo, sem locação, para a ARCAN;
- c) Construir um pavilhão de alvenaria de 600m² sobre o terreno nº 15, da Etapa-III do Distrito Industrial, e entregá-lo sem locação, as Cooperativas ALUMIFER e CAMPRES;
- d) Atender às legislações pertinentes, obtendo as autorizações prévias para instalação.

3. Da Sociedade São Vicente de Paulo

- a) Ceder, em regime de comodato, ao CEPO, um terreno de 2.500m², dentro de um todo maior de 46.200m², matriculado sob o nº 26.137, no Cartório de Registro de Imóveis de Erechim, por prazo indeterminado, onde será construído um pavilhão de 700m² aproximadamente, para reciclagem de lixo seco pela ARCAN;
- b) Fazer cessão de uso, ao Município de Erechim, de um terreno de 2.100m², com finalidade específica, dentro de um todo maior de 41.500m², Matriculado no Registro de Imóveis de Erechim, sob o nº 3.361, localizado no Bairro São Vicente de Paulo, sem locação, por prazo não inferior a 30 (trinta) anos, onde será construído pela Prefeitura Municipal, um

ginásio de esportes, atendendo as necessidades locais e do PROETI (Programa de Educação em Tempo Integral);

- c) Celebrar um "TERMO DE COOPERAÇÃO" com o Município, estabelecendo deveres e obrigações para a administração do ginásio de Esportes.
- d) Fazer a locação do Ginásio para práticas esportivas, quando não estiver sendo utilizado pela Prefeitura Municipal, cuja renda líquida reverterá para suas atividades assistenciais, com prestação de contas anual à comunidade e à Municipalidade.

4. Da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza - AJRCAN:

- a) Receber em seu quadro de sócios, os trabalhadores vinculados às atividades de reciclagem de lixo sólido, desde que satisfaçam as normas de associação estabelecidas pela ARCAN;
- b) Zelar para que, no exercício das suas atividades, haja a constante preocupação com a qualidade do ar, água e solo, e com a saúde dos seus trabalhadores;
- c) Participar ativamente nas campanhas educativas para a coleta do lixo sólido e proteção ao meio ambiente, desde que a campanha seja definida em conjunto pelas partes, sem ônus para o Município;
- d) Promover atividades com os associados e familiares, estimulando os pais a manterem seus filhos na escola, e/ou entidades afins;
- e) Fornecer ao Município, a cada 12 (doze) meses, relatório das atividades;
- f) Colaborar com o Programa de Alfabetização de Adultos;
- g) Não permitir ações político-partidárias no âmbito das suas instalações.
- h) Aceitar a fiscalização e trato da execução do presente Convênio a Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social e o Departamento Municipal do Meio Ambiente.

5. Da Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em Fabricação de Móveis e Manutenção de Equipamentos de Refrigeração Ltda. - CAMPRES e da Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em fundição de alumínio e Ferro Ltda. - ALUMIFER:

- a) Cumprir e fazer cumprir os princípios do Cooperativismo;
- b) Receber em seu quadro de sócios, trabalhadores vinculados às atividades afins das Cooperativas/ desde que satisfaçam as normas de associação estabelecidas pelas mesmas;
- c) Fornecer ao Município, a cada 12 (doze) meses, relatório de atividades;
- d) Promover atividades educativas com os associados e familiares, estimulando os pais a manterem seus filhos na escola e/ou entidades afins;
- e) Colaborar com o Programa de Alfabetização de Adultos;
- f) Não permitir ações político-partidárias no âmbito das suas instalações;
- g) Não locar, nem ceder, no todo ou em parte, as instalações localizadas no distrito Industrial sem o consentimento expresso das partes.
- h) Aceitar como representante do Município, para o trato da execução do presente, a Secretaria Municipal da Indústria Comércio e Serviços.

6. Da Obra Promocional Santa Marta:

- a) Promover ações sócio-educativas junto aos associados da ARCAN e seus familiares.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio tem o prazo de duração de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado ou modificado, no todo ou em parte, aditivado, sempre em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA V - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS

Uma vez assinado o presente convênio, e promulgada a Lei Autorizativa para a celebração da Cessão de Uso do terreno no Distrito Industrial, para a instalação das Cooperativas e aprovados os projetos arquitetônicos pelas partes, a ARCAN, CAMPRES e ALUMIFER, terão um prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias para a total execução das obras e início das atividades.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO CONVENIAL

O presente Convênio poderá ser suspenso:

- a) Se for dado ao bem finalidade diversa da estabelecida na lei, efetuando-se notificação à cessionária para devolver o imóvel, com prazo de 60 (sessenta) dias, por não mais interessar ao Município a existência da cessão.
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, examinadas as conveniências.
- c) Por não cumprimento das cláusulas convencionais, no todo ou em parte;
- d) Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA VII - DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Erechim para esclarecer quaisquer dúvidas ou controvérsias, oriundas deste Termo.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Convênio, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Erechim, RS, 16 de agosto de 2001.

ELOI JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

Associação de Recicladores Cidadãos
Amigos da Natureza - ARCAN

Centro de Educação Popular -
CEPO

Cooperativa Autogestionária de
Trabalhadores em Fabricação de móveis
e Manutenção de Equipamentos de
Refrigeração Ltda - CAMPRES

Sociedade São Vicente de Paulo -
SSVP

Cooperativa Autogestionária de
Trabalhadores em Fundição de Alumínio
e Ferro Ltda. - ALUMIFER

Obra Promocional Santa Marta

TESTEMUNHAS

TERMO DE CESSÃO DE USO

Termo de Cessão de Uso que celebram entre si, de um lado o MUNICÍPIO DE ERECHIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC sob nº 87.613.477/0001-20, com sede na Prefeitura Municipal, sita na Praça da Bandeira, 354, em Erechim, neste ato representado pelo prefeito Municipal, Sr. ELOI JOÃO ZANELLA, e de outro, Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em Fabricação de Móveis e Manutenção de Equipamentos de Refrigeração Ltda - CAMPRES -, sita a Rua Lázaro Dante Rubro, nº 607, .t Bairro Copas Verdes, nesta cidade, inscrição no CGC sob nº 04.560.994/0001-51, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Airton Antônio Bernardi, brasileiro, casado, residente e \ domiciliado na Rua Pe. Benjamim Busatta, 132, Erechim, CPF nº 497.565.750-34; e a Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em Fundação de Alumínio e Ferro Ltda - ALUMIFER - sita na Rua Oreste Mazzotti, nº 395, nesta cidade, inscrita no CGC sob o nº 02.520.824/0001-18, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Nelcir José Balsanello, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Wladislau Krepinski, 190, Bairro Atlântico, Erechim, CPF nº 635.865.330-04; mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso, para a instalação das referidas Cooperativas, a cessão de uso do lote nº 15, com área de 1.900 m², localizado na Etapa III do Distrito Industrial, com as seguintes confrontações:

NORTE: com o lote nº 14, na extensão de 62,47m;

SUL: com o lote nº 16, na extensão de 68,38m;

LESTE: com parte do lote rural nº 41, na extensão de 29,05m;

OESTE: com uma rua sem denominação, na extensão de 29,65m.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Termo é de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA III - DA RESCISÃO

Havendo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, se for dado ao bem finalidade diversa da estabelecida em lei, se não houver interesse de uma das partes na sua manutenção, ou no caso de falência ou extinção de alguma das Cooperativas, o presente Termo poderá ser rescindido, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, por escrito, da parte denunciante, assegurada a reversão do bem e da construção para o Município.

CLÁUSULA IV - ENCARGOS

As Cooperativas CAMPRES E ALUMIFER, suportarão as despesas com impostos, manutenção e/ou quaisquer outros encargos que recaírem sobre o referido imóvel.

CLÁUSULA V - DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Erechim para esclarecer quaisquer dúvidas ou controvérsias, oriundas deste Termo.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Cessão de Uso, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Erechim, RS, 16 de agosto de 2001.

ELOI JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

**Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em
Fabricação de Móveis e Manutenção de Equipamentos de
Refrigeração Ltda. - CAMPRES**

**Cooperativa Autogestionária de Trabalhadores em Fundação
de Alumínio e Ferro Ltda. - ALUMIFER**

TESTEMUNHAS:

ANEXO 05

REGIMENTO INTERNO DA ARCAN

O presente documento foi discutido amplamente, elaborado e aprovado pelos sócios da ARCAN, e o que segue são normas da Associação que devem ser aplicadas por todos para a convivência harmônica entre os membros da mesma.

Art.1- Dos associados que faltarem as atividades do pavilhão:

- Paga-se normalmente até três dias de atestado, além disso, o associado pode colocar alguém trabalhar no lugar, desde que tenha mais de 18 anos, pelo tempo determinado no atestado médico próprio ou do familiar. Se for pela doença do familiar não recebe os dias afastado;
- Mais de três faltas sem justificativa, suspensão definitiva;
- Falta justificada não recebe;
- Quem se machucar em ambiente de trabalho ou gestante, fica afastado da Associação conforme atestado médico e não serão descontados os dias de atestado, mas deve ir ao médico com um membro do conselho;

Art.2 - A associação terá um Conselho Administrativo, que será composto pelos seguintes membros:

- 02 representantes eleitos pelos trabalhadores associados da ARCAN que estejam trabalhando nas atividades de separação e reciclagem do pavilhão da associação, a eleição será realizada entre eles e o mandato dos dois membros eleitos será de dois anos;
- 02 representantes da direção da Associação, estes dois representantes serão indicados livremente pela direção.

Art.3 - Se o associado estiver envolvido em conflitos, brigas e incentivar fofocas; como também consumir qualquer bebida alcoólica no ambiente de trabalho ou mesmo chegar sob efeito de uso de bebida alcoólica; e consumir ou estar sob efeito de drogas ilícitas no pavilhão, estará infringindo as regras de convivência da Associação, e assim estará sob efeito das seguintes penalidades:

- 1º Advertência por escrito registrado em ata da reunião da diretoria;
- 2º Suspensão por 06 dias
- 3º Suspensão em definitivo do pavilhão

Art. 4 - A pessoa que portar armas de fogo ou outros objetos com intenção de ferir um colega de trabalho no Pavilhão ou em ambiente de trabalho da ARCAN será suspenso definitivamente.

Art. 5 - No ato de saída do pavilhão, seja espontânea ou não, o associado deverá assinar um termo formal de desistência da sua vaga no pavilhão da ARCAN. Em não assinando, a diretoria se reúne e registra em ata e paga o que a pessoa tem direito, registrando o valor na mesma.

Art. 6 - O horário de trabalho do pavilhão será de segunda à sexta - das 8hs às 18horas e sábado das 8hs às 12 hs. O almoço será das 1 lhs30 às 13hs30. Os intervalos durante o horário de trabalho serão de 20 minutos em cada turno.

Art.7 - As doações que chegarem até a ARCAN, devem ser distribuídas entre todos os trabalhadores do pavilhão e no momento da chegada. Se for doado um objeto, será sorteado e o contemplado não entra nos próximos sorteios.

Art. 8 - Se algum sócio furtar algum objeto ou dinheiro da ARCAN, será expulso. E o acontecimento se registra em ata da diretoria.

Art. 9 - Não é permitido a presença de criança no ambiente de trabalho do pavilhão.

Art. 10 - Serão permitidas visitas de entidades, escolas, afim de conhecer a experiência da ARCAN. Quanto a visita de parentes ou familiares só serão permitidos .quando houver necessidade.

Art. 11 - Será obrigatório aos sócios que trabalham no pavilhão o uso de roupas e equipamentos de proteção individual, afim de proteger os mesmos de acidentes de trabalho.

Art. 12 - Se algum associado trabalhador do pavilhão se acidentar em horário de expediente, o conselho ficará responsável em fazer o acompanhamento junto à equipe médica. Durante o tratamento, a ARCAN tentará disponibilizar doações para ajudar no tratamento do associado.

Art. 13 - Para ingresso de novos sócios no pavilhão da ARCAN, as seguintes condições tem que ser consideradas: ser catador, entregar material para a ARCAN, ser sócio da ARCAN mais de 6 meses, dar prioridade aos sócios que ainda não entraram no pavilhão, quem já teve oportunidade de trabalhar no pavilhão da ARCAN fica por último na seleção.

Art. 14 - Todo início de ano, até o mês de março, a direção, conselho administrativo e demais trabalhadores do pavilhão, se reuniram para realizar um planejamento anual da ARCAN, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e os resultados financeiros e administrativos.

ANEXO 06

ABERTURA DA CAMPANHA DE COLETA SELETIVA DE LIXO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM, EM PARCERIA COM A ARCAN

Coleta Seletiva



A Campanha da Coleta Seletiva do Lixo na Cidade de Erechim, iniciou ontem pela manhã. O prefeito em Exercício João Rosalino Brisotto, secretário de Obras José Bertagnolli, representantes da Arcan e do Departamento de Meio Ambiente, simbolicamente depositaram no caminhão responsável pela coleta a primeira remessa de material reciclável.

Na oportunidade Brisotto reafirmou a importância da coleta seletiva, e o empenho da administração municipal em parceria com a Arcan na realização deste projeto

Lixo



Integrantes da Arcan selecionaram material recolhido ontem

Coleta seletiva inicia com bons resultados

O primeiro dia de coleta seletiva de lixo em Erechim teve resultados satisfatórios, segundo a equipe que trabalhou na seleção do material arrecadado.

Às 8h30min o caminhão da prefeitura começou a circular pela área específica da cidade, estipulada pelo Plano Piloto que dividiu a cidade em cinco regiões, com horários diferenciados de recolhimento. Após recolher o material, o caminhão levou-o para o pátio da Arcan, onde o grupo de oito pessoas fez a separação do material.

A colaboração da comunidade foi satisfatória, e conforme a Prefeitura, ontem foram recolhidos cinco caminhões de material reciclável.

Fonte: Jornal Diário da Manhã, 05 de junho de 2002.

Fonte: Jornal Diário da Manhã, 06 de junho de 2002.

ANEXO 07

DECRETO MUNICIPAL Nº 2908, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 3704 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004

DECRETO Nº 2.908, DE 23 DE JULHO DE 2004.

REGULAMENTA A LEI Nº 3.704 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004, QUE DISCIPLINA O CADASTRO, REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS DE TRACÇÃO OU PROPULSÃO HUMANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOÃO ZANELLA, Prefeito Municipal de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 64, Inciso VIU da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada a Lei Municipal nº 3.704 de 17 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o Cadastro, Registro e Licenciamento de veículos de tração ou propulsão humana envolvidos na coleta e transporte de resíduo sólido para reciclagem e dá outras providências.

Art. 2º - Compete à Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social - SMCPs:

- a) Efetuar cadastro do grupo familiar possuidor de veículo de tração ou propulsão humana que realizem coleta e transporte de resíduos sólidos destinados à reciclagem;
- b) Verificar a matrícula escolar, frequência escolar, vaga escolar ou em creche, bem como inclusão no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ou Programa Sócio-Educativo, caso seja necessário, para os menores em idade escolar incluso no grupo familiar descrito no item anterior;
- c) Fazer o acompanhamento Sócio Familiar, sempre que necessário;
- d) Comunicar ao Conselho Tutelar e/ou Ministério Público sempre que o fato o exigir;
- e) Avaliar a situação sócio-econômica do grupo familiar.

Art. 3º - Compete ao Departamento Municipal de Trânsito - DMT:

- a) Efetuar o cadastro de veículos de tração ou propulsão humana, seus proprietários e seus condutores e, ainda, cooperativas, associações ou empresas que possuam em seus quadros, condutor ou proprietário de tais veículos;
- b) Proceder ao registro, licenciamento, inserção da numeração da placa no chassi e emplacamento dos veículos;

- c) Proporcionar ou contratar Curso de "Capacitação para conduzir os veículos de tração ou propulsão humana", às pessoas responsáveis pela condução do veículo em cada grupo familiar;
- d) Cientificar a Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social sempre que um menor de 18 (dezoito) anos estiver acompanhando ou trabalhando na coleta, transporte ou reciclagem de resíduo sólido em um veículo de tração ou propulsão humana;
- e) Fiscalizar a circulação, tráfego e estacionamento dos veículos de tração ou propulsão humana, no trânsito da cidade, exigindo o cumprimento do estabelecido na Lei Municipal n.º. 3.704 de 17 de Fevereiro de 2004, neste Decreto e no Código Brasileiro de Trânsito.
- f) Determinar o recolhimento ou apreensão do veículo quando for o caso, mediante notificação do proprietário e/ou condutor.
- g) Emitir a Permissão para Conduzir- PC e o respectivo crachá de identificação.
- h) Publicar editais, relação de veículos sem nota fiscal ou recibo, lista de proprietários ou condutores infratores e outras informações que sejam necessárias, no quadro de avisos do DMT.
- i) Emitir os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV e o Certificado de Registro de Veículos-CRV.
- j) Vistoriar os veículos.
- k) Realizar estudos de viabilidade conforme determinação legal.
- l) Confeccionar e afixar placas nos veículos.
- m) Arcar com as despesas determinadas em lei.

Art. 4º - A Permissão para Conduzir - PC somente será fornecida à pessoa que frequentar treinamento de capacitação a ser ministrado pelo Departamento de Trânsito, ou empresa especializada.

§ 1º - No crachá da Permissão para Conduzir constará: nome, endereço, foto, número do cadastro, e outros dados que o Departamento Municipal de Trânsito considere relevantes.

§ 2º - As despesas pela emissão e confecção da Permissão para Conduzir - PC serão suportados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas.

§ 3º - O condutor sempre que em atividade deverá portar seu crachá de identificação e habilitação.

§ 4º - O treinamento de capacitação realizar-se-á em dois turnos de 2 horas cada, em instalações da Prefeitura Municipal ou nos bairros do município.

Art. 5º - Os veículos de tração ou propulsão humana não poderão ultrapassar as dimensões máximas aqui estabelecidas:

-Largura máxima da caixa: 1,30m

-Comprimento máximo da caixa: 1,80m

-Medida máxima entre rodas: 1,50m

-Altura do eixo das rodas até a parte superior da caixa: 1,00m

§ 1º - As rodas deverão estar revestidas de material que não provoque danos às faixas de rolamento.

§ 2º - Não serão permitidos recipientes suspensos na parte externa da caixa.

Art. 6º - O estacionamento dos veículos na primeira quadra das ruas São Paulo, Av. XV de Novembro, Av. Comandante Kraemer, Av. Amintas Maciel, Av. Tiradentes, Rua Nelson Ehlers, Rua Torres Gonçalves, Rua J. B. Cabral, Rua Argentina, Rua Alemanha, Rua Itália, Av. Presidente Vargas, Rua Uruguai, Av. Salgado Filho, Av. Pedro Pinto de Souza, Rua Rui Barbosa, Rua Portugal e Rua Luiz Hermínio Berto, será isento mas obedecerá o mesmo tempo de parada dos veículos automotores.

§ 1º - Nas ruas e quadras citadas não será permitido o estacionamento fora dos locais estabelecidos, e o não cumprimento será punido conforme o art. 20º da Lei Municipal nº. 3.704 de 17 de Fevereiro de 2004.

§ 2º - Nos logradouros e vias públicas onde não estiver regulamentado permissão ou proibição, o estacionamento será igual ao dos veículos automotores.

§ 3º - As vagas de estacionamento previstas no *caput* serão preenchidas por ordem de chegada e pelo prazo máximo de 1 (uma) hora, ou conforme estabelecer o estacionamento rotativo pago.

Art. 7º - Considera-se zona não autorizada para o tráfego e/ou estacionamento:

- I - passeios, canteiros, pontes, viadutos, passarelas ou praças;
- II - defronte aos estabelecimentos de Ensino, de segunda à sábado, das 7h30min às 8h30min, das 11 h às 14h e das 17h às 19h30min;
- III - O anel central em qualquer dia da semana, das 11 h às 14h e das 17h às 19h30min;
- IV - A Avenida Sete de Setembro, no trecho entre a Praça da Bandeira e as Ruas São Paulo/Rui Barbosa;
- V - A Avenida Maurício Cardoso, no trecho entre a Praça da Bandeira e as Ruas Portugal/Luiz Hermínio Berto;
- VI - o entorno da Praça da Bandeira.

Parágrafo Único - O anel central citado no inciso III consiste em todo o bloco de ruas e avenidas compreendida por parte das Ruas Valentim Zambonato, São Paulo, Rui Barbosa, Aratiba, Portugal, Luiz Hermínio Berto, Argentina, J. B. Cabral, Alemanha, Torres Gonçalves, Itália e Nelson Ehlers, e parte das Avenidas Presidente Vargas, Tiradentes, Uruguai, Amintas Maciel, Salgado Filho, Comandante Kramer, Pedro Pinto de Souza e 15 de Novembro, conforme Anexo Único.

Art. 8º - Considera-se zona não autorizada para estacionamento:

- I - o entorno das Praças Jayme Lago, Daltro Filho e Júlio de Castilhos;

II - as faixas de tráfego dos logradouros e vias públicas.

Art. 9º - Os veículos de construção arcaica, terão 90 (noventa) dias de prazo para se adequarem.

§ 1º - Considera-se de construção arcaica os veículos construídos ou fabricados de caixotes ou pedaços de madeira, restos ou sucatas, que depõem contra o bom aspecto, funcionalidade e segurança.

§ 2º - Estes veículos serão cadastrados e, após, registrados e licenciados provisoriamente nos termos do§ 1.º do art. 3.º da Lei Municipal nº. 3.704 de 17 de Fevereiro de 2004.

Art. 10 - Em qualquer caso em que o licenciamento ocorrer no modo Provisório, assinalar-se-á a letra P (pê) junto ao número.

Art. 11- O condutor infrator que tiver seu veículo apreendido, suspensão da licença e/ou suspensão da permissão para conduzir, terá que, necessariamente, realizar novo treinamento de capacitação em um turno de 2 (duas) horas.

Art. 12 - A carga máxima permitida para o veículo de tração ou propulsão humana é de 150 (cento e cinquenta) quilogramas.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM/RS, 23 DE JULHO DE 2004.

ELOI JOÃO ZANELLA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se. Data Supra.

CLÁUDIO JOSÉ PADILHA PEREIRA
Coordenador Geral no exercício do
cargo
de Sec. Mun. de Administração

OPINIÕES SE DIVIDEM QUANTO À ATUAÇÃO DOS “CARRINHEIROS” NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE

6 - Quarta-feira, 23 de junho de 2004

GERAL

Lixo reciclável

Atuação de “carrinheiros” divide opiniões

EUGÊNIO THOMAS/DA

A atividade que garante o sustento de centenas de pessoas em Erechim, o recolhimento de materiais descartados pela população, nas ruas da cidade, basicamente aqueles que servem para reciclagem, por um lado ameniza uma situação social mas por outro está também causando desconforto para muitos comerciantes, além de apresentar perigos no trânsito principalmente para aqueles que conduzem os carrinhos, pois ficam mais expostos em caso de acidente. No entanto, ainda nesta semana deve acontecer um encontro promovido pelo Executivo para definir a regulamentação de uma lei aprovada pela Câmara e que normatiza a atividade em Erechim.

Conforme dito pelo secretário municipal da Cidadania e Promoção Social, Abelar Menegatti, pela lei que está para entrar em vigor todos os “carrinheiros” devem cadastrar-se novamente, agora no Departamento Municipal de Trânsito, recebendo inclusive algumas horas de aulas de capacitação para saberem exatamente como se comportar nas ruas. A novidade é também o fato de que cada carrinho deve ter uma placa de identificação e outros acessórios como buzina e faixa reflexiva, além de colete para os condutores. Isso tudo para dar-lhes mais segurança. Hoje a SMCPS tem cadastrado 154 “carrinheiros”.

Arcan aceita lei mas recusa custos

A Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza estima em cerca de 300 os



Aglomeração na calçada e ingestão de álcool causa indignação

“carrinheiros” que recolhem material reciclável nas ruas da cidade, mesmo tendo como sócios apenas 15, além das outras 11 pessoas que trabalham diretamente na sede localizada no bairro Progresso. Segundo explicou a presidente da Arcan, Sirlei Fátima Carvalho, a entidade aceita a lei que normatiza o trabalho mas não concorda com o repasse dos custos com o equipamento e adequação dos carrinhos, para os próprios recolhedores.

Caminhada e vagas em creches

“Eles mal ganham para comer e sustentar os filhos e não têm como pagar essa despesa”, frisou Sirlei, salientando que a decisão foi tomada

em reunião com os próprios envolvidos dos bairros Progresso e Florestinha. Para manifestar essa posição a Arcan havia programado uma passeata com grande parte dos “carrinheiros”, pelas ruas centrais da cidade, para a tarde desta terça-feira. No entanto, como o tempo estava instável durante a manhã, a caminhada pacífica acabou sendo cancelada e ficou para a próxima terça-feira. A entidade reivindica ainda vagas em creches para os filhos dos catadores e uma campanha para que o lixo saia separado das casas e a inclusão dessas famílias em programas sociais.

Comércio reclama

Mesmo reconhecidos como exceções, alguns casos de “carrinheiros” que recolhem material no centro da cidade têm preocupado e causado indignação a comerciantes, motoristas de táxi e pedestres. Praticamente todas as manhãs, de quatro a cinco homens e mulheres inclusive com uma menor de idade junto, ficam aglomerados em uma calçada no início da rua Nelson Ehlers e com o carrinho sobre esta, o que dificulta o trânsito de pedestres. Porém, o que causa ainda mais revolta à pessoas que ali trabalham, inclusive donos de restaurantes, é que o grupo fica desde cedo tomando cachaca

ANEXO 09

HISTÓRICO E PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA OBRA SANTA MARTA DE ERECHIM/RS (2004)

APRESENTAÇÃO

A Obra Promocional Santa Marta foi fundada no ano de 1984 pela Congregação Religiosa das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. No ano de 1992, a referida congregação deixa de administrar e coordenar os trabalhos na Obra e, em 28 de abril de 1992, passa a ser uma instituição civil, de direitos privados, sem fins lucrativos que presta atendimento a crianças e adolescentes carentes, administrada e coordenada por pessoas da comunidade de Erechim.

Durante esta caminhada de trabalho, muitas foram às conquistas, mas também muitas foram às dificuldades e crises.

No segundo semestre de 1993, muitos encontros e discussões entre os educadores, e alguns membros da diretoria da obra, foram realizados. O plano global da Obra foi orientado e assessorado pelo Centro de Educação Popular (CEPO).

O plano global da Obra Promocional Santa Marta está dividida em cinco partes. A primeira parte, “Diagnóstico da comunidade”, traz uma breve caracterização do município de Erechim e um dos bairros, o Bairro Progresso, bairro onde se localiza a obra promocional Santa Marta e as crianças e adolescentes por ela atendidas, moram. A segunda parte, o quadro de atendimentos a crianças e ao adolescente no município de Erechim. A terceira parte, um breve histórico da entidade, a caracterização do atendimento, sua proposta política pedagógica e seus programas de atendimento.

A quarta parte, “Referencial Teórico”, trás a concepção da obra sobre os temas da sociedade, homem e mulher, criança e adolescente, educação popular, metodologia e relação com a sociedade. A quinta parte, “Plano de ação” trás os objetivos, as ações, as atividades e os recursos para o ano 2003.

O município de Erechim situa-se na região do Alto Uruguai, ao norte do Rio Grande do Sul, com uma população aproximadamente de 92 mil habitantes.

QUESTÃO ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS ATENDIDAS PELA OBRA

Há um grande número de desempregados, predomina o operariado com ganho salarial entre um e dois salários mínimos e biscateiros com renda mínima e as mulheres, a grande maioria são donas-de-casa, outras trabalham como empregadas domésticas e diaristas, na reciclagem, venda de picolé, serventes e cerâmica.

Existe uma discriminação de status sócio-econômico entre os segmentos; Outro elemento que pode ser destacado é a comercialização de troca de moradias, de móveis e utensílios domésticos entre os moradores. A causa primeira do fato refere-se a falta de emprego, na troca ganham dinheiro para sobreviver alguns dias. Violência ajuda na migração de um bairro para outro.

QUESTÃO CULTURAL

Os moradores do bairro em termos de moradia há uma visível diferença entre os que vêm da zona rural e os da zona urbana. Enquanto os primeiros conservam padrões culturais como: horta caseira, higiene pessoal e do ambiente os segundos se encontram no processo de favelização.

Quanto à estrutura familiar, cabe aqui citar uma breve parte do diagnóstico da problemática e do atendimento à criança e ao adolescente do município de Erechim já que muitas famílias se encontram desagregadas: “A maioria vive em família desajustada vivenciando problemas, tais como: brigas e maus tratos físicos (como casos de espancamento), tanto entre adultos como sobre as crianças, pais viciados em bebidas alcoólicas, drogas e jogos diversos.”

Com isso ocorre a desestruturação familiar, separação de casais, que muitas vezes se unem a outros companheiros, casos de prostituição de pais e filhos, delinqüência de crianças e adolescentes pela ausência da figura materna ou paterna.

Em geral, as famílias são numerosas variando entre 5 e 6 filhos. Também necessitam de qualquer tipo de informação.

Há vários credos religiosos aceitos e praticadas pela população do bairro: Católica, Protestante, Quadrangular, Deus é amor, Assembléia de Deus, Santos dos últimos dias, Tabernáculo da fé, Adventista. Algumas reconhecidas como religião, outras apenas como seitas.

QUESTÃO SOCIAL

A saúde dos moradores do bairro é precária devido a carência alimentar e a falta de infra-estrutura do mesmo (saneamento básico, especialmente). Para atendimento a toda essa população há apenas um posto de saúde, em funcionamento no centro social urbano.

Na área educacional o bairro comporta 3 escolas : uma estadual de ensino fundamental e médio. Duas escolas municipais: uma de ensino fundamental (regular e supletivo) outra apenas de ensino fundamental.

O percentual de analfabetos adultos gira em torno de e , a maioria por reprovarem nas séries iniciais deixam a escola.

O único meio de lazer no bairro é o esporte. Há três campos de futebol e, no centro social urbano, uma quadra de voleibol e uma cancha de bocha. Também neste centro os idosos se reúnem para conversar e jogar carta. Há muitos bares, onde a população se reúne nos fins de tarde para beber e jogar.

No atendimento à criança e ao adolescente, além das escolas o bairro comporta:

- A Obra Promocional Santa Marta: com atendimento a cerca de 175 crianças e adolescentes. Presta atendimento sócio-educativo.
- O centro social urbano com o PETI.
- A catequese.
- Muitas crianças e adolescentes participam dos programas de atendimento da prefeitura municipal.
- A pastoral da criança presta atendimento à mãe gestante (passagem e acompanhamento nutricional)
- Associação de moradores.
- Grupo de idosos.

Tendo em vista toda a problemática econômica e social que afeta a população do bairro, cresce a violência e a marginalidade (roubos , assaltos, formação de gangues, prostituição, brigas diversas)

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA OBRA

A Obra Promocional Santa Marta luta pela conquista de um mundo incluyente que possibilite a todos as condições de construir-se como sujeito social. Não queremos apenas saciar a fome de pão dos meninos e meninas e de suas famílias. Nosso objetivo nos faz olhar também para a fome de humanização. Nossa pedagogia requer uma mística da indignação e do compromisso diante das inúmeras formas de violência e violação dos direitos das pessoas, muitas vezes excluídas do exercício pleno da cidadania, compromisso com a vida, a convivência e o mundo em desenvolvimento.

PROGRAMAS

A Obra desenvolve basicamente dois programas: Programa de apoio sócio educativo em meio aberto.

Este programa se preocupa basicamente com:

- Formação Humana: conversa, informações, orientações, relações inter-pessoais, sexualidade, família, direitos e deveres, higiene pessoal e do ambiente, drogas, furto, vida, respeito, ajuda, amor, liderança...
- Programa Alimentar: além da refeição completa com cardápio balanceado, no início do trabalho as crianças e adolescentes recebem um lanche.
- Programa de formação lúdica: trabalho em oficinas de arte, literatura, teatro, dança e música, desenho livre, pintura, colagem, modelagem, visando a expressão livre e criadora, a organização e a liderança.
- Programa de saber cuidar do ambiente, em grupos alternados as crianças e adolescentes realizam toda a organização do espaço físico da Obra.
- Programa de recreação: atividades dirigidas de recreação gincanas, jogos (futebol e voleibol), filmes (slides), passeios, piqueniques.
- Programas de formação de estudos e planejamentos, participação em encontros e seminários regionais municipais e estaduais.
- Programa de orientação e apoio sócio – familiar, caracteriza em visitas domiciliares reuniões de estudo e formação mensalmente com as famílias.

CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

As ações da Obra devem se orientar nos princípios de igualdade, solidariedade, democracia popular, vida, partilha e unidade na diversidade.

O princípio da sociedade igualitário é entendida como sendo uma sociedade sem poder econômico, onde o lucro adquirido na exploração do trabalho seja substituído pela partilha resultante do trabalho de todas as pessoas. Uma sociedade igualitária deve, proporcionar o bem – estar econômico e social a todos, individual e coletivamente.

A solidariedade e a partilha são princípios a serem construídos no coletivo vivencial das relações sociais, no processo produtivo em as demais instâncias da exploração e da exclusão (providas especialmente, pela lógica capitalista de produção de bens e serviços), em

função do respeito a si e ao outro, da dignidade, da justiça e da entre – ajuda próprios a sociedade democrática.

O acreditar utópico destes princípios, deve orientar a coletividade orgânica da Obra, bem como as ações desenvolvidas.

CONCEPÇÃO DE HOMEM E MULHER

O homem e a mulher são aqui como seres pensantes, potenciais e históricos. Seres que se constroem continuamente e constroem a vida coletiva.

É importante a questão de gênero que aborda o masculino e o feminino constituídos a partir de relações sociais fundadas nas diferenças entre o sexo. A construção da identidade pessoal se constrói na identidade pessoal. É o corpo que se fixa a identidade e se mostra ao outro e ao mundo quem realmente se é.

O masculino não existe sem o feminino e vice – versa, no entanto ser homem ou mulher se altera depende do tempo e do espaço histórico que se insere.

Nesta concepção histórico–filosófica, o homem e a mulher são vistos numa dimensão integral e totalizadora: o ser transcendente, o ser físico, o ser mental, o ser moral e o ser social. Um ser de relações históricas e que, portanto, constrói historicamente os seus valores. Sujeito com direito à vida, à participação na sociedade. Ser que inter – relaciona o momento e o espaço local e conjuntural a outros espaços. Ser que preserva e promove a vida e o meio ambiente. Percebe que dele depende sua vida, a sua sobrevivência, e assume com responsabilidade uma relação de harmonia e construção histórica do espaço natural. Ser de sensibilidade que a partir de sua prática social passa ao nível da consciência (sabe quem ele é, e o que pode fazer de si mesmo) e da compreensão racional da vida humana e social.

A Obra Promocional Santa Marta concebe a criança e adolescentes como seres em formação e desenvolvimento físico, mental, moral e social, com identidade e potencial próprio, desejos, interesses, necessidades. Seres com direito à vida, a educação, ao esporte, ao lazer, alimentação, a cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar. Seres que lutam corajosamente em favor da vida.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR

CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.

A opção metodológica de educação popular tem seus referenciais na ação e na reflexão participativa resultante da convivência do coletivo, da autonomia, é uma metodologia aberta, que respeita o jeito próprio e a diversidade de pensamento de cada um e do grupo. Parte de um mesmo projeto de sociedade. Respeita o saber existente e reconhece que o conhecimento acontece na troca entre o educador e educando de forma dialógica e comprometida, co a reflexão e ação e problematização do conhecimento levado, e junto construir novos conhecimentos. A metodologia usada na Obra não se limita apenas em ouvir e aproximar o saber popular ao saber dos “livros” mas procura intervir na experiência acumulada pelos sujeitos ajudando na construção de si, do outro e do mundo. Nossa metodologia prioriza quatro eixos pedagógicos: diálogo, lúdico trabalho com organização.

CONCEPÇÃO DE EDUCADOR POPULAR

Podemos dizer que o educador popular tem o seguinte perfil:

- É convicto de seus propósitos e ações na libertação e promoção do cidadão
- É coordenador da prática educativa e, não deixa o processo ao acaso, caindo em atitudes espontaneistas (deixar os educadores entregues a eles mesmos)
- É aquele que desafia o pensamento e o potencial da pessoa desenvolve o amor e a organização coletiva.
- É aquele que trabalha dando ênfase ao diálogo e a organização do coletivo, ouve o pensamento, e o sentimento.
- Por promover novas relações sociais, o educador não deve ter pressa ou estabeleces prazos para a alteração do comportamento do coletivo.
- É aquele que não camufla as denúncias do coletivo, mas possibilita de discussões e recriação.
- É aquele que por acreditar na sua prática aperfeiçoa permanentemente.

RELAÇÃO DA OBRA COM A SOCIEDADE E O PODER PÚBLICO

A Obra estabelece uma política de relação com a sociedade e o poder público, tendo como princípios: a autonomia pedagógica, o respeito às idéias e a cidadania.

Com a sociedade mantém uma relação de integração e consciência crítica do atendimento à criança e ao adolescente que faz.

É importante desmestificar na sociedade civil a visão de que a Obra protege a criança e o adolescente carente, mas sim, valoriza-os como gente sujeito de direitos e deveres.

O trabalho da Obra deve ser reconhecido pela sociedade. Certamente, o plano global que se realiza vai contribuir neste reconhecimento porque com ele a Obra passa a definir o seu próprio papel social. Tendo em vista a necessidade de se unir a outras entidades do movimento popular organizado para fortalecer a luta comum em favor da vida.

Por sobreviver de projetos e doações, a Obra não pode selecioná-los, bem como ter a mesma prática com doadores. Precisa da colaboração consciente de todos, porém não se pode admitir promoção pessoal ou de interesses político partidário e religiosos, ou intervenção pedagógica e administrativa.

A Obra deve estabelecer uma relação de responsabilidade exigindo direitos e responsabilidades com os serviços comunitários de resgate e promoção da vida.

PROJETO POPULAR

Vem valorizar o ser humano com o centro do processo de produção, visando isso privilegia o coletivo nas discussões.

ANEXO 10

PARTICIPAÇÃO DA ARCAN JUNTO À COMUNIDADE ESCOLAR DE ERECHIM/RS

14 – Sábado e domingo, 26 e 27 de maio de 2001

GERAL

Escola

Imlau lança projeto de Meio Ambiente

A Escola de Ensino Médio Professor João Germano Imlau, lançou no dia 18, o Projeto Imlau Ecologia, em cerimônia no Salão da Escola. Participaram do ato, professores, funcionários, representantes de todas as turmas de alunos, Círculo de Pais e Mestres, Conselho Escolar, 15ª Coordenadoria Regional de Educação, CPERS, Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza e representantes da Prefeitura.

A Escola Imlau consciente da importância da preservação do meio ambiente e do comprometimento dos alunos, funcionários e da comunidade como um todo neste trabalho, lançou o Imlau Ecologia, propondo como atividade inicial a coleta seletiva do lixo da escola.

Posteriormente, a comunidade será convidada a participar, funcionando a escola como um posto de recolhimento do lixo reciclável, que será encaminhado para a ARCAN.

Esta foi uma maneira encontrada pela escola de solidarizar-se com os cidadãos amigos



Momento do encontro no Imlau

da natureza, que na ocasião do lançamento do projeto, fizeram-se representar pela presidente Lenir Menegol Pavan e pela educadora da Obra Santa Marta Nelci Dogostini.

O Poder Público foi representado pelo chefe de Gabinete, Adelar Menegatti, Ivo Demoliner e Deimer Mingoti, que esclareceram as ações que estão sendo desenvolvidas no município, relacionadas ao meio ambiente.

A diretora da escola, Beralmina Cecchet, explicou os

objetivos e ações que serão desencadeadas, analisou a realidade ambiental brasileira e a necessidade urgente de mudança no comportamento da sociedade para que haja saúde e qualidade de vida.

Também como atividade do projeto, os alunos do curso de Suplência de Segundo Grau noturno, tiveram a oportunidade de conhecer o trabalho da ARCAN, o que ocorreu com um encontro com os associados e os alunos, coordenador por Dirceu Benincá.

Fonte: Jornal Diário da Manhã, 25 e 26 de maio de 2001

Arcan promove limpeza da barragem da Corsan

Preocupada com a questão ambiental e social, a Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza (Arcan), promove na próxima quarta-feira, dia 13, a limpeza da barragem da Corsan, a fim de conscientizar a população para o destino correto do material reciclável e a preservação dos rios e do lago da barragem que abastece a cidade.

As 9 horas será realizado o ato oficial, em seguida haverá organização dos grupos de trabalho e início das atividades. Haverá grupos coletando lixo por terra e por água. O encerramento da atividade está programada para às 16 horas.

"Quando o material reciclável não é destinado corretamente, temos grandes problemas em nossa cidade como o entupimento de bueiros. O lixo leva muito tempo para se decompor, por isso a nossa luta pela conscientização da população de Erechim, o que va-

mos deixar para os nossos filhos? O material reciclável deve ser destinado para Arcan e não ser jogado nos rios e terrenos baldios", salienta Sirlei Carvalho, membro da diretoria da Arcan.

A atividade tem o apoio da Corsan, Patrulha Ambiental, Corpo de Bombeiros, Promotoria Pública e demais empresas preocupadas com o meio ambiente como a Extinseg e a Comil. Também haverá o envolvimento das escolas para que a experiência de participar desta atividade seja divulgada e disseminada entre as crianças e adolescentes e que isso seja reproduzido nas famílias.

A perspectiva da Arcan é avançar na sensibilização da população, para as questões do não desperdício de materiais, para o consumo consciente, para descartar seletivamente e para não jogar resíduos

Fonte: Jornal Diário da Manhã, 13 de agosto de 2003.

Consciência solidária

Promovendo a consciência solidária, a Escola Estadual Sete de Setem realizou uma campanha visando arrecadar alimentos, roupas e material reciclado para serem doados aos catadores da Arcan. O material arrecadado foi entregue por direção e alunos da escola no centro de triagem. No dia da solidariedade a professora Rosana Mary Scolari, mestranda em Geografia pela UFRGS, palestrou à comunidade escolar sobre a "Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia Arcan". Na oportunidade, a presidente da entidade, Sirlei Carvalho e demais trabalhadores relataram a história e o desenvolvimento da Arcan. Também participaram da corrente de solidariedade as cabeleireiras do Salão Kika, além de alunos do Curso de Enfermagem e Fisioterapia da URI - Campus de Erechim.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 22 de maio de 2004.

ANEXO 11

“CARRINHEIROS” RECEBEM OS ACESSÓRIOS EXIGIDOS PARA TRAFEGAR PELA CIDADE

Carrinheiros recebem acessórios

Nesta quarta-feira, às 8 horas, no Albergue Municipal, um grupo de 10 carrinheiros da cidade estará recebendo acessórios da prefeitura. De acordo com o Secretário Municipal da Cidadania e Promoção Social eles vão receber “carteira de habilitação”, colete com faixas refletivas, além de placa, espelho retrovisor e buzina para os

carrinhos coletores.

“O grupo, juntamente com mais 90 carrinheiros cadastrados, receberam capacitação, através de orientações que englobaram desde a postura em seu trabalho até o Código de Trânsito Brasileiro e suas implicações”, salienta Abelar Menegati.

A família que tem sua subsistência embasada na

reciclagem de matérias recebe através da Secretaria Municipal da Cidadania e Promoção Social o encaminhamento necessário para os programas sociais desenvolvidos pela Prefeitura Municipal. Além disso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realiza palestras periódicas onde repassa orientações sobre a coleta seletiva, fazendo com que os carrinheiros vejam esta atividade como uma oportunidade de trabalho, e o Departamento de Trânsito orienta os frequentadores da capacitação sobre as leis de trânsito e é responsável pela fiscalização da circulação dos carrinhos.

Os carrinheiros que ainda não realizaram sua capacitação terão uma nova oportunidade no dia 23 de novembro, quando acontece no subsolo do Castelinho, mais uma reunião de capacitação.



Carrinheiros recebem capacitação

Fonte: Jornal Diário da Manhã, 10 de novembro de 2004.

ANEXO 12

A ARCAN E OS PROJETOS SOBRE MEIO AMBIENTE DESENVOLVIDOS JUNTO ÀS ESCOLAS DE ERECHIM/RS

'Reciclando a vida'

Colégio Medianeira desenvolve projeto com a Arcan

O projeto "Reciclando a vida", coordenado pela professora de Geografia, Zeny Guimarães, está em andamento no Colégio Marista de Ensino Fundamental Nossa Senhora Medianeira. A iniciativa tem como objetivo principal desenvolver nos alunos do turno da manhã, a consciência sobre a preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, aguçar a cada vez mais crescente necessidade de solidariedade social.

O projeto desenvolve-se com a participação da Arcan, (Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza) que é dirigida pelo padre Dirceu Benincá, (Obra Santa Marta, do Bairro Progresso), cujos integrantes são catadores de materiais recicláveis que atuam no município, tais como plásticos, latas, vidros, papéis, entre outros.

Além de ensinar os alunos sobre as formas ou maneiras de reaproveitamento dos materiais que, jogados fora, iriam causar poluição, tais como latas, vidros, materiais plásticos e outros que, reaproveitados, propiciam preservação ambiental como o papel, prin-

cipalmente, que reciclado evita o abate de árvores. Também é feita uma conscientização sobre a solidariedade ao próximo, através do fornecimento desses materiais aos associados da Arcan para que possam vendê-los.

Essa atividade envolve toda a comunidade escolar, pais, professores e, principalmente, alunos, que em todas as primeiras sextas-feiras de cada mês, trazem à escola materiais recicláveis que foram acumulados nas suas residências, depositando-os junto ao educandário, de onde são apanhados pelos recicladores da Arcan.

Assim é proporcionada uma fonte extra de renda aos recicladores que têm, nesse dia, uma cota maior de materiais à disposição para sua atividade.

Também foi desenvolvida uma campanha, junto aos mesmos alunos, para a arrecadação de recursos que foram utilizados para a aquisição de novos carrinhos, que foram doados a alguns recicladores que não os possuíam e também não dispunham de recursos para adquiri-los, reforçando assim a solidarie-

dade com os membros dessa nova classe social que surge nos dias de hoje, popularmente chamados de "catadores", composta de pessoas excluídas, desempregadas e sem formação profissional, mas que

necessitam da solidariedade da sociedade, eis que sua atividade, apesar de lhes proporcionar ínfimos rendimentos, é sua única fonte de sobrevivência e chance de um trabalho honesto. Ainda dentro do

mesmo projeto, pretende-se desenvolver campanhas para arrecadação de alimentos, agasalhos e outras necessidades, para doação à Obra Santa Marta a fim de atender as mais necessitadas.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 11 de outubro de 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)